



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA
Instituto Universitário de Ciências Religiosas

MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS

Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica

TERESA CRISTINA FERNANDES FERREIRA

**Educar para a diferença: pilar de uma
sociedade pacífica**

Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada

Sob orientação de Prof.^a Doutora Maria Isabel Pereira Varanda

Braga
2017

“A Educação é a arma mais poderosa que você
pode usar para mudar o mundo”

Nelson Mandela

Ao meu marido pelo apoio e amor incondicional e aos filhos, João Afonso e Maria Inês, por serem uma fonte de inspiração.

AGRADECIMENTOS

SIM...chegou ao fim uma longa caminhada, que não foi fácil...Não foi fácil gerir, simultaneamente, a vida profissional, a família e a faculdade....Os meus dois amores pequeninos e o meu incansável marido estiveram comigo neste percurso árduo, trabalhoso e agora gratificante.

“Como consegues fazer tudo isso com dois filhos pequeninhos?” Esta foi a pergunta mais ouvida ao longo destes anos. Nem eu sei....Quer dizer, até sei...com a ajuda do meu marido (que não me canso de referir, pois foi o meu grande apoio), dos meus Pais, da minha Irmã, dos meus Sogros, dos meus Amigos... e, também, da minha amiga Rosário, que me acompanhou ao longo destes anos.

Obrigada, também, à professora Doutora Isabel Varanda e à Doutora Maria José Dias, todo o apoio, força, carinho e atenção prestados.

O meu muito obrigada a TODOS!

RESUMO

O mundo em que vivemos está cheio de conflitos, de guerra, de pobreza, de pessoas que se distanciam umas das outras apenas por causa das suas proveniências geográficas e por causa das suas religiões. Vivemos num tempo em que a solidariedade entre os seres humanos e o respeito pelas diferenças rareia e se torna evidente a indiferença pelo sofrimento do outro. Urge dar a volta a esta situação e empreender verdadeiramente o projeto de Deus para a Paz.

O presente estudo toma como ponto de partida a Paz e visa a sua análise à luz da literatura cristológica, nomeadamente as mensagens pontificias para o Dia Mundial da Paz e a Carta Encíclica de João XXIII *Pacem in Terris*. A partir dos conhecimentos adquiridos nesta abordagem à Paz empreende-se uma ligação da mesma à educação por forma a sustentar esta última como o instrumento preferencial para implantação da primeira.

Assim abre-se o caminho para a compreensão da importância da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica no processo de construção da Paz e para a justificação do papel que o docente desta disciplina desempenha na consolidação de personalidades ávidas de tolerância, respeito, dignidade, amor e Paz.

Palavras-Chave: Paz; Pontificado; Mensagem; Tolerância; Educação; Respeito; Diferença; Sociedade, Jovens; Construção; Amor; Solidariedade.

ABSTRACT

The world we live in is full of conflicts, of war, of poverty, of people who distance themselves from one another only because of their geographical origins and based on religious prepossession. We live in a time in which solidarity and respect for differences between men and women is rare and the indifference to the suffering of the other becomes evident. It is urgent to turn this situation around and truly undertake God's plan for peace.

The present study takes as a starting point the concept of peace and aims to analyze it in the light of the Christological literature, namely the pontifical messages for the World Day of Peace and the Encyclical Letter of John XXIII *Pacem in Terris*. Based on the knowledge acquired in this approach to peace, a link is made to education in order to support it as the preferred instrument for implementing God projects for humankind.

By this way we opened the path to the understanding of the importance of the discipline of Religious Education and Catholic Moral in the process of peace building and find the way to justify the role that the teacher of this discipline plays in the consolidation of eager for tolerance, respect, dignity, love and peace personalities.

Keywords: Peace; Pontificate; Message; Tolerance; Education, Respect; Difference; Society, Young people; Construction; Love; Solidarity.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – A PAZ: ABORDAGEM CONCEITUAL E PERSPETIVA CRISTÃ ..	12
1. Polissemia do conceito de Paz	13
2. Magistério da Igreja: preocupação e contributo na construção da Paz	21
2.1. <i>Reflexão sobre a Carta Encíclica “Pacem in Terris”</i>	23
2.2. <i>Mensagens Pontifícias para o Dia Mundial da Paz</i>	29
2.2.1. Pontificado de Paulo VI (1963-1978)	31
2.2.2. Pontificado de João Paulo II (1978-2005)	34
2.2.3. Pontificado de Bento XVI (2005-2013)	38
2.2.4. Pontificado do papa Francisco (2013-....)	43
3. Promoção do bem comum como caminho para a construção de sociedades mais justas e mais pacíficas	46
3.1. <i>Perspetiva religiosa na promoção do bem comum</i>	46
3.2. <i>Viver em comunidade</i>	50
4. Ameaças à Paz	54
Síntese	56
CAPÍTULO II – EDUCAR PARA UM ESTÍLO DE VIDA PACÍFICO	57
1. Conceito de educare	57
2. A educação como estratégia para a manutenção da Paz	63
2.1. <i>Educar para a tolerância e para a diferença</i>	67
2.2. <i>Educar para o cuidado da natureza</i>	72
3. O papel das instituições na educação	77
3.1. <i>Família</i>	79
3.2. <i>Escola</i>	80
3.3. <i>Igreja</i>	82
3.4. <i>Estado</i>	83
4. A Educação Moral e Religiosa Católica e a formação de jovens promotores de Paz	84
Síntese	88
CAPÍTULO III – UNIDADE LETIVA - “A PAZ UNIVERSAL”	90
1. Caracterização da Escola e da Comunidade Educativa	91
2. Caracterização da Turma	92

3. Contextualização da unidade letiva no âmbito das propostas do programa do 7º ano	94
4. Proposta de planificação e lecionação da Unidade Letiva	98
4.1. <i>Aula número 1- A Paz: definição do termo e sentimentos que lhe estão associados</i>	99
4.2 <i>Aula número 2- Os símbolos da Paz - significado e situações de ausência de Paz</i>	104
4.3 <i>Aula número 3- O direito à Paz e Promoção do bem comum (diálogo, perdão e reconciliação)</i>	109
4.4. <i>Aula número 4 - Instituições de promoção da Paz no mundo</i>	114
4.5 <i>Aula número 5- Prémios Nobéis da Paz</i>	118
4.6 <i>Aula número 6- Educar para a diferença: pilar de uma sociedade pacífica</i> .	121
4.7 <i>Aula número 7- Avaliação dos conhecimentos e capacidade adquiridas na unidade letiva 4 do 7º ano – A Paz Universal.</i>	125
5. Avaliação da Prática de Ensino Supervisionada	131
CONCLUSÃO	136
BIBLIOGRAFIA	139
ANEXOS	150

INDICE DE FIGURAS

Figura nº 1 – Definições de Paz apresentadas pelos alunos	99
Figura nº 2 – Palavras/expressões da letra da música.....	100
Figura nº 3 – Anéis Olímpicos (a).....	101
Figura nº 4 – Marcador de Livro.....	104
Figura nº 5 – Imagem do vídeo sobre Aleppo	105
Figura nº 6 - Imagem de Malala Yousafzai.....	115
Figura nº 7 – O jogo “Quem é quem?” (a)	118
Figura nº 8 - O jogo “Quem é quem?” (b).....	121
Figura nº 9 – Ficha de trabalho personalizada.....	122
Figura nº 10 –Grelha de observação utilizada durante a Prática de Ensino Supervisionada.....	126
Figura nº 11 – Anéis Olímpicos (b).....	130
Figura nº 12 – Anéis Olímpicos (c).....	130
Figura nº 13 – Anéis Olímpicos (d).....	130

INTRODUÇÃO

A Paz é a mais antiga das aspirações da humanidade e é também a mais difícil de atingir. Ao longo dos muitos séculos de história que os seres humanos contam não se conhece um período de tempo em que, em todo o mundo, se vivesse em perfeita harmonia e mesmo quando não existiam razões como a miséria e a fome que, na opinião de alguns, pareciam justificar discórdias entre os povos, os conflitos multiplicavam-se com a justificação de expansão de territórios e supremacias raciais.

A raridade da Paz torna, de facto, difícil o exercício da construção da sua história, que não sendo o objetivo do presente estudo, nos serve de mote reflexivo e justifica a pertinência do mesmo. Em termos de suportes bibliográficos é muito mais fácil escrever sobre guerras do que sobre a Paz. Acerca das primeiras não faltam dissertações filosóficas que as tentam justificar, e existem mesmo correntes antropológicas que as classificam como necessárias e inerentes à condição humana. Já sobre a paz, ou sobre os momentos em que esta reinou em algum lugar, poucos estudos, ou mesmo obras de literatura existem, com exceção, é claro, da literatura eclesiástica a que recorreremos para fundamentar a presente investigação e que se apresenta como prova indelével da necessidade humana de uma paz garantida e perpétua.

Como conseguir então essa Paz que desde sempre se procura e experimenta sem sucesso? Sendo que a mesma decorre da vontade humana torna-se fundamental que os homens e mulheres do planeta sejam, desde cedo, educados para a Paz, que a educação a que são sujeitos lhes incuta desde a mais tenra idade valores éticos e morais de fraternidade, igualdade, dignidade e tantos outros que, embora consagrados universalmente por via da Magna Carta da ONU¹, tendem a ser esquecidos ou ignorados a um nível global.

A Paz só pode ser construída e garantida por via da educação e por isso este é um conceito que importa definir cabalmente para que, através da sua clarificação, se possam aferir as melhores formas de a exercer, os seus objetivos e metas e os meios de a fazer chegar a toda a gente.

A relação intrínseca que se estabelece entre a paz e a educação são a base da fundamentação do estudo que levamos a cabo e que justificam os seus dois primeiros capítulos. Na primeiro examinamos os sentidos de paz e analisamos de forma

¹ "Declaração Universal dos Direitos do Homem de 10 de dezembro de 1948", Diário da República, nº 57/78, I Série A, de 9 de março de 1978, 489.

aprofundada a posição da Igreja Católica acerca da mesma. Descobrimos, por via da análise da Carta Encíclica *Pacem in Terris* (João XXIII)² e das mensagens propositadamente escritas para comemorar o Dia Mundial da Paz ao longo de todas as suas décadas de existência, que a Igreja persegue há muito a vontade de fazer da Palavra de Jesus uma realidade concreta e de conseguir que todos os irmãos se amem uns aos outros na Paz de Deus.

No segundo capítulo abordamos a temática da educação, considerando também os seus conceitos e aprofundando-a no sentido de aferir o seu papel na construção de um mundo mais tolerante para com a diferença e o cuidado com a natureza. Neste capítulo, analisamos também o papel que várias instituições têm no processo de educar, nomeadamente a família, a escola, a Igreja e o Estado e aprofundamos o tema que se relaciona com o papel da Educação Moral e Religiosa Católica (EMRC) no processo de formação de jovens promotores da Paz.

O terceiro capítulo, embora mais centrado na componente letiva, não perde o foco principal do estudo, dado que se compõe de uma análise ao agrupamento escolar em que a PES (Prática de Ensino Supervisionada), foi realizada, fazendo-se também uma caracterização da escola e da turma intervencionada, e apresenta o relatório da planificação e avaliação das aulas, subordinadas ao tema da Paz Perpétua.

Por último, apresenta-se uma conclusão geral do estudo onde se sublinha a relação intrínseca entre a Paz e a Educação e se ressalva a importância do papel da EMRC no contexto escolar que tem por meta a construção de personalidades crentes e ambiciosas de um futuro sem guerras ou desentendimentos.

A metodologia de referência bibliográfica utilizada no presente relatório é a Norma Chicago estilo 16A.

² João XXIII (1963), *Pacem in Terris*, União Gráfica, Lisboa, nº1, 5.

CAPÍTULO I – A PAZ: ABORDAGEM CONCEITUAL E PERSPETIVA CRISTÃ

Neste ano de 2017, quase duas décadas volvidas após o dealbar de um novo século, e depois de um século XX marcado, por duas grandes guerras e centenas de milhares de mortes delas decorrentes, mas também pelo progresso e substancial melhoria das condições de vida de grande parte da população mundial, neste ano em que o mundo já é uma aldeia e as comunicações se fazem no espaço quase impercetível de segundos entre as partes mais distantes entre si do planeta terra, as guerras continuam a acontecer em várias partes do mundo.

Na Síria morrem diariamente dezenas de civis em baixo de escombros provocados pelas bombas que não cessam de cair e em consequência de outras razões como as balas ou até mesmo a fuga daquele inferno na terra. Na Líbia a situação atual não é muito melhor, sendo que, naquele território, já ninguém estranha a passagem de um qualquer civil de arma em riste. Assim é, também em países como a República Centro-Africana, o Sudão do Sul e o Sudão, que em 2011 se separou do primeiro, o Afeganistão, Chade, onde os terroristas do Boko Haram estão altamente concentrados, Somália e em tantos outros lugares. Para além destes conflitos declarados e fortemente armados, outros lugares do planeta vivem, neste ano de 2017, num autêntico clima de tensão e repressão como é exemplo a Venezuela, o Sahara Ocidental, a Guiné e a Guiné Equatorial, o Egito... E noutros lugares, apesar da presença das armas não ser tão evidente quanto nos exemplos citados, a tensão e o medo crescem a cada dia. Que o digam os franceses, cujo país tem sido alvo de vários ataques terroristas nos últimos anos, os belgas, que padecem do mesmo problema, os ingleses, os alemães e toda a Europa assim como os Estados Unidos da América. Junta-se a esta evidência de morte, a pobreza que afeta milhões de pessoas em todo o mundo, a doença e a falta de acesso a condições que possibilitem ultrapassar a mesma, os milhares de atentados que todos os dias, em todos os lugares, se vão fazendo ao meio ambiente, os milhares de crianças que nunca foram à escola.

Neste ano de 2017, ainda, é urgente falar-se de Paz e ainda todos continuamos à procura da fórmula que a tornará possível! A concórdia e a união entre os povos, a tolerância e a solidariedade, a amizade e o amor continuam ser miragens que o dia-a-dia de cada um de nós está longe de alcançar.

A paz que parece ser um conceito universalmente compreendido e que tem um vasto leque de significados e interpretações é o foco principal do presente capítulo,

onde, para além da abordagem às polissemias da sua concetualização também se considera a preocupação e o contributo do magistério da Igreja no processo da sua construção. Neste contexto levamos a cabo uma análise à Carta Encíclica “*Pacem in Terris*”, do Papa João XXII, e às mensagens Papais para o Dia Mundial da Paz tentando, através destas, registar o percurso das principais preocupações mundiais ao longo dos anos. Por este caminho visa-se aferir em que medida a promoção do bem comum se pode constituir como caminho para a construção de sociedades mais justas e mais pacíficas.

1. Polissemia do conceito de Paz

A Paz é a primeira, principal e maior busca da Humanidade. Não há uma era do desenvolvimento social, um país no mundo, uma instituição ou religião, um conceito político e até mesmo um pequeno grupo social organizado em torno de um objetivo que não tenha como pilar de sustentação a busca pela Paz. Ela é a preocupação social de base e a justificação para tudo o que as sociedades fazem, é até na Paz que os grandes líderes políticos encontram a justificação para a guerra, a sua antítese.

Tendo em conta esta asserção, e partindo do princípio de que a mesma é verdadeira, é fácil perceber o facto de que a Paz se constitua também objeto de estudo e que estes tenham como principal particularidade a multidisciplinidade e a interdisciplinaridade. É a esta característica que se deve a ampliação de conceitos, objetivos, propostas metodológicas e epistemológicas que a cada passo se propõem para a Paz e que a dotam de vários significados, ou seja, que revestem o seu conceito de Polissemia.

A Paz, no âmbito da referida polissemia tem, num primeiro momento após a sua caminhada de concetualização religiosa, enfoque no discurso filosófico, mas depressa, e por via da interpretação que a filosofia lhe veio conferir, passou também a ser percebida enquanto construto cultural e jurídico.

Entendida no enquadramento filosófico, o conceito de Paz tem sido alvo de profundas alterações e, principalmente, de uma ampliação, que partiu da sua compreensão enquanto momento da vida de uma determinada sociedade sem guerra, para depois ser interpretada como o contrário da violência ou a sua ausência e, finalmente, assumir a interpretação de processo de construção de uma cultura, a cultura de Paz. Diretamente relacionada com a observação filosófica em torno do conceito surge a sua concetualização mais alargada e, possivelmente, aquela que o maior número

de povos do mundo se mostra capaz de aceitar: a Paz enquanto conceito ético, sendo que aqui é entendida como virtude capaz de auferir tranquilidade e conforto, ou sossego, ao Homem. A Paz individual e ética que aqui se expressa, quando perpassada para o coletivo, continua a ser ética mas agora de âmbito da filosofia social e então, compreendida como a forma que permite a coexistência e o convívio entre os seres humanos, funcionando como instrumento de superação e diferenças, desigualdades, ou convicções das mais variadas ordens³.

No âmbito da Filosofia, o estudo da Paz teve um momento de particular importância no século XVIII pois foi nesse tempo que o filósofo Immanuel Kant se dedicou ao seu estudo com o objetivo de encontrar a forma que permitisse a sua perpetuação *ad eternum*, sobretudo ao nível político e jurídico. Até esta altura a Paz tinha sido um conceito de reflexão e estudo exclusivo da religião mas aqui assumiu a particularidade de passar a receber um tratamento jurídico-político que se pode construir. Ou seja, perante esta nova interpretação, a Paz passou a ser vista não como inevitabilidade a agradecer mas sim como um construto que depende diretamente da responsabilidade dos homens e das mulheres e da sua vontade. A ideia de construção associada à Paz que Kant criou foi rapidamente aceite por reconhecidas personalidades (Mahatma Gandhi, 1869-1948; Martin Luther King, 1929-1968; Nelson Mandela, 1918-2013) que durante várias décadas lhe dedicaram atenção, mas até ao século XX esta teorização era sempre associada a aspetos menos positivos e ao medo do surgimento de guerras, pois, apesar das inovações Kantianas, a definição e base da Paz era a já aludida ausência de conflitos bélicos entre os povos, ou os grupos sociais.

De um ponto de vista teórico, e tendo em conta afirmações de Rohden⁴, o filósofo Immanuel Kant introduziu no conceito de Paz a visão política do mesmo, acrescentando um novo palco à sua polissemia, e apresentando-a como se fora um processo de instauração progressiva do direito que, numa componente prática, se reveste da definição de compromisso dos Estados. Assente na interpretação de Rohden, a teoria kantiana de Paz deve ser “não apenas o objetivo último do Direito das gentes, mas o fim terminal de toda a Doutrina do direito, concernente à relação racional do Homem com todo outro”.⁵

³ Cf. António Millan Puelles (dir.), *A Paz, Gran Enciclopedia Rialp*, in Edição Rialp, Madrid, 1987, Tomo XVIII, 101-105.

⁴ Cf. Valério Rohden(coord.) *Kant e a instituição da Paz*. Porto Alegre, 1997:Ed. Universidade/UFRGS, GoetheInstitut/ICBA, 18.

⁵ *Ibidem*, 12.

Outra característica que marcava profundamente a Paz que Kant definiu é a sua perpetuidade. Este filósofo não concebia a Paz senão no facto desta nunca se acabar, caso contrário, “é um armistício, que mesmo sem uma hostilidade declarada, pode-se identificar um estado de guerra”⁶.

As grandes guerras do século XX, que roubaram de um vasto conjunto geográfico qualquer vislumbre de Paz, vieram, ao contrário do que se poderia esperar, alterar esse conceito sustentador da Paz kantiana uma vez que, dadas todas as consequências nefastas dos conflitos, particularmente do segundo, se viria a constituir uma nova área de estudos unicamente dedicados à procura da Paz. Foi o movimento que ficaria reconhecido pelo termo inglês *Peace Research* e que tinha por objetivo conhecer e entender as raízes dos conflitos e quais os passos a empreender na senda da sua superação. Estes estudos sobre a Paz surgem como uma contraposição teórica às correntes de pensamento que emergiram da primeira guerra mundial e marcaram os anos 30 do século passado, e em que o realismo e o behaviorismo, que entretanto extravasou da obra de Sigmund Freud (1856-1939) para todas as áreas da ciência e do pensamento, eram as correntes que aconselhavam à introdução do formalismo na gestão de conflitos e apontavam esta estratégia, quando bem-sucedida, como sinónimo de Paz.

Com o *Peace Research* nasce a observação positiva em torno da Paz e o conceito que a sustenta, também ele positivo e que diz que a Paz é a ausência da violência estrutural. Um dos primeiros nomes de estudiosos que ficaram ligados a este movimento é o de Galtung⁷, sendo que um conjunto considerável dos seus estudos e convicções foram usados nas discussões que antecederam a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, a quem competia “preservar as futuras gerações do flagelo da guerra”⁸. No documento que sustenta e fundamenta a constituição da ONU pode ler-se a mais substancial das ideias de Galtung, inspirada na obra kantiana, que defende que “as guerras nascem nas mentes dos homens, é na mente dos homens que devem ser erguidas as defesas da Paz”⁹.

A partir do momento em que os seres humanos que argumentam e defendem a criação da ONU sustentados nesta premissa fica claro para todos os intervenientes daquele momento histórico que a construção da Paz não é possível sem a construção de um projeto educativo e cultural igualitário e abrangente a todos os povos.

⁶ J. Guinsburg; et al. (org.). Kant: *A Paz perpétua: um projeto para hoje*. São Paulo: *Perspectiva*, (2004), 213.

⁷ Johan Galtung, *Violencia, guerra y su impacto- Sobre los efectos visibles e invisibles dela violencia* stoongade, Newyork. (2004), 35.

⁸ Carta de Constituição da Organização das Nações Unidas, 1945, 3.

⁹ *Ibidem*, 3.

Os estudos de Paz realizados pelo Peace Research vieram instituir um novo corpo teórico, que ganhou forma com a constituição da ONU e também propalou a consciência de que as raízes reais da violência se encontram na pobreza, na desigualdade socioeconômica e na cultura dos povos. Dentre todas as vertentes que se destacam no papel que esta escola de pesquisa em torno da Paz veio desenvolver, quatro são substancialmente caracterizadoras desta época de estudo e desenvolvimento do entendimento para a Paz. A primeira é a ideia da superação do paradigma estatocêntrico e a sua substituição por uma visão antropocêntrica, na qual a pessoa e a humanidade passam a ser as referências básicas. O segundo dos conceitos pilares deste movimento de abordagem à Paz que marcou o século XX e a dotou de inúmeras polissemias é o que defende a ideia de que a Paz resulta da orientação normativa, ou seja, da recusa do positivismo e da suposta neutralidade das ciências sociais e da sobrevalorização da ambição transformadora que tem enfoque e meta na Paz. Num terceiro plano, esta Paz que surge da investigação é a Paz da transdisciplinaridade e, neste sentido, ela é a Paz que se pode apresentar como método de tratamento das suas múltiplas dimensões. Ou seja, a Paz que se procura é também a Paz que resolve sendo que, de um ponto de vista prático, a Paz dos estados e dos Povos só pode ser encontrada em ambientes de Paz. Por último, temos a Paz entendida enquanto orientação para a ação¹⁰.

Os estudos de Paz abordam temas como a agressão e a violência direta, aprofundando conceitos com vista à sua cabal compreensão como os de conflitos, tanto interpessoais quanto bélicos, o de violência estrutural, cujo cerne tem também enfoque nas necessidades básicas do Homem. Da mesma forma, e tal como já se disse, também se aborda o plano do desenvolvimento tendo em vista a procura de estratégias que ajudem a mitigar a pobreza e a espalhar a justiça social pelo maior número possível de povos, estados e Nações.

Nas décadas que se seguiram a este volte face de entendimento social e filosófico da Paz ela parece ter ganhado rosto efetivo, pelo menos na Europa que se empenha na defesa dos conceitos então gravados na Carta dos Direitos Humanos, pilar promotor da Paz e, a ausência prolongada de conflitos vem deixar claro o desajuste de entendimento da Paz enquanto ausência de guerra ou de violência passando-se então a aceitar a Paz no âmbito de uma nova dimensão, a da cultura de Paz. Federico Mayor descreveu este novo conceito como a forma de entender e promover ações e formas de estar na vida, adoção de comportamentos, hábitos e atitudes que realmente impedissem o Homem e os Estados de se desentenderem.

¹⁰ Cf. Vicent Martínez Guzman. *Filosofia para hacer las paces*. Barcelona: Icaria Editorial, (2001), 17.

Esta nova cultura de Paz é proposta para que o diálogo ganhe espaço e destaque no âmbito das relações humanas e, da mesma forma, a tolerância e a tomada de consciência da diversidade de raças e das suas culturas. Neste enquadramento, e tal como Federico Mayor sublinhou:

“A cultura de Paz é a Paz em ação; é o respeito aos direitos humanos no dia-a-dia; é um poder gerado por um triângulo interativo de Paz, desenvolvimento e democracia. Enquanto cultura de vida, trata-se de tornar diferentes indivíduos capazes de viverem juntos, de criarem um novo sentido de compartilhar, ouvir e zelar uns pelos outros, e de assumir responsabilidade por sua participação numa sociedade democrática que luta contra a pobreza e a exclusão; ao mesmo tempo em que garante igualdade política, equidade social e diversidade cultural”¹¹.

Quando analisada no âmbito restrito da caracterização judicial, a Paz não tem, desde logo, uma interpretação que reúna consenso do ponto de vista da concetualização sendo que para alguns autores, a este nível, ela se apresenta como “um entendimento ou pacto que põe fim a uma situação de guerra entre Estados”¹², e, para outros, ela é vista à luz de uma versão judicial que a continua a entender como instrumento de resolução de conflitos.¹³ Neste contexto, e contrariando a evolução filosófica, ainda hoje, e para aqueles que a defendem como a força da lei, a Paz continua a ser interpretada como ausência de guerra, a ausência do uso propositado da força física e a ausência de consensos entre os seres humanos.

No entanto, e se considerarmos agora a abordagem que a Religião, sua principal promotora, nunca se escusou fazer, depressa depreendemos que os defensores desta linha de interpretação, entre os quais alguns já mencionados no presente texto, como Nelson Mandela ou Mahatma Gandhi, só para citar referências históricas mundiais, não estariam totalmente ajustados no tempo, pois já no Concílio Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965, ficou estabelecido que “a Paz não é ausência de guerra; nem se reduz ao estabelecimento do equilíbrio entre as forças adversas, nem resulta duma dominação despótica. Com toda a exatidão e propriedade ela é chamada ‘obra da justiça’ (Is. 32,7)”¹⁴.

Se apontarmos o que já acima se disse acerca da Paz e das suas características temos que ela é um conceito amplo e multidisciplinar que não se esgota em si mesma e, para além das muitas abordagens teóricas de que tem sido alvo ao longo dos séculos, ela

¹¹ *Ibidem*.

¹² Filipe Rocha, *Educar para a Paz*, (Universidade, Coimbra, 1989). 250.

¹³ Cf. Pierre Weil, *A arte de viver em Paz*, (Lisboa: Editora ASA, 2005), 34.

¹⁴ *Ibidem*, 250.

é, em si mesma, suscetível de várias interpretações uma vez que a podemos dividir em mais do que um conceito, resultando, deste processo de divisão um conjunto de tipos de Paz que pode ser analisado individualmente. É por esta razão que quando lemos sobre Paz, mesmo ao nível da nossa vida quotidiana, várias vezes nos deparamos com conceitos tais como *Paz de potência*, *Paz de impotência* e *Paz de satisfação*.

A primeira, a Paz de potência é interpretada por Rocha¹⁵ como sendo aquela que é imposta e aceite. Ou seja, trata-se de um estado de Paz que resulta do facto de uma nação mais forte e declaradamente mais dotada de meios bélicos submeter nações mais fracas à sua supremacia. A Paz existe, mas é uma Paz baseada no medo.

Partindo desta interpretação, podemos aferir que a Paz de impotência pode ser entendida como a que resulta da submissão da nação mais fraca. De facto, e tal como Rocha sustentou, esta é uma Paz que “consiste na aceitação forçada de condições indesejáveis na falta de meios para alterar a situação”.¹⁶

Já a Paz de satisfação pressupõe uma aproximação à Paz propalada no Concílio Vaticano II porque refuta a dominação de um Estado sobre o outro e não depende do jogo de equilíbrio de forças que tantas vezes, tal como agora, deixa os países em suspense e os povos apavorados. Trata-se de uma Paz que requer entendimento e partilha de ideias e que pressupõe a união dos povos, seja em figuras legais de organizações internacionais, em tratados de acordo mútuo, em confederações ou federações de índole político, comercial ou até mesmo cultural.

A partir da interpretação dos vários conceitos de Paz, da sua evolução e aceitação global foi sendo possível ao Homem empreender maneiras de alcançar a Paz, sendo que, em qualquer dos enquadramentos em que estes esforços conjuntos são empreendidos se impõe sempre necessário o consenso e a partilha mútua de objetivos. A conquista da Paz pode ser trabalhada ao nível político-jurídico, ao nível social, ao nível económico, ou ao nível educativo, sendo que em qualquer um deles, mas principalmente no âmbito político e jurídico, as relações entre os Estados são um fator determinante. Ao Estado cabe ainda outro papel crucial na construção da Paz, pois também é da sua atuação que depende o estabelecimento da Paz interna, elemento chave na construção dessa Paz maior que deve reinar no mundo. É ao Estado, qualquer que seja, que compete a importantíssima tarefa de reforçar os valores de liberdade, igualdade e fraternidade que se podem apresentar como sendo as paredes-mestras, agregadas ao pilar Paz, que seguram e albergam a sociedade harmonizada. Estas

¹⁵ Cf. Filipe Rocha, *Educar para a Paz*, (Universidade, Coimbra, 1989),19.

¹⁶ *Ibidem*, 252.

paredes, consagradas na Constituição da Organização das Nações Unidas (1945) e na Carta dos Direitos Humanos, que alavam e reforçam a polissemia da Paz pois a revestem de significado, só terão sustentação efetiva se a economia dos Estados funcionar de forma a que todos os cidadãos encontrem meios de subsistência e de suprimento das suas mais básicas necessidades. Assim, acresce a este conjunto do significado global da Paz, também os conceitos de propriedade, produção, distribuição dos bens produzidos e acesso a recursos e serviços. Todos estes mecanismos são fundamentais para a constituição da Paz entre os seres humanos e os Estados onde vivem.

As mesmas palavras são válidas para a Educação. Também ela se constitui como elemento fundamental para a consolidação da Paz sendo que lhe cabe a tarefa de incutir valores e consolidar os mesmos no Homem, alargando o seu âmbito de atuação para difusão da ciência, da cultura, da religião, da ética e da Filosofia que explica e fundamenta a Paz, e de todas as demais manifestações de evolução e desenvolvimento das pessoas e das nações onde nascem e vivem.

No outro contexto, o que há mais tempo, desde sempre para sermos mais precisos, se envolve nos estudos da Paz e lhe tenta encontrar sustentação, o da religião, a Paz encontra a sua mais antiga polissemia. No contexto da religião cristã, e tal como afirmou São João Paulo II ela “aparece continuamente associada à ideia de bem-estar, de harmonia, de felicidade, de segurança, de concórdia, de salvação e de justiça, como o bem por excelência, que Deus, “o Senhor da Paz” (2 Tes. 3,16) já agora dá, e promete em abundância: farei correr a Paz, “à maneira de um rio” (Is. 66, 12).¹⁷

Ao longo da Bíblia a história da Paz, como sentido único da existência humana, é apresentada como o caminho que conduz o Homem e a meta para que se dirige. O fim último que a Bíblia defende é a Paz, tal como se pode interpretar a partir da mensagem que fica explícita na conquista do paraíso como alcance da felicidade total e eterna. No conceito bíblico, a Paz tem o significado de “dom de Deus”¹⁸, ou, como bem expressa João Paulo II “antes de ser um dom de Deus ao Homem e um projeto humano conforme o desígnio divino, a Paz é, antes de tudo, um atributo essencial de Deus [...] Deus cria

¹⁷João Paulo II, Mensagem para o dia mundial da Paz, *A Paz: dom de Deus confiado aos homens*, AAS 74,3 (8 de dezembro de 1981) 326-338.

¹⁸António Millán Puelles (dir.), *A Paz, Gran Enciclopedia Rialp*, Edição Rialp, Madrid, 1987, Tomo XVIII, 101-105.

todas as coisas e toda a criação para formar um conjunto harmónico, bom em todas as suas partes”.¹⁹

Já no Primeiro Testamento a Paz tem um papel central sendo apresentada na própria figura de Deus Pai, o Deus da Paz que ultima para todos os seus filhos o bem-estar material e espiritual. Num outro contexto bíblico, mas ainda no âmbito do Primeiro Testamento, a Paz surge associada ao conceito de família, da Sagrada Família, que é apresentada ao Homem fiel e perseguidor da Paz no âmbito de uma relação estreita com a justiça, com a fidelidade e com a aliança.

Tal como acontece com a Paz Kantiana ou com a Paz que emerge do Peace Research também a Paz de Deus tem, em si mesma, uma multiplicidade de ligações e ramificações em conceitos latentes como se pode ver em Isaías 32,17 onde ela é apresentada como resultado do trabalho da justiça. Num outro momento, a Paz apresenta-se como resultado da retidão e da ordem sendo associada ao cumprimento dos mandamentos na medida em que o Homem é premiado com uma aliança de Paz com Deus por se ter mostrado fiel à Sua Palavra.²⁰

Esta Paz dos primeiros livros da Bíblia é caracterizada como a Paz que oferece ao mundo e ao humano segurança e prosperidade e que tem o seu culminar, o fim extremo da Felicidade, com a chegada ao mundo do “príncipe da Paz”, o Messias.²¹

É de resto, após a chegada de Jesus e da narração da sua vida que a Paz assume um carácter quase fantástico, associada ao projeto de felicidade que Ele nos apresenta e às bem-aventuranças que nos vem trazer.²² Deste conjunto destaca-se a bem-aventurança do versículo 9 onde Jesus diz “Felizes os pacificadores, porque serão chamados filhos de Deus”, remetendo, nas Suas Palavras, para as pessoas que têm o dom e a capacidade de fazer Paz²³. A ideia expressa no versículo 9 é explicada com a afirmação de que “os pacificadores são pessoas que dispõem de um poder graças ao qual impõem aos outros que vivam em Paz, reprimindo, se necessário, aqueles que pretendem perturbar esta Paz”²⁴

Na novidade dos evangelhos que colocam o Amor que o Homem deve ter a Deus, na decorrência da interpretação judaica, no mesmo patamar que deve dar aos

¹⁹ João Paulo II, Mensagem para o dia mundial da Paz, *A Paz: dom de Deus confiado aos homens*, AAS 74,3 (8 de dezembro de 1981) 326-338.

²⁰ Cf. António Millán Puelles (dir.), *A Paz*, *Gran Enciclopedia Rialp*, Edição Rialp, Madrid, (1987), Tomo XVIII, 104.

²¹ *Ibidem*, 104.

²² *Ibidem*, 104.

²³ Cf. Jacques Dupont, *A mensagem das bem-aventuranças, cadernos bíblicos n.º 33*, (Lisboa, Difusora bíblica, maio, 1991),47.

²⁴ *Ibidem*, 52.

outros seres humanos reside a verdadeira essência da Paz, a sua principal polissemia. Quando os homens e mulheres do Primeiro Testamento apostavam o caminho a seguir nas suas vidas no cumprimento dos Mandamentos e no Amor incondicional ao Pai eles não colocavam aqueles que os rodeavam na mesma linha, não os consideravam à altura de Deus e merecedores do mesmo respeito. Mas Jesus e as suas Bem-aventuranças vieram desafiar a ordem pré-estabelecida quando afirmaram a ideia de que o amor ao próximo está no mesmo patamar que o amor a Deus e que a misericórdia nas Bem-aventuranças reside na arte e no esforço de ajudar os outros e de promover a convivência em concórdia, tal como qualquer um de nós faria se na presença do Pai. É esta a interpretação que São João Paulo II também apresenta ao afirmar que “o Evangelho de Cristo é um Evangelho de Paz ‘Bem-aventurados os pacíficos, porque serão chamados filhos de Deus’”²⁵

Assim, no âmbito do sentido bíblico, da polissemia da tradição cristã, a Paz pode ser entendida como a condição feliz e tranquila do ser humano sem temor nem perturbação, ou seja, de tudo quanto exprime o Bem.

2. Magistério da Igreja: preocupação e contributo na construção da Paz

A Sagrada Escritura é a expressão máxima e o dom sublime, a ode perfeita à Paz.

O Magistério da Igreja, que parte das reflexões em torno da Palavra Divina, sustenta a sua empreitada pela busca e construção da Paz eterna e mundial na Palavra de Deus, que a Bíblia expressa, e onde a Paz se apresenta como o maior dos dons e fonte de todas as bênçãos²⁶.

Na verdade, e se atentarmos às afirmações do Conselho Pontifício Justiça e Paz, entidade da Curia Romana, que tem por principal objetivo a promoção da justiça e da Paz em função do Evangelho e da Doutrina Social da Igreja, a Paz que a Igreja procura promover e implantar junto do Homem é tão somente: Deus. Tal como a própria Sagrada Escritura define: “Deus é Paz” (Jz 6,24). De facto, e de acordo com este organismo “antes de ser um dom de Deus ao Homem e um projeto humano conforme o desígnio divino, a Paz é, antes de tudo, um atributo essencial de Deus [...] Deus cria

²⁵ João Paulo II, Mensagem para o dia mundial da Paz, Para alcançar a Paz, *Educar para a Paz*, AAS 71,1 (8 de dezembro de 1978) 57- 66.

²⁶ Cf. Fernando Ventura, *A Paz messiânica, a Utopia de Deus*, Bíblica. Série científica nº 11, Difusora Bíblica, nº 283; AA.VV, Vocabulário de Teologia Bíblica, 7ed. Petrópoles, Vozes, (2003),731.

todas as coisas e toda a criação para formar um conjunto harmónico, bom em todas as suas partes”.²⁷

Ao longo de todo o Antigo Testamento, a promessa da Paz é apresentada com estímulo à caminhada do Povo do Senhor, sendo definida como o bem messiânico por excelência e que todos os outros bens que Deus tem para nos oferecer estão dependentes²⁸.

Apesar de se afirmar desde sempre como o pilar da caminhada do povo de Deus, e, por isso, suporte estrutural da Igreja, a palavra Paz, tal como já vimos no item anterior, não é de fácil tradução, mesmo para a Igreja que ao longo dos séculos tem vindo a tentar descortinar a densidade dos significados que nela se encerra. A Paz, na sua polissemia, “é uma palavra de sentido totalizante, unitário e teológico, precisamente por ser polissémico”²⁹. De acordo com a afirmação transcrita de Carreira das Neves³⁰ podemos verificar que a Paz é uma e muitas coisas ao mesmo tempo, sendo dotada de um enorme significado social, servindo de baluarte a um significativo leque de dimensões do relacionamento humano, e de farol à empreitada de construção de relações sociais justas.

Este é o desígnio de Paz que o Magistério da Igreja persegue desde que Jesus se apresentou na terra e, desde logo, fez saber que o centro das suas preocupações, a sua missão, era a Paz. De facto, a própria postura de Jesus, arreigada de preconceitos e fomentadora de atitudes de apelo à conversão do coração dos homens e mulheres são esclarecedoras desse propósito.

Na Sagrada Escritura não faltam memórias do repúdio de Jesus à violência que servem à Igreja e ao Homem de manancial testamentário da Paz de Cristo mas a expressão maior da defesa do filho de Deus pela Paz está no mandamento que nos deixou ficar “amai-vos uns aos outros como eu vos amei” (Jo 15,9). Esta é, na nossa opinião, a mensagem mais emblemática que Jesus nos deu e que cimenta o contributo do Magistério da Igreja na construção da Paz. Através deste mandamento Jesus apela ao amor pelo inimigo e ao perdão ilimitado de todas as falhas dos outros (Mt 18,21), fazendo-se, assim, portador da verdadeira Paz. Portador dessa Paz que depois nos

²⁷ Conselho Pontifício Justiça e Paz, *Compêndio da doutrina Social da Igreja*, Principia, S. João do Estoril nº488, (2005) 309.

²⁸ *Ibidem*, 315.

²⁹ Cf. Joaquim Carreira das Neves, *A força do shalom bíblico*, Fátima e Paz. Santuário de Fátima, (1993), 107. Cf. José Ornelas Carvalho, *A utopia da Paz na Bíblia*, Cadernos do Instituto S. Tomás de Aquino. nº9.

³⁰ *Ibidem*.

oferece através do Mistérios da Ressurreição e das suas palavras já Ressuscitado: “A Paz esteja convosco!” (Lc 24,36; Jo 20,19.21.26).

2.1. Reflexão sobre a Carta Encíclica “*Pacem in Terris*”

A carta Encíclica assinada pelo Papa João XXIII e que o autor tituló de “*Pacem in Terris*”, foi publicada no dia 11 de abril de 1963, apenas dois anos após a construção do Muro de Berlim, alguns meses depois de instalada a Crise dos Mísseis em Cuba e em pleno desenvolvimento e fervilhar da Guerra Fria que trazia a Europa e o mundo em suspenso e faziam reviver em todos os homens e mulheres o medo e os recentes horrores da II guerra mundial.

Foram pois tempos incertos e de conflitos entre nações que testemunharam a publicação daquela que ficaria conhecida como a magna carta cristã da Paz e que viria a ser interpretada como um contributo sério e duradouro para a construção da Paz dos tempos modernos. Mais: a sublimação da Paz que João XXIII subscreve vinha anunciar ao mundo conturbado que a Paz é um dos frutos da ação de Deus no Mundo, tal como se depreende a partir da interpretação da frase do autor da Carta Encíclica “a Paz na terra, anseio profundo de todos os homens de todos os tempos, não se pode estabelecer nem consolidar senão no pleno respeito da ordem instituída por Deus”³¹.

De uma forma geral, podemos classificar este importante documento como uma convocatória universal para o trabalho em favor da Paz. De facto, ninguém, nem nenhum setor da sociedade, fica fora do apelo do Papa João XXIII que coloca a responsabilidade da construção da Paz tanto nos líderes políticos e religiosos, como os setores económicos e sociais pois, tal como defende o criador desta magna carta, a Paz só será possível quando todos apostarem na criação de condições económicas e sociais justas e na promoção de um ambiente social estável.

Outra das grandes virtudes da encíclica, talvez aquela que lhe confere o destaque e a atenção que granjeou um pouco por toda a parte, é o facto de, tal como referimos no início da presente reflexão, ela ter sido escrita em função de um sistema de princípios e de valores que remetem para a atualidade histórica, apresentando uma visão do mundo atual que, ao contrário do que se fazia costume em documentos do passado, assumia

³¹ João XXIII, *Pacem in Terris*, (Lisboa: União Gráfica, 1963), nº1, 5.

uma posição clara, defendendo uma visão sustentada em valores e em julgamentos desses mesmos valores³².

Ciente da realidade que se vivia naquele princípio da década de sessenta do século passado, João XXIII não se escusa de a descrever logo nas primeiras linhas da sua Carta Encíclica, lembrando “a desordem que reina entre os indivíduos e os povos, como se as suas mútuas relações não pudessem ser reguladas senão pela força”³³ e assim deixa fluir a visão de um mundo desordenado, onde, apesar disso, o Homem progride e cresce com vista à realização de si mesmo. Ou seja, João XXIII usa desta esta visão pessimista do mundo que se plasma logo na introdução da *Pacem in Terris* apenas como justificativa para a fundamentação de uma das ideias gerais que quer passar: a ideia de otimismo e confiança na humanidade.

Este conceito de otimismo é, de resto, e segundo a nossa opinião, muito profundo ao longo de toda a magna carta pois para além de se plasmar com evidência nas palavras do Pontífice a afirmação de múltiplos aspetos positivos sobre a vivência dos homens e mulheres naquele tempo, dela ressalta a completa omissão a aspetos negativos, com exceção, claro, à frase que há pouco se transcreveu.

Ao contrário do que muitos dos seus antecessores haviam feito e mesmo ele fizera em cartas encíclicas anteriores, na sua *Pacem in Terris* João XXIII não fez condenações ou lamentações dos males do mundo, mesmo que fossem muitos, salientando, em vez disso, os sinais do esforço de elevação e da realização humana que a história muito recente justificava e a que importava dar continuidade. É por isso que esta encíclica se apresenta como o documento que acontece na linha construtiva da história e não como um certificado de contradição da mesma.

Algumas das palavras que sustentam este nosso modo de interpretar a afirmação do positivismo, aqui interpretado como o modo positivo de observar o mundo, em *Pacem in Terris* é a referência que o Papa João XXIII faz à ascensão das classes trabalhadoras e ao louvor do esforço que estas faziam no sentido de deixarem de serem “tratados à maneira de meros objetos, sem entendimento nem liberdade, à mercê do arbítrio alheio, mas como pessoas, em todos os setores da vida social, tanto no económico-social como no da política e da cultura”³⁴; ou ainda a alusão à promoção da dignidade da mulher e dos seus direitos tanto no seio das famílias como na sociedade:

³²Cf. Nunes Sedas, *Pacem in Terris*, no diálogo das ideologias. s/d. disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224155804J3tHJ9og7Kv75DS4.pdf>, acessado em 6 de janeiro de 2017.

³³ João XXIII, *Pacem in Terris*, (Lisboa: União Gráfica, 1963), Introdução, 4.

³⁴ *Ibidem*, 40.

“torna-se a mulher cada vez mais consciência da própria dignidade humana, não sofre mais ser tratada como um objeto ou um instrumento, reivindica direitos e deveres consentâneos com sua dignidade de pessoa, tanto na vida familiar como na vida social”³⁵ e mesmo na referência à eliminação de conceitos povos dominantes/povos dominadores que caracterizava o longo e doloroso sistema de colonialismo: “em nossos dias, evoluiu a sociedade humana para um padrão social e político completamente novo. Uma vez que todos os povos já proclamaram ou estão para proclamar a sua independência, acontecerá dentro em breve que já não existirão povos dominadores e povos dominados”³⁶.

Nota-se também que, neste reafirmar das coisas boas do mundo e da humanidade João XXIII projeta o progresso para a esfera moral e religiosa e vai buscar justificação para o papel que a humanidade tem no processo de construção da Paz: “quando numa pessoa surge a consciência dos próprios direitos, nela nascerá forçosamente a consciência do dever: no titular de direitos, o dever de reclamar esses direitos, como expressão de sua dignidade, nos demais, o dever de reconhecer e respeitar tais direitos. E quando as relações de convivência se colocam em termos de direito e dever, os homens abrem-se ao mundo dos valores culturais e espirituais, quais os de verdade, justiça, caridade, liberdade, tornando-se cômicos de pertencerem àquele mundo. Ademais são levados por essa estrada a conhecer melhor o verdadeiro Deus transcendente e pessoal e a colocar então as relações entre eles e Deus como fundamento de sua vida: da vida que vivem no próprio íntimo e da vida em relação com os outros homens”³⁷.

Nestes Sinais dos Tempos, a Carta Encíclica surge, então, como um desvio à corrente tradicional da religião católica, fazendo-se sobressair a ideia de que o mundo moderno, nos seus conflitos e desvios da Igreja, também é capaz de evoluir e criar coisas novas e boas porque essa capacidade reside na consciência dos direitos e da dignidade.

Da Carta Magna de João XXIII ressalta também a novidade da declaração dos Direitos do Homem entendidos na reciprocidade direitos/deveres como equação fundamental para a garantia de uma sociedade ordenada e fecunda. “Em uma convivência humana bem constituída e eficiente, é fundamental o princípio de que cada ser humano é pessoa; isto é, natureza dotada de inteligência e vontade livre. Por essa

³⁵ *Ibidem*, 41.

³⁶ *Ibidem*, 42.

³⁷ *Ibidem*, 44-45.

razão, possui em si mesmo direitos e deveres, que emanam direta e simultaneamente de sua própria natureza. Trata-se, por conseguinte, de direitos e deveres universais, invioláveis, e inalienáveis”³⁸.

Nesta alusão aos direitos do Homem, João XXIII inova ao incluir no seu texto todos os aspetos fundamentais da vida dos indivíduos e das sociedades, fazendo uma profusa alusão ao direito à vida e à integridade física, à dignidade pessoal e à boa reputação, à liberdade em todos os seus contextos, à participação social e cultural, à escolha livre e consciente de religião, ao trabalho e à justa remuneração, à segurança e à saúde, à propriedade privada e à livre circulação, entre outros. Nesta Carta Encíclica, e pela primeira vez na história do ensino social da igreja, o Vaticano subscreve uma aproximação evidente à Declaração Universal dos Direitos Humanos, subscrita a 10 de dezembro de 1948 na Assembleia Geral da ONU, donde se pode depreender a abertura da Igreja para o mundo contemporâneo e o apelo à consciência do Homem para o verdadeiro e fundamental progresso da humanidade.

Uma leitura desenquadrada de conhecimentos histórico-políticos da época e apenas sustentada à luz dos valores elevados por João XXIII e que hoje assumimos como certezas invioláveis, o que, por si só já seria suficiente para justificar a grandeza e amplitude da *Pacem in Terris*, podem concorrer para enublar a profunda compreensão da inovação e da ousadia deste importante documento. Na verdade, toda a Magna Carta, surge, àquele tempo, como um “atrevimento” face às ordens instituídas. Se, como dissemos, as maiores nações do mundo assumiam em concordância uma longa lista de direitos para todos os seres humanos, a verdade é que, na prática, na década de sessenta, poucos eram os países que no seu quotidiano punham em execução os valores subscritos. Em Portugal, por exemplo, país de profundo cariz católico, vivia-se uma ditadura liderada por António Oliveira Salazar (1889-1970) onde grande parte dos direitos e valores aclamados por João XXIII não eram considerados na vivência diária e comum dos homens e mulheres e ao nível territorial o país somava colónias e vivia os primeiros anos de uma longa guerra que tinha por fundamentação, precisamente, a defesa de tudo o que era contrário às palavras do Pontífice. Se tomarmos o exemplo português, e considerarmos os movimentos de guerrilha anti-colonial, a luta de raças na América e os esforços e emancipação feminina um pouco por todo o mundo ocidental, podemos perceber mais de perto o arrojo e a coragem do subscritor da *Pacem in Terris*.

João XXIII, ao enumerar e exaltar os Direitos do Homem contrariou o curso quotidiano dos líderes políticos do seu tempo e também a própria instituição que

³⁸ *Ibidem*, 9.

liderava, pois até à publicação da Magna Carta que trazemos em observação, a Igreja ocupava-se, preferencialmente dos deveres do Homem³⁹.

A nosso ver, esta tomada de posição do Papa João XXIII face aos direitos da humanidade é também um reclamar a autonomia da Igreja face aos poderes instituídos, que se reforça com o texto que compõe a segunda parte da Carta Encíclica que aborda questões de organização da sociedade política. Neste ponto, João XXIII acrescenta duas novidades à forma de estar e de pensar da Igreja sendo que o primeiro tem a ver com o modo como o problema filosófico da autoridade é abordado. Ao longo de vários séculos, sustentada nas palavras bíblicas de que “toda a autoridade vem de Deus” (Rom, XIII, 1-4), a Igreja firmou o seu papel nas sociedades através da sacralização do Poder e assim, de certa forma, também contribuiu para a “sacralização” daqueles que chegavam ao poder. Com base nesta premissa bíblica, os povos aceitavam os mandos e desmandos dos seus governantes, mas, com as suas palavras e tomada de posição, o autor de *Pacem in Terris* veio trazer uma nova interpretação às palavras do Apóstolo São Paulo, explicando que “pelo facto, (...) de a autoridade provir de Deus, de nenhum modo se conclui que homens e mulheres não tenham faculdade de eleger os próprios governantes, de determinar a forma de governo e o método e a alçada dos poderes públicos. Segue-se daí que a doutrina por nós exposta é compatível com qualquer regime genuinamente democrático”⁴⁰. Ou seja, a interpretação avançada por João XXIII veio atribuir ao Homem a responsabilidade pela escolha dos seus dirigentes, firmando a ideia de que os titulares da autoridade não são investidos por Deus e, muito menos, ficarão sacralizados pelo facto de terem chegado a líderes de determinado povo, muito pelo contrário: “se a autoridade não reconhecer os direitos da pessoa, ou os violar, não só perde ela a sua razão de ser como também as suas injunções perdem a força de obrigar em consciência”⁴¹. Em função desta tomada de posição, o Papa destituiu do poder político a ideia de bênção de Deus e acrescenta-lhe a responsabilidade moral de respeito pelo direito dos homens e mulheres elegerem os seus dirigentes e de estes respeitarem os seus eleitores pelos Direitos exaltados na primeira parte da Carta Encíclica.

Partindo destas considerações, ressalva-se ainda a importância que o Pontífice parece subscrever à democracia, que embora não apareça concretamente definido ou assumido em nenhuma parte da Magna Carta é elevado no sentido em que todo o

³⁹ Cf. Adeildo Nunes, *execução da pena e da medida de segurança* (Universidade Lusíada de Lisboa: 2014), 46.

⁴⁰ João XXIII, *Pacem in Terris*, (Lisboa: União Gráfica, Força proveniente da Ordem Moral, 1963), 52.

⁴¹ *Ibidem*, 61.

documento parece ser um apelo à realização plena dos direitos do Homem, e tal só poderá ocorrer quando este for livre de proceder às suas escolhas e considerado como igual aos olhos da lei.

De considerar, também, sob o ponto de vista da reflexão, a abordagem que João XXIII faz ao papel dos Estados e às funções concretas que devem ter, nomeadamente na relação que promovem com os refugiados, tema que, de resto, nos chamou a atenção dada a situação que se vive atualmente na Europa. Neste ponto, João XXIII chega mesmo a demarcar-se do tom “pacificador” que assume ao longo de toda a encíclica para condenar a excessiva restrição política que alguns governos impõem a alguns cidadãos, defendendo mesmo que “os chefes de algumas nações restringem em demasiado os limites de uma justa liberdade que permita aos cidadãos respirar um clima humano. Muito ao contrário, em tais regimes acontece que se ponha em dúvida o próprio direito de liberdade, ou até que este se veja inteiramente sufocado. Nessas condições mina-se radicalmente a reta ordem da convivência humana, pois o poder público, por sua própria natureza, diz respeito à tutela do bem comum, e seu dever principal é o de reconhecer os justos limites da liberdade e salvaguardar os seus direitos”⁴².

Face às palavras dirigidas aos governantes por João XXIII, percebe-se um sentido de condenação da restrição da liberdade humana e do próprio direito à humanidade perpetrada por alguns governantes o que, julgamos, concorre contra a implantação da desejada Paz, tal como agora, facilmente percebemos se considerarmos os factos relativos aos refugiados da Síria e à forma como a sua entrada em alguns países da Europa tem sido impedida e mesmo, indo mais longe, a forma como uma grande parte da sociedade civil europeia gere e contesta a abertura de fronteiras.

Na mesma Carta Encíclica, são também feitas propostas que consideramos de indelével valor e que, indo ao encontro do que temos vindo a sublinhar, não deixam de merecer destaque pois são a afirmação do modelo político que João XXIII defendeu e que, aos poucos, se foi cimentando pelo mundo e hoje considerados regimes modernos não totalitários.

Nesta reflexão, será também interessante ressaltar o facto de que a Carta Encíclica não é um documento dirigido aos Católicos mas sim, “a todos os homens de boa vontade” e é também a todos estes homens e mulheres que João XXIII atribui a tarefa de “restaurar as relações de convivência humana na base da verdade, justiça, amor e liberdade: as relações das pessoas entre si, as relações das pessoas com as suas

⁴² Ibidem,104.

respetivas comunidades políticas, e as dessas comunidades entre si, bem como o relacionamento de pessoas, famílias, organismos intermédios e comunidades políticas com a comunidade mundial”.⁴³

Estamos em crer que ao tomar a iniciativa de chamar todos os homens e mulheres de boa vontade ao cumprimento desta “tarefa imensa” o Pontífice assume, na redação da sua Carta Encíclica *Pacem in Terris*, um papel de dialogante, de alguém que não pretende dar lições ou passar ensinamentos mas sim, colocar-se ao lado daqueles que com ele estiverem dispostos a fazer a caminhada pela Paz. Da mesma forma, e partindo da mesma base de análise, acreditamos que esta abertura da Igreja a outros indivíduos de todo o mundo, que não sejam católicos, para participar da empreitada pela construção da Paz, dota os católicos do papel de colaboradores e chama-os ao atendimento do pedido de compreensão e aceitação de outras religiões.

De novo, e atendendo à sociedade em que vivemos e em que somos, julgamos que o teor destas palavras de João XXIII são de uma profundidade e amplitude imensa na medida em que a latente falta de Paz, e a aparente evidência de insucesso na sua construção continua a dever-se em grande medida a essa lacuna incomensurável da incompreensão dos indivíduos pelo outro e por todos aqueles que se expressam em nome de um deus diferente.

Com a sua Carta Encíclica *Pacem in Terris*, o Papa João XXIII consegue desenhar novos horizontes à forma como a Igreja se relaciona com o mundo, oferecendo sobre a mesma uma visão positiva e colaborante, que se mostra capaz de promover valores e exaltar junto dos homens e mulheres aquilo que eles têm de melhor. Assim, acreditamos que a *Pacem in Terris* pode ser resumida como uma nova e abrangente abordagem à construção da Paz universal e perpétua.

2.2. Mensagens Pontifícias para o Dia Mundial da Paz

O Dia Mundial da Paz, a que inicialmente se chamou de Dia da Paz, foi comemorado pela primeira vez a 1 de janeiro de 1968, poucos dias após o Papa Paulo VI ter manifestado vontade da criação de um dia de celebração da Paz no seu texto encíclico de 8 de dezembro de 1967, dia da solenidade da Imaculada Conceição. Esta intenção depressa foi acolhida pela comunidade internacional. De acordo com a vontade do promotor tanto da data para a celebração da Paz como da instituição desse dia em sua

⁴³ Ibidem, 162.

honra, tornava-se muito importante que todos os indivíduos, independentemente das suas posições geopolíticas, trabalhassem pela Paz.

De resto, e na primeira mensagem escrita para a comemoração do primeiro dia da Paz celebrado, o Papa disse que a proposta “de dedicar à Paz o primeiro dia do novo ano não tem pretensão de ser qualificada como exclusivamente religiosa ou católica. Antes, seria para desejar que ela encontrasse a adesão de todos os verdadeiros amigos da Paz”⁴⁴. Com vista a firmar raízes não só à iniciativa recém-criada mas ao que a mesma representava, o autor da primeira mensagem do Dia Mundial da Paz expressou o desejo de que esta pudesse ganhar cada vez mais expressão pelo mundo e que a adesão dos povos à comemoração do dia e ao seu significado tivesse “caráter sincero e forte de uma humanidade consciente e liberta dos seus tristes e fatais conflitos bélicos, que quer dar à história do mundo um devir mais feliz, ordenado e civil”⁴⁵.

Portanto, o Dia Mundial da Paz é um dia para ser celebrado pelos “verdadeiros amigos da Paz”⁴⁶, independentemente do credo, etnia, posição social ou económica que possam ter.

Tendo em conta a faceta polissémica da Paz e a inconstância do mundo, sempre em constante mutação e sempre a inovar no que concerne à criação de conflitos e desrespeitos aos valores maiores da dignidade humana, os temas que os sucessivos Pontífices têm abordado ao longo dos anos nas suas mensagens para a comemoração deste dia são variados, mas sempre com a tónica da Paz em nota. Esta é, de resto, a tónica que D. José Policarpo defende no prefácio da coletânea das mensagens dos Papas Paulo VI e João Paulo II, quando escreve: “o cristianismo sempre se afirmou (...) como projeto de sociedade, porque a sua doutrina ilumina a totalidade da existência humana. As mensagens para o Dia Mundial da Paz são a afirmação clara dessa consciência de que a doutrina cristã, pelos valores que inspira e pela grandeza da visão que tem do Homem, é a base para um projeto de sociedade em que os cristãos aceitem convergir com todas as outras inspirações positivas do conviver humano”⁴⁷.

Nos próximos itens tomamos em análise as mensagens do Pontificado dos Papas Paulo VI, João Paulo II, Bento XVI e Francisco.

⁴⁴ Paulo VI, Mensagens do Dia Mundial da Paz, Comissão Nacional Justiça e Paz, (Mensagens para a Paz – Textos de Paulo VI a João Paulo II para a Celebração do Dia Mundial da Paz, Principia, S. João do Estoril, Cascais, 1ª edição, Fevereiro, 2002).

⁴⁵ Ibidem.

⁴⁶ Ibidem.

⁴⁷ Ibidem 5.

2.2.1. Pontificado de Paulo VI (1963-1978)

Na sua mensagem para o primeiro Dia Mundial da Paz em 1973, Paulo VI dirigiu-se a todos os homens e mulheres de boa vontade exortando-os para uma celebração da Paz que se afigurava na aceitação e disseminação da proposta de lhe dedicar, dali para a frente, o primeiro dia de cada novo ano, como que se a sublinhar a ideia de que o renovar do ciclo anual, seria também o renovar e reafirmar de forças da humanidade na luta pela instituição da Paz em todo o planeta e junto de toda a humanidade.

Sendo que se tratava da primeira mensagem para o primeiro Dia da Paz, uma boa parte da mensagem tem por finalidade a explicação da proposta da criação do dia e o porquê da escolha daquela data em particular. É por isso que quase logo no início se pode ler “Dirigimo-nos a todos os homens de boa vontade, para os exortar a celebrar o «Dia da Paz» em todo o mundo, no primeiro dia do ano civil, (...). Desejaríamos que depois, cada ano, esta celebração se viesse a repetir, como augúrio e promessa, no início do calendário que mede e traça o caminho da vida humana no tempo que seja a Paz, com o seu justo e benéfico equilíbrio, a dominar o processar-se da história no futuro”⁴⁸.

Esta primeira mensagem para o Dia da Paz, que como já dissemos em cima se passaria a denominar Dia Mundial da Paz, é uma adição positiva ao esforço que a Igreja vinha empreendendo ao longo dos tempos pela difusão da Paz e o facto do seu subscritor a endereçar a todos os indivíduos de boa vontade e de, abertamente, convidar à celebração deste dia homens e mulheres de outras religiões e de outros credos, é a assunção explícita de que as divisões e tensões religiosas eram então, como são agora, uma das mais influentes causas da criação de tensões e desentendimentos entre os povos, ou seja, uma razão fulcral das constantes fraturas na campanha pela Paz.

Aproveitando o facto de se tratar da primeira mensagem daquele que se desejava ser um dia para repetir *ad eternum*, Paulo VI explica no seu primeiro texto a justificativa para a criação de um dia em que, em todo o mundo, os povos refletissem sobre a Paz, indo, nesta sua argumentação, de encontro a outros momentos em que a Paz fora exaltada e como na Carta Encíclica *Pacem in Terris*: “fazê-lo porque vemos a Paz gravemente ameaçada e impelidos pelos acontecimentos terríveis que podem ser catastróficos para nações inteiras e, talvez mesmo, para grande parte da humanidade; fazemo-lo ainda, porque nos últimos anos da história do nosso século, tornou-se

⁴⁸ Paulo VI, Mensagens do Dia Mundial da Paz, Comissão Nacional Justiça e Paz, (Mensagens para a Paz – Textos de Paulo VI a João Paulo II para a Celebração do Dia Mundial da Paz, Principia, S. João do Estoril, Cascais, 1ª edição – Fevereiro, 2002).

finalmente patente de modo claríssimo, que a Paz é a única e a verdadeira linha do progresso humano”.⁴⁹

Na mesma mensagem, Paulo IV assume como elementos fundamentais para a Paz a justiça e o amor, admitindo-os como os seus sólidos fundamentos, tanto nas relações que os Estados desenvolvem entre si, como entre os cidadãos e entre estes e os seus Estados.

No ano seguinte, o apelo do mesmo Pontífice pela Paz toma como tônica fundamental os argumentos de base da *Pacem in Terris*: os direitos do Homem e o papel que estes têm na construção da Paz. Nesta sua segunda mensagem, lida no primeiro dia de 1969, Paulo VI declara a Paz como um dever universal, na medida em que é “um bem supremo da vida do Homem sobre a terra, um interesse de primeira ordem, uma aspiração comum (...) senhora de si e do mundo (...) uma lei fundamental para a circulação do pensamento, da cultura, da economia e da arte”⁵⁰. Sendo um bem tão aglutinador de todas as restantes facetas da vida, subentende-se, nas palavras de Paulo VI, que todos os seres humanos devem promover a sua defesa, tanto mais que dessa empreitada resulta também a defesa e o respeito pelos direitos fundamentais dos Homens.

Em 1970, na sua terceira mensagem para a celebração do Dia Mundial da Paz, o mesmo Papa reafirma-lhe a importância e apresenta-a na relação com o Homem, ou melhor, do Homem com esta. É por isso que nesta mensagem Paulo VI fala na grandiosidade de desejar a Paz esclarecendo que esse desejo é o motor comum para a ocorrência da reconciliação e da comunhão entre toda a humanidade. Nessa mensagem, podemos então dizer que a Paz toma a figura de desejo mas também de prática, de algo que só pode ser alcançado mediante o esforço e o trabalho ativo. “A Paz não é algo para ser saboreado; cria-se. A Paz não é um nível já alcançado; é sim um nível superior, ao qual todos e cada um de nós devemos aspirar”⁵¹.

Na mensagem do ano seguinte, o discurso de Paulo IV traz um novo adjetivo para a Paz classificando-a de progressiva e exorta ao seu desenvolvimento constante. Neste ano, a mensagem Papal assume, nos primeiros parágrafos, uma tônica de desalento, ou melhor, esmorecimento pois que, nas suas palavras, o Pontífice parece deixar passar a ideia de que o desejo da Paz parece estar ainda nessa esfera do

⁴⁹ *Ibidem*.

⁵⁰ Paulo VI, *A promoção dos Direitos do Homem, caminho para a Paz*, Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz, (Lisboa: Comissão Justiça e Paz, Caminhos da Paz no 25º aniversário da primeira mensagem da Paz, Rei dos Livros, 1969) 27.

⁵¹ Paulo VI, *Educar para a Paz através da reconciliação*, Comissão Justiça e Paz, (Lisboa: Caminhos da Paz no 25º aniversário da primeira mensagem da Paz, Rei dos Livros, 1970), 37.

inalcançável, pois que pelo mundo pululam ainda as guerras que reafirmam essa superior necessidade da Paz que só poderá ser alcançada quando a consciência universal admitir em si mesma que todos os indivíduos são irmãos.

E de onde vem a Paz? A resposta brota da mensagem que o Papa Paulo VI guarda para o ano de 1972, onde garante que a mesma é fruto da justiça (cf. Is 32,17)⁵² e explica esta última no seu sentido mais lato, do respeito pelo equilíbrio de todas as dimensões da pessoa. Assim, como que numa espécie de exultação o subscritor da Mensagem daquele Dia Mundial da Paz escreve: “se queres a Paz, trabalha pela justiça” logo no título da mensagem onde constata que a Paz está em perigo sempre que não for reconhecida ao Homem a sua dignidade e enquanto todos não trabalharem em prol do bem comum.

A imagem da Paz enquanto desejo volta a ser assinalada em 1973 numa mensagem que reforça a afirmação de que a Paz só será possível quando se conseguir a imposição de uma pedagogia capaz de contrariar a lógica do ódio. “A Paz é, antes de mais nada, uma condição de espírito. Ela penetrou, finalmente, como uma necessidade lógica e humana, nas consciências de muitas pessoas e, de modo especial, das novas gerações: deve ser possível, dizem, viver-se sem odiar e sem matar. Impõe-se, pois, uma pedagogia nova e universal - a pedagogia da Paz”⁵³.

Essa Paz, que “depende também e especialmente de vós”⁵⁴, “homens de comando, homens de cultura e homens de negócios”⁵⁵, só se fará possível quando os seres humanos aprenderem a perdoar. Esta é a pedra basilar da mensagem “a reconciliação, caminho para a Paz” que marcou as comemorações do dia Mundial da Paz de 1975. Neste ano, Paulo VI fundamentou a sua mensagem de Paz na necessidade de se aprender a perdoar e na importância da abertura do espírito humano para a reconciliação e, principalmente, para o saber recomeçar. De acordo com as palavras do Pontífice, a Paz imposta nunca será verdadeira uma vez que esta só pode resultar dos corações reconciliados. “Não basta conter a guerra, suspender as lutas, impor tréguas e armistícios, delimitar fronteiras e definir relações e criar fontes de interesses comuns; não basta paralisar as hipóteses de contendas radicais mediante o terror de inauditas

⁵² Paulo VI, *Se queres a Paz, trabalha pela justiça*. Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz, Comissão Justiça e Paz, (Lisboa: Caminhos da Paz no 25º aniversário da primeira mensagem da Paz, Rei dos Livros, 1972), 64.

⁵³ Paulo VI, *A Paz é possível*. Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz, Comissão Justiça e Paz, (Lisboa: Caminhos da Paz no 25º aniversário da primeira mensagem da Paz, Rei dos Livros.,1973), 77.

⁵⁴ Paulo VI, *A Paz também depende de ti*. Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz, Comissão Justiça e Paz, (Lisboa: Caminhos da Paz no 25º aniversário da primeira mensagem da Paz, Rei dos Livros, 1974), 80.

⁵⁵ *Ibidem*

destruições e sofrimentos; não basta, enfim, uma Paz imposta, uma Paz utilitária e provisória. É necessário tender para uma Paz amada, livre e fraterna, isto é, fundada sobre a reconciliação dos espíritos”⁵⁶.

Ao longo do seu pontificado, Paulo IV foi ainda o responsável pela redação das mensagens de Paz para os primeiros dias dos anos de 1976⁵⁷, 1977⁵⁸ e 1978⁵⁹, mensagens em que elucidou sobre quais as verdadeiras armas para a Paz, apresentando-as como armas morais que “dão força e prestígio ao direito internacional”⁶⁰, como a da observância dos pactos internacionais e a do desarmamento militar, ou como a da defesa da vida que se constituiu título da mensagem do ano de 1977 e a da renúncia total à violência, cuja tónica se sublinhou ao longo de todo o texto da última mensagem redigida por este Pontífice.

Ao longo de todas as suas mensagens para o Dia Mundial da Paz, Paulo VI abraçou o pilar de todo o seu pontificado defendendo incansavelmente a ideia de que a construção da Paz se sustentava na defesa da vida humana e que esta só se tornaria possível através do desejo e do trabalho de todos os homens e mulheres de todas as religiões, desde que, para isso, se juntassem apenas o elemento comum da vontade. As mensagens de Paulo VI primam pela tónica da abertura da missão da Igreja a toda a comunidade internacional e a todos os indivíduos na sua particularidade. Nestes textos a Paz é-nos apresentada como um valor e um dever universal que tem por alicerce a ordem racional e moral da sociedade e cujas raízes mais profundas estão em Deus.

2.2.2. Pontificado de João Paulo II (1978-2005)

A proposta da celebração da Paz a cada novo dia de cada novo ano que Paulo IV lançara foi abraçada com a mesma intensidade com que vinha sendo promovida pelo seu sucessor, o Papa João Paulo II. De resto, tal como já se verificara ao longo dos anos 60 e 70, também este novo pontífice fez da Paz a bandeira do seu longo pontificado, trabalhando arduamente na sua defesa e sempre sustentado em dois instrumentos fundamentais, a sua extraordinária sensibilidade que decorria da experiência de vida

⁵⁶ Paulo VI, *A Reconciliação, caminho para a Paz*. Mensagem para o Dia Mundial da Paz, Comissão Justiça e Paz, (Lisboa: Caminhos da Paz no 25º aniversário da primeira mensagem da Paz, Rei dos Livros, 1975) 106-107.

⁵⁷ “As verdadeiras Armas da Paz”.

⁵⁸ “Se queres a Paz, defende a vida”.

⁵⁹ “Não à violência, sim à Paz”.

⁶⁰ Paulo VI, *As verdadeiras armas da Paz*, Mensagem para o Dia Mundial da Paz, Comissão Justiça e Paz, (Lisboa: Caminhos da Paz no 25º aniversário da primeira mensagem da Paz, Rei dos Livros, 1976), 108-110.

muito marcada pelas agruras da guerra na Alemanha e da capacidade de ler os sinais de Deus naqueles tempos.

Incansável na persecução da Paz ao longo dos seus 26 anos de pontificado, João Paulo II começa a redação das suas mensagens para o Dia Mundial da Paz, apontando a educação como caminho para a Paz e afirmando que: “alcançar a Paz: é a súplica e o coroamento de todas as nossas aspirações”⁶¹. Aspiração a que sempre se manteve fiel e a que juntou logo no ano seguinte a defesa da verdade⁶² como elemento auxiliar, e incontornável, na cruzada universal da Paz. Foi com a afirmação da verdade enquanto força para a Paz que o pontífice herdeiro de Paulo VI deu início às mensagens que pautariam toda a década de 80 do Século XX. No ano seguinte, em 1981, João Paulo II ousa incitar a humanidade à Paz através de uma contundente afirmação que plasma logo no título do seu texto “Para servir a Paz, respeita a liberdade”⁶³. A liberdade é então também chamada a fazer parte do conjunto de instrumentos, a par da verdade, que favorecem a construção da Paz. Trata-se de uma liberdade em que a humanidade é celebrada como criação e imagem de Deus, portanto igual entre si, merecedora dos mesmos direitos e do mesmo respeito, livre, em suma.

É também uma liberdade que só se pode realizar no diálogo, pois que é este o “elemento central e indispensável do pensamento ético dos homens”⁶⁴, o elemento que proporciona o intercâmbio, a comunicação e se reveste na faculdade de exprimir a realidade na busca da vontade comum. Na mensagem de 1983, João Paulo II convida todos ao exercício do diálogo e sublinha um recado nunca antes endereçado à comunicação social de massas, geradora de alimento à formação da opinião pública mas também promotora da “compreensão e do diálogo entre os grupos, entre as nações e entre as civilizações”⁶⁵.

Surge esta mensagem um ano após a Paz ter sido declarada por João Paulo II Dom de Deus e por Este a ter confiado à humanidade. Qual a maior exultação que se pode fazer à Paz? Qual a maior afirmação da sua grandeza do que afirmar a mesma não

⁶¹ Cf. João Paulo II, *Para alcançar a Paz, educar para a Paz*. Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz. Comissão Justiça e Paz, (Lisboa: Caminhos da Paz no 25º aniversário da primeira mensagem da Paz, Rei dos Livros, 1979), 167.

⁶² Cf. João Paulo II, *A verdade, força da Paz*. Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz. Comissão Justiça e Paz, (Lisboa: Caminhos da Paz no 25º aniversário da primeira mensagem da Paz, Rei dos Livros, 1980), 192.

⁶³ Cf. João Paulo II, *Para servir a Paz, respeita a liberdade*. Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz. Comissão Justiça e Paz, (Lisboa: Caminhos da Paz no 25º aniversário da primeira mensagem da Paz, Rei dos Livros, 1981), 206.

⁶⁴ Cf. João Paulo II, *O diálogo para a Paz, um desafio para o nosso tempo*. Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz Comissão Justiça e Paz, (Lisboa: Caminhos da Paz no 25º aniversário da primeira mensagem da Paz, Rei dos Livros, 1983), 247.

⁶⁵ *Ibidem*.

como um dom que Deus nos concedeu mas, antes, um dom do próprio Deus que Ele mesmo nos oferece? Deus confia-nos o seu dom para que possamos contrariar a nossa natureza humana de trazer a guerra e a violência nos nossos corações⁶⁶ e, com a ajuda do dom da Paz sejamos, enfim, capazes de realizar a operação cardiológica da substituição, plantando em todos os indivíduos um coração novo que se deixa guiar pelo amor⁶⁷.

Nos anos e mensagens seguintes, João Paulo II vai aglutinado ao seu discurso os elementos que, no conjunto, são essenciais para a concretização dessa Paz, que apesar de tudo ainda não conhecemos.

Dentro do conjunto dos elementos que o Santo Papa enumerou estavam o desenvolvimento e a solidariedade,⁶⁸ que passariam a constituir-se a partir daqui como tónicas quase intransponíveis nas palavras do Papa e dos seus seguidores e que o mesmo explicava como veículo condutor do reconhecimento de um irmão em cada uma das pessoas com que nos cruzamos⁶⁹. Nesse conjunto está também a justiça⁷⁰, já antes sublinhada por Paulo IV, e que João Paulo II volta a lembrar como elemento fundamental na construção da Paz. Dessa justiça que vive uma relação permanente e dinâmica com a Paz, João Paulo II diz que tem “em vista o bem de cada um e de todos, pelo que exigem ordem e verdade. Quando uma é ameaçada, vacilam as duas; quando se ofende a justiça, põe-se em perigo também a Paz”⁷¹.

A marca diferenciadora do discurso pela Paz de João Paulo II começa a tomar forma nas suas mensagens da década de 90, altura em que o Santo Pontífice traz para a empreitada da construção da Paz figuras que a sociedade e a cultura ao longo de infinitas décadas relegaram para o espaço do lar e a quem tiraram muita da significância que a Sagrada Palavra de Deus sempre lhes atribuíra. Nestas mensagens começa pois a ser dado um lugar especial à família⁷², à mulher⁷³ e até mesmo às crianças⁷⁴. O discurso

⁶⁶ Cf. João Paulo II, *De um coração novo nasce a Paz*, Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz, Comissão Justiça e Paz,(Lisboa: Caminhos da Paz no 25º aniversário da primeira mensagem da Paz, Rei dos Livros, 1984), 250.

⁶⁷ *Ibidem*.

⁶⁸ Cf. João Paulo II, *Desenvolvimento e solidariedade, chaves da Paz*, Comissão Justiça e Paz,(Lisboa: Caminhos da Paz no 25º aniversário da primeira mensagem da Paz, Rei dos Livros,1987), 324.

⁶⁹ *Ibidem*, 323-324

⁷⁰ 93Cf. João Paulo II, *Da justiça de cada um nasce a Paz de todos*. Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz; AAS 90 XC, 150. JOÃO PAULO II, (2002), Não há Paz sem justiça, não há justiça sem perdão. Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz. AAS XCIV, (1998), 134-140

⁷¹ João Paulo II, *Desenvolvimento e solidariedade, chaves da Paz*, nº1. Comissão Justiça e Paz,(Lisboa: Caminhos da Paz no 25º aniversário da primeira mensagem da Paz, Rei dos Livros,1987), 323-324.

⁷² Cf. João Paulo II, *Da família nasce a Paz da família humana*. Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz, AAS LXXXVI, (1994), 159-160.

⁷³ João Paulo II, *Mulher, educadora de Paz*. Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz. AAS LXXXVII, (1995), 801-807.

da Paz ganha a tônica da proximidade e do sublinhar da incumbência de responsabilidades a todos, no sentido mais abrangente da palavra.

Nesta trindade, exaltada nas mensagens dos anos de 1995, 96 e 97, a família apresenta-se como estrutura celular educadora para a Paz, como o reconfortante espaço da tomada de consciência dos valores religiosos e culturais, principalmente, do papel de emissora desses mesmos valores aos seus. A mulher, por sua vez, enquanto elemento que está no seio da família e da sociedade, é assumida como a figura de educadora de Paz. A ela compete um grande papel na educação das crianças, que são as maiores vítimas das atrocidades da guerra, simultaneamente a maior esperança da Paz. Na exortação que João Paulo II faz ao amor pelas crianças e à distribuição desmedida de carinhos pelas mesmas reside o segredo para a Paz futura pois as crianças bem tratadas, bem educadas, vão ser as testemunhas e os mestres “de esperança e de Paz em benefício dos próprios adultos”⁷⁵. De forma explícita fica também patente na mensagem de 1996 a importância da educação que vem, como vemos a partir das mensagens anteriores, da família e da mãe mas que deve também à escola uma enorme contribuição: “além da educação familiar sem dúvida fundamental, as crianças têm direito de receber uma formação específica para a Paz, na escola e demais estruturas educativas, que têm a missão de levá-las, gradualmente, a compreender a natureza e as exigências da Paz, no âmbito do seu mundo e da sua cultura. É necessário que elas aprendam a história da Paz, e não só a das guerras vencidas ou perdidas”⁷⁶.

O tema da educação para a Paz viria a ser reforçado pelo Papa na sua mensagem de Ano Novo de 2004, altura em que lembrou a urgência do compromisso com a educação e reforçou a certeza da Paz: “a Paz é possível”⁷⁷, contrariando as tragédias que continuavam, ano após ano, a atingir a humanidade e a ferir a esperança do alcance desse ideal bíblico e do sonho encíclico do seu antecessor. É Paz possível e também uma Paz que renasce do dever e da obrigação de “educar as novas gerações para estes ideais, a fim de preparar uma era melhor para a humanidade inteira”⁷⁸.

A acrescentar a estes pilares basilares da Paz, João Paulo II, tal como fizera Paulo VI, veio ainda dizer ao mundo que sem o dom divino do perdão ela continuaria a ser uma miragem. “O perdão oferecido e aceite é a premissa indispensável para

⁷⁴ Cf. João Paulo II, *Dêmos às crianças um futuro de Paz*. Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz. AAS LXXXVIII, (1996), 104-110.

⁷⁵ *Ibidem*, 108.

⁷⁶ *Ibidem*, nº8 e 9. AAS LXXXVIII, 108-109.

⁷⁷ Cf. João Paulo II, *Um compromisso sempre atual: educar para a Paz*. Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz, nº4, AAS XCVI, (2004), 115-116.

⁷⁸ *Ibidem*.

caminhar rumo a uma Paz autêntica e estável”⁷⁹. Ciente das dificuldades de perdoar, João Paulo II sublinha, como mote minimizador desta árdua tarefa, o amor, dizendo que “o perdão, na sua forma mais autêntica e elevada, é um ato de amor gratuito”⁸⁰. Que, completando as palavras expressas nesta mensagem, só se realiza em pleno por meio do respeito da verdade.

A Paz que emana das mensagens para o Dia Mundial da Paz escritas por João Paulo II é uma Paz que, em resumo, se constrói a cada dia que os homens e mulheres se dediquem às causas da palavra de Deus e não pode ser uma Paz paralela. Ou seja, uma Paz construída apenas por uma parte dos indivíduos que habitam o mundo. Enquanto assim for, enquanto apenas uma parte, por maior que seja, se empenhar na empreitada da Paz ao mesmo tempo que a outra parte lhe ignora os instrumentos, a Paz nunca será uma realização plena e perpétua.

As mensagens de Paz de João Paulo II instigam a humanidade a perceber que enquanto esta não for vivida como valor intrínseco a cada um de nós ela não se concretizará, pois só quando cada homem e cada mulher assumir a Paz em si mesmo é que a poderá estender àqueles que nos rodeiam e assim, como que numa espécie de espiral contínua, esse valor interno da Paz partilhado por todos, chegará aos políticos que então proverão pela salvaguarda dos valores de liberdade, justiça e solidariedade que fundamentam a Paz e, finalmente, o ciclo perfeito estará a funcionar.

2.2.3. Pontificado de Bento XVI (2005-2013)

Quando assumiu a responsabilidade do seu Pontificado, Bento XVI deu seguimento ao desejo expresso por Paulo VI de que dia 1 de janeiro de cada novo dealbar de ano fosse dedicado à Paz em todo o mundo. Assim, logo na sua primeira mensagem, o Papa exulta a verdade, afirmando-a como o caminho mais curto e com menos percalços para a construção da Paz. De acordo com o que deixou expresso nesta sua mensagem “sempre que o homem se deixa iluminar pelo esplendor da verdade, empreende quase naturalmente o caminho da Paz”⁸¹. Este caminho anunciado por Bento XVI não é para ser percorrido sozinho, pois os homens e mulheres que a ele se atreverem sabem que terão sempre a companhia da Igreja, que desde sempre se dedica à divulgação e exultação do “evangelho da Paz”. Assim, e como mais à frente nesta

⁷⁹ Cf. João Paulo II, *Oferece o perdão, recebe a Paz*. Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz, nº 1, AAS LXXXIX, (1997), 191.

⁸⁰ *Ibidem*, 195.

⁸¹ Cf. Bento XVI, *Na verdade, a Paz*, Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz, nº3. AAS XCVIII, (2006), 57.

mesma mensagem se explica, a verdade que é o caminho da Paz é a verdade de Deus, pois só esta pode sensibilizar todos os homens e mulheres para a justiça, para o amor e para a solidariedade.

Neste simples enquadramento da verdade, o Papa Bento XVI assume desde logo a continuidade às mensagens para a Paz do seu antecessor e acrescenta outro dos valores que também João Paulo II havia defendido, o do combate à pobreza. Por meio das suas palavras depreende-se que a pobreza é apresentada como elemento negador da construção da Paz pelo que deve ser combatida de forma direta e através da implementação de medidas concretas por toda a comunidade internacional. Nesta primeira mensagem de Bento XVI, sublinha-se, também, que para além de ter constituído a pobreza como elemento bloqueador da Paz, o Papa empenha-se na explicação das suas causas apontando-a como o resultado de um conjunto de medidas pouco justas e equitativas que devem ser corrigidas no âmbito do mercado internacional. Assim, e por esta lógica de ideias, Bento XVI chama ao trabalho da instituição da Paz e da verdade os responsáveis pelos mercados internacionais e os políticos mas não cinge a sua atribuição de tarefas a estes grupos sociais, antes pelo contrário, uma vez que a Paz é aqui apresentada como missão de cada indivíduo, independentemente do seu papel social.

No ano seguinte, em 2007, a categoria de missão que nos cabe a cada um em particular é elevada à qualidade de dom de Deus, e de missão do Homem. “Se é verdade que a Paz entre os indivíduos e os povos — a capacidade de viverem uns ao lado dos outros tecendo relações de justiça e de solidariedade — representa um compromisso que não conhece pausa, é também verdade, antes é-o mais ainda, que a Paz é dom de Deus. A Paz é, com efeito, uma característica da ação divina, que se manifesta tanto na criação de um universo ordenado e harmonioso como também na redenção da história humana necessitada de ser recuperada da desordem do pecado”⁸². No contexto desta mensagem que exalta a Paz como dom divino e que, neste entendimento, vai ao encontro da ideia já anteriormente defendida por João Paulo II, Bento XVI defende em toda a sua mensagem do ano de 2007 que a Paz, que é dom de Deus e missão que por Ele nos foi incumbida, é intrínseca à pessoa humana, pois que esta foi criada à imagem e semelhança do Deus portador desse dom, e que reside no coração de cada um de nós.

Certo da importância do coração dos homens e mulheres e da bondade que neles reside, Bento XVI volta a lembrar em 2008 que a Paz pressupõe a formação de corações

⁸² Cf. Bento XVI, *A pessoa humana, coração da Paz*, Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz, nº5. L'Osservatore Romano (ed. Portuguesa), (2007) 24/IX/2011

reconciliados e reconciliadores e que, por isso, ela só pode ser efetiva quando os indivíduos forem capazes de reconhecer todas as dimensões do ser humano. Na mensagem deste ano, o Pontífice aponta a família como a maior responsável, e o melhor meio, para a formação desses corações reconciliadores e mais ainda, segundo acredita o Papa, é à família que cabe a grande tarefa de educar para a Paz. Neste contexto, Bento XVI aproveita o mote para denunciar todas as formas de violência de que as famílias são alvo e reitera a importância da salvaguarda destas que são as mais importantes células das sociedades. As suas palavras não deixam dúvidas quanto à importância que atribui à família no projeto de construção da Paz: “a família é a primeira e insubstituível educadora para a Paz (...). A própria comunidade social, para viver em Paz, é chamada a inspirar-se nos valores por que se rege a comunidade familiar”⁸³. Dadas estas constatações tornou-se indispensável que as famílias sejam cuidadas e que os governos providenciem para que nada lhes falte “a família precisa duma casa, de um ambiente à sua medida onde tecer as próprias relações. No caso da família humana, esta casa é a terra, o ambiente que Deus criador nos deu para que o habitássemos com criatividade e responsabilidade. Devemos cuidar do ambiente: este foi confiado ao homem, para que o guarde e cultive com liberdade responsável, tendo sempre como critério orientador o bem de todos”⁸⁴.

É quase no mesmo sentido que a mensagem de 2009 chega a todos os homens e mulheres de boa vontade que desejam a Paz. Bento XVI, nesta mensagem em particular, alerta para os perigos da pobreza e para o quão destrutivo da empreitada da Paz esta pode ser. Mas, se os seus antecessores também colocaram a pobreza no mesmo patamar, Bento XVI junta a este conceito a novidade da globalização e pela primeira vez fala deste fenómeno como diretamente responsável pela produção massiva de pobreza “combater a pobreza implica uma análise atenta do fenómeno complexo que é a globalização”⁸⁵. Para Bento XVI a reflexão acerca da pobreza e da globalização implica que esta se revista de um significado espiritual e moral.

Nesta mensagem, intitulada “Combater a pobreza, construir a Paz”, Bento XVI faz uma reflexão profunda e incisiva, mesmo inovadora e até ousada, se considerarmos a realidade social do tempo em que foi escrita e que, certamente, está presente na memória de muitos de nós, quando aborda a pobreza na perspetiva das implicações

⁸³ Cf. Bento XVI, *A família humana, comunidade de Paz*, Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz, nº 3, 7. AAS C, (2008), 38,40.

⁸⁴ *Ibidem*.

⁸⁵ Cf. Bento XVI, *Combater a pobreza, construir a Paz*, Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz (2009).

morais da mesma e se refere em concreto às campanhas para a redução da natalidade providas em cima do argumento de que o crescimento demográfico é gerador de pobreza. Bento XVI deixa clara a sua posição face a este conceito social, “realizam-se campanhas de redução da natalidade, promovidas a nível internacional, até com métodos que não respeitam a dignidade da mulher nem o direito dos esposos a decidirem responsabilmente o número dos filhos e que muitas vezes – facto ainda mais grave – não respeitam sequer o direito à vida. O extermínio de milhões de nascituros, em nome da luta à pobreza, constitui na realidade a eliminação dos mais pobres dentre os seres humanos”⁸⁶.

Como que a firmar a sua posição de protesto contra as políticas que promovem, entre outros, o aborto que, como sabemos, havia sido legalizado dois anos antes no nosso país (ainda que sob outra justificativa que não a redução demográfica), Bento XVI apresenta argumentos que favorecem a ideia de que os países ricos em demografia são os que se apresentam com melhores condições para o desenvolvimento económico e, se considerarmos estas palavras à luz dos dez anos que sobre elas volveram, atendendo, novamente, à realidade concreta do nosso país, podemos constatar o quanto o Pontífice estava certo. De facto, um país onde nascem poucas crianças é um país que depressa se faz velho, que perde a sua força de trabalho, que desespera por solidariedade mas, nesta equação, passa a ter muitos mais dependentes da bondade alheia do que humanos dispostos a ser solidários.

Ao analisarmos as mensagens do Papa Bento XVI, na sequência em que foram sendo comunicadas aos povos, depressa tomamos consciência de que este Papa tinha uma predileção especial pela família e, era, sobretudo, muito contrário à ideia do aborto. Por isso a sua mensagem para 2010 versou, precisamente, sobre o tema “Se queres cultivar a Paz, preserva a criação”⁸⁷.

A partir deste tema, o Papa alonga-se na importância da palavra criação e dela expande a sua mensagem à necessidade de preservação da natureza, alertando para a problemática das alterações climáticas, que alguns tendem a negar ainda hoje, volvidos sete anos da publicação desta mensagem. Segundo Bento XVI, os perigos da destruição do meio ambiente são um rastilho de guerra na medida em que obrigam à desertificação e dão origem a conflitos pelo acesso a recursos naturais.

⁸⁶ *Ibidem*

⁸⁷ Cf. Bento XVI, *Se queres cultivar a Paz, preserva a criação*, Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz, L'Osservatore Romano (2010) (ed. Portuguesa).

Outra das grandes causas por detrás das guerras que teimam em subsistir no mundo, apesar dos constantes apelos à Paz, e dos esforços ilimitados que ao longo de muitas décadas se têm vindo a levar a cabo, é apontada por Bento XVI na mensagem para o dia Mundial da Paz de 2011. Neste ano, o Papa enfoca o grande problema das religiões e da falta de liberdade que a elas se agregam, lembrando que “é doloroso constatar que, em algumas regiões do mundo, não é possível professar e exprimir livremente a própria religião sem pôr em risco a vida e a liberdade pessoal. Noutras regiões, há formas mais silenciosas e sofisticadas de preconceito e oposição contra os crentes e os símbolos religiosos. Os cristãos são, atualmente, o grupo religioso que padece o maior número de perseguições devido à própria fé”⁸⁸.

Em 2012, Bento XVI, retoma a ideia do combate à pobreza já explorada numa das suas primeiras mensagens para a Paz reafirmando aqui que “a Paz, (...), não é apenas dom a ser recebido, mas obra a ser construída. Para sermos verdadeiramente artífices de Paz, devemos educar-nos para a compaixão, a solidariedade, a colaboração, a fraternidade, ser ativos dentro da comunidade (...) e para a importância de procurar adequadas modalidades de redistribuição da riqueza, de promoção do crescimento, de cooperação para o desenvolvimento e de resolução dos conflitos”⁸⁹. Esta Paz que se procura e é almejada pela maioria dos indivíduos só pode ser conquistada quando se cumprir o reconhecimento de todas as dimensões do ser humano, não só quando for entendido como livre e igual mas quando todas as condições para que a liberdade e a igualdade estejam, finalmente, realizadas.

É por isso que, em 2013, na última mensagem do seu Pontificado, o Papa celebra os obreiros da Paz, chamando a atenção para a importância da educação dos jovens em função dos valores fundamentais e para conscientização destes e de todos os homens e mulheres de que esses valores são o alicerce de toda e qualquer sociedade que se quer justa e pacífica. Os jovens obreiros da Paz podem, para Bento XVI, “com o seu entusiasmo e idealismo, oferecer uma nova esperança ao mundo”⁹⁰. Partindo desta asserção podemos afirmar que a mensagem aos obreiros da Paz também é dirigida aos educadores, aos pais, às famílias, às escolas, pois a eles compete a missão de “prestar atenção ao mundo juvenil, saber escutá-lo e valorizá-lo para a construção dum futuro de

⁸⁸ Cf. Bento XVI, *Liberdade religiosa, caminho para a Paz*. Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz, L'Osservatore Romano (2011) (ed. Portuguesa).

⁸⁹ Cf. Bento XVI, *Educar os jovens para a justiça e a Paz*. Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz, L'Osservatore Romano (2012). (ed. Portuguesa).

⁹⁰ *Ibidem*, 4.

justiça e de Paz não é só uma oportunidade mas um dever primário de toda a sociedade”⁹¹.

2.2.4. Pontificado do papa Francisco (2013-....)

A tónica fundamental da primeira mensagem do Papa Francisco, que, de resto, parece ter-se assumido, na nossa opinião, como figura central do seu pontificado, foi a fraternidade. É nela que o Papa cimenta o caminho para a Paz, considerando-a uma dimensão essencial do Homem, na medida em que ele é um ser racional e na sua racionalidade deve tratar cada outra pessoa com que se cruze como uma “verdadeira irmã e um verdadeiro irmão; sem tal consciência, torna-se impossível a construção duma sociedade justa, duma Paz firme e duradoura”⁹².

Rebuscando os temas já antes abordados pelos seus antecessores, o Papa Francisco, nesta sua primeira mensagem, relembra a globalização e alerta para o facto de que por ela os homens e mulheres se fazem vizinhos mas não irmãos porque na globalização está patente uma cultura de falta de solidariedade que resvala em situações de desigualdade, pobreza e injustiça, ou seja, que espelha a ausência de fraternidade entre todos os indivíduos. A raiz da fraternidade, que é o segredo da Paz, essa está afinal em todos nós porque todos somos irmãos e a fraternidade reside na paternidade de Deus.

É precisamente ao tema da irmandade global, ao facto de sermos todos irmãos, filhos de um mesmo Pai que é Deus, que o Papa Francisco volta no ano seguinte, dando à sua mensagem de 2015 o título de “já não escravos, mas irmãos”⁹³. Nesta mensagem, o Papa instiga aqueles que o ouvem a escutar o projeto de Deus para que, por fim, possam perceber o que o Pai quer para a humanidade. Assim ao longo da sua mensagem Francisco evoca importantes e conhecidas passagens bíblicas, como a de Abel e Caim ou mesmo a de Noé, e com elas suporta a ideia da irmandade e explica, ao mesmo tempo, o facto de irmãos e irmãs nascidos de um mesmo ventre não se entenderem e serem desiguais, explicando também, por via das histórias que a Palavra Sagrada guarda, como é que se torna possível a disseminação das desigualdades ao longo das

⁹¹ *Ibidem*.

⁹² Cf. Francisco, *Fraternidade, Mensagem do Santo Padre Francisco para a celebração do XLVIII Dia Mundial da Paz, Fundamento e caminho para a Paz*, (1 de janeiro de 2014), disponível em https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/peace/documents/papa-francesco_20131208_messaggio-xxvii-giornata-mondiale-pace-2014.html, acedido em 15 de fevereiro de 2017.

⁹³ Cf. Francisco, *Mensagem do Santo Padre Francisco para a celebração do XLVIV Dia Mundial da Paz, Já não escravos mas irmãos (1 de janeiro de 2015)*, disponível em http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/peace/documents/papa-francesco_20141208_messaggio-xxviii-giornata-mondiale-pace-2015.html, acedido em 15 de fevereiro de 2017.

gerações. Segundo Francisco, esta propagação da “rejeição do outro, maus-tratos às pessoas, violação da dignidade e dos direitos fundamentais, institucionalização de desigualdades” é fruto do pecado do afastamento de Deus que tão bem se expressa nessas narrações bíblicas das origens da família humana. É desses tempos também, e por essa mesma via, que surgem as expressões da sujeição de uns homens e mulheres aos outros que deriva na escravatura que hoje, como nesses tempos idos, tem na sua raiz “uma conceção da pessoa humana que admite a possibilidade de a tratar como um objeto. Quando o pecado corrompe o coração do ser humano e o afasta do seu Criador e dos seus semelhantes, estes deixam de ser sentidos como seres de igual dignidade, como irmãos e irmãs em humanidade, passando a ser vistos como objetos. Com a força, o engano, a coação física ou psicológica, a pessoa humana – criada à imagem e semelhança de Deus – é privada da liberdade, mercantilizada, reduzida a propriedade de alguém; é tratada como meio, e não como fim”⁹⁴. Todas estas circunstâncias são um enorme muro que se ergue contra a tarefa da construção da Paz e é por isso que nesta mensagem o Papa Francisco deixa o apelo da constituição de um compromisso comum pela abolição definitiva da escravatura.

Num constante e frequente apelo à desconstrução das indiferenças dos homens e mulheres pelo sofrimento dos seus semelhantes, o Papa Francisco volta a apelar ao derrube de muros na sua mensagem do ano passado, ainda viva nos nossos corações. Em 2016 a sua mensagem para o dia Mundial da Paz instigava os homens e mulheres à vitória contra a indiferença e impelia-os na conquista pela Paz. O ano passado, e este ano, os olhos daqueles que se preocupam com o sofrimento estão voltados para a triste crise humanitária que grassa milhares e milhares de refugiados e, para os quais, parece ter esmorecido a compaixão dos muitos que têm a sorte de terem nascido num país onde a guerra ainda não chegou. Estes refugiados fogem dos mesmos medos que, aos poucos, vão também tomando conta dos europeus em constante sobressalto por via dos ataques terroristas que têm sido vítimas e é sobre esta realidade que o Papa da fraternidade fala na sua mensagem desse ano, escrita, certamente, ainda com a pena molhada das lágrimas pelos mortos em Paris e no Mar Mediterrâneo. É pois, neste contexto, que o Papa Francisco vem enaltecer a esperança “na capacidade que o homem tem, com a graça de Deus, de superar o mal, não se rendendo à resignação nem à indiferença”⁹⁵. A

⁹⁴ *Ibidem*.

⁹⁵ Cf. Francisco, Mensagem do Santo Padre Francisco para a celebração do XLVIV Dia Mundial da Paz, *Vence a indiferença e conquista a Paz*, (1 de janeiro de 2016). site do Vaticano, disponível em <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/peace/documents/papa->

colocação da palavra indiferença nesta mensagem em particular entende-se como um enorme recado aos homens e mulheres que nada fazem pela guerra mas que, ao manterem-se indiferentes, também não ajudam à Paz. Francisco revela vários tipos de indiferenças: a primeira é para com Deus, a outra é para com os que nos estão próximos e uma outra tem a ver com falta de atenção à realidade circundante. Esta tríade de indiferenças que se globalizou rapidamente é uma ameaça à Paz que só pode ser vencida por via do avivar da memória de Deus misericórdia em cada coração humano.

A mensagem para o Dia Mundial da Paz do primeiro dia de janeiro de 2017 contou a bonita soma de quinquagésima mensagem de Paz escrita pelas mãos de Santos Padres e nesta, que é também a última que analisamos nesta sumária exposição, o Papa Francisco fez o apelo à não-violência promovendo-a como um novo estilo de uma política para a Paz. Cinquenta anos antes desta instituição da política da Paz, Paulo VI anunciava a Paz como a verdadeira linha do progresso humano e apelava à resolução dos problemas pela via da razão, das negociações baseadas no direito, na justiça e na equidade, palavras que o Papa Francisco lembrou na sua mensagem e considerou impressionantemente atuais. Cinquenta anos volvidos e o mundo em que vivemos continua a ser um mundo dilacerado, o mundo da guerra mundial aos pedaços, como já havia sido apelidado no ano anterior pelo mesmo autor, o mundo que não se sabe se é mais ou menos violento do que aquele que Paulo VI conheceu e em que se “inspirou” para pedir aos homens e mulheres de boa vontade que todos os anos celebrassem e se lembrassem da Paz.

Na mensagem do dia Mundial da Paz, de 2017, o Papa Francisco faz o anúncio da boa nova explicando que o Próprio Jesus que viveu em tempos de violência nos ensinou que o verdadeiro campo de batalha, onde a violência e a Paz se defrontam, é o coração humano. Assim, “Se a origem donde brota a violência é o coração humano, então é fundamental começar por percorrer a senda da não-violência dentro da família”⁹⁶. De novo a família a ser chamada para o cerne do empreendimento da Paz e juntamente são também desafiados os responsáveis pelas instituições internacionais, os dirigentes das empresas e a comunicação social. Trata-se de um apelo em que a Paz parece ser possível de forma indireta, a Paz que começa na não-violência do nosso dia-

francesco_20151208_messaggio-xlix-giornata-mondiale-pace-2016.html, acedido em 8 de março de 2017.

⁹⁶ Cf. Francisco, Mensagem do Santo Padre Francisco para a celebração do XLVIV Dia Mundial da Paz *A não-violência: estilo de uma política para a Paz*, (1 de janeiro de 2017), site do Vaticano, disponível em http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/peace/documents/papa-francesco_20161208_messaggio-l-giornata-mondiale-pace-2017.pdf, acedido em 8 de março de 2017.

a-dia, nas nossas vidas, dando provas de misericórdia em cada gesto e escolhendo sempre em favor da solidariedade.

3. Promoção do bem comum como caminho para a construção de sociedades mais justas e mais pacíficas

Na mensagem que escreveu em 2011 para o Dia Mundial da Paz, o Papa Bento XVI indicava a liberdade religiosa como caminho para a Paz, lembrando que a promoção do bem comum depende também da contribuição ética que as religiões podem dar ao âmbito político e social. Na mesma mensagem, o Santo Padre sublinhava a importância da elevação das religiões na luta contra a discriminação daqueles que não partilham a mesma crença e elevava o papel da religião no reforço da coesão social, da integração e da solidariedade.

Desta mensagem, e de tantas outras por nós já analisadas, transparece a ideia de que os cristãos, e todo o Homem de boa vontade, devem aceitar e empreender como missão principal a construção de uma sociedade justa e pacífica e que é em tal empreitada que reside a promoção do bem comum. Para tal devem ser sobrelevados os valores humanos da Paz e da justiça, da solidariedade e da liberdade.

A religião tem, em função do que atrás se considera, um papel determinante na promoção do bem comum sendo, portanto, esta a missão de cada cristão que, vivendo em comunidade, tem, em cada dia que passa, oportunidade de trabalhar em prol dessa realidade.

3.1. Perspetiva religiosa na promoção do bem comum

Tal como dissemos acima, o Papa Bento XVI fez questão de sublinhar a importância do papel das religiões na construção, promoção e disseminação por toda a parte do bem comum. E na mensagem a que nos referimos em particular, a de 2011, o Santo Padre deixou sublinhada a asserção de que esta não é uma missão exclusiva da Igreja Católica mas sim de todas as religiões. Esta é, de resto, uma ideia transversal a todo o discurso cristão para a Paz e tem sido assumida como a maior e mais importante missão dos cristãos.

De acordo com o que ficou firmado no ponto anterior, em que abordamos as mensagens do Dia Mundial da Paz dos últimos cinquenta anos de pontificado, a Igreja

levanta a voz e ergue os braços em prol da defesa de todos os seres humanos, dando atenção, em particular, aos mais fracos, pobres e marginalizados. O exemplo maior que veio de Jesus não cessa de ser lembrado por todos os Papas e, na senda deste empenho, também o Papa Francisco na exortação apostólica *Evangelii Gaudium*⁹⁷ explicou que Jesus se fez pobre, aproximando-se dos pobres e dos enjeitados da sociedade para se colocar ao serviço dos que mais sofriam e assim seguir nesse caminho da promoção do bem de todos.

O bem comum passa também pela defesa da justiça, da liberdade e da solidariedade pelo que, à luz da religião cristã, estas premissas são declaradas deveres comuns, ou seja, todos nós devemos trabalhar para que estes instrumentos de Paz se tornem realidades no meio em que nos inserimos e não delegar em terceiros, normalmente naqueles que nos governam, essas responsabilidades. Devemos até ter em conta o facto de que a justiça, a liberdade e a solidariedade devem permanecer nas nossas mentes na hora de escolhermos os nossos líderes sociais. Esta ideia resplandece da leitura do decreto sobre a atividade missionária da Igreja que resultou do Concílio Vaticano II e ficou registado com o nome *Ad gentes Divinitus*, pois neste documento se expressa com firmeza que a caridade cristã a todos se estende sem discriminação de raça, condição social ou religião; não espera qualquer lucro ou agradecimento. Portanto, assim como Deus nos amou com um amor gratuito, assim também os fiéis, pela sua caridade, sejam solícitos pelos homens, amando-os com o mesmo zelo com que Deus veio procurá-los”⁹⁸.

Bento XVI na sua Carta Encíclica *Caritas in Veritate*, deixou claro o pedido remetido para todos os cristãos que consistia em sensibilizar os mesmos para que a atividade económica fosse também usada em favor da solidariedade e do bem comum tendo escrito que “a época da globalização, a atividade económica não pode prescindir da gratuidade, que difunde e alimenta a solidariedade e a responsabilidade pela justiça e o bem comum nos seus diversos sujeitos e atores”⁹⁹.

Partindo desta leitura e de outras, bem como do senso comum advindo da educação cristã, podemos acrescentar que a solidariedade tem, certamente, um papel crucial nesta empreitada religiosa da construção do bem comum pois é ela que proporciona a integração equitativa de todos os homens e mulheres no meio em que se inserem.

⁹⁷ Cf. Francisco, Exortação apostólica *Evangelii Gaudium*, (Prior Velho: edições Paulinas, 2013), nº54.

⁹⁸ Cf. Concilio Ecuménico Vaticano II, *Decreto sobre a atividade missionária da Igreja (Ad Gentes Divinitus)*, (Braga: Editorial A. O, 1983), 12.

⁹⁹ Cf. Bento XVI, Carta Encíclica *Caritas in Veritate*, (2009), 38.

É a solidariedade que incute em cada um de nós esse sentimento de responsabilidade pelo outro. A solidariedade, aliada a princípios e valores cristãos, favorece esse enternecimento e essa compaixão pela dor alheia, que cada vez mais parece estar afastada do quotidiano apressado e stressante das vidas de cada um. A solidariedade estimula nos homens e mulheres os valores da caridade e da justiça e empurra todos os que se sentem impelidos no amor de cristo a saírem da letargia quase apática e a contrariarem a norma que prevalece atualmente, que leva indivíduos a pensar que a solidariedade é função exclusiva dos governos, que apenas aos Estados compete zelar pelo bem dos pobres e dos mais desprotegidos. Esta tendência de afastamento das causas da solidariedade por parte do cidadão comum é um entrave à promoção do bem comum e uma contrariedade aos valores defendidos pela Igreja Cristã, para quem a caridade e a solidariedade se apresentam como imperativos maiores pois são o espelho da palavra e da ação de Jesus.

À luz da religião cristã, a promoção do bem comum passa pela necessidade de se estar atento aos mais desfavorecidos das sociedades mas não implica apenas a providência de bens materiais de primeira necessidade, muito pelo contrário, pressupõe toda uma prática que induza os que mais sofrem a criar caminhos para a sua própria prosperidade. É por isso que, tantas vezes, como mais recentemente no já referido *Evangelii Gaudium*, se defende que também se deve atender à educação, aos cuidados de saúde e à promoção da garantia de trabalho para todos os homens, de um trabalho que se quer “livre, criativo, participativo e solidário”¹⁰⁰.

Segundo a perspectiva cristã, o bem comum pressupõe que a divisão dos bens que resultam do trabalho seja feita de forma equitativa, defende a inclusão social e incita os mais ricos e poderosos a partilharem, tal como se depreende das palavras do Papa Francisco quando defende que “a dignidade da pessoa humana e o bem comum estão por cima da tranquilidade de alguns que não querem renunciar aos seus privilégios. Quando estes valores são afetados, é necessária uma voz profética”¹⁰¹. Trata-se, no fundo, da coragem de assumir que o bem estar individual não deve estar acima do bem estar de todos, dos grupos e da comunidade, pois embora não se negue, nem na Igreja, que cada indivíduo tem direito à sua realização pessoal, suplanta-se a ideia que a melhor das realizações pessoais é aquela que nasce da sociedade saudável. Assim, por outras palavras, a Igreja mostra-se contrária ao enriquecimento individual proveniente do sofrimento e da exploração do outro, condena a escravidão e a usurpação de bens

¹⁰⁰ Cf. Francisco, Exortação apostólica *Evangelii Gaudium*, (Prior Velho: edições Paulinas, 2013), nº 218

¹⁰¹ *Ibidem*, 26

materiais e de recursos naturais com vista ao crescimento financeiro de poucos em troca do sofrimento de muitos.

No entanto, a realidade mostra que, apesar dos esforços da Igreja e dos homens e mulheres de boa vontade, persistem pelo mundo fora situações avessas a estes princípios e, por isso, torna-se necessário que a construção do bem comum chame a si também o instrumento essencial que é a solidariedade. Neste enquadramento, pede-se aos cristãos que mantenham a sua atenção focada nos mais pobres e naqueles que, por qualquer meio, vejam os seus direitos humanos violados, e que para eles direcionem esforços de integração. O Papa Francisco na *Evangelii Gaudium* declarou a solidariedade como reação espontânea de quem reconhece a função social da propriedade e o destino universal dos bens como realidades anteriores à propriedade privada”¹⁰².

Outra das maiores premissas para a promoção do bem comum passa pela garantia dos direitos fundamentais a toda a humanidade pois certamente não será possível a existência do bem se os direitos e valores de cada um de nós não estiverem salvaguardados. Na senda cristã, a melhor maneira de promover estes direitos passa por abraçar os valores do Evangelho onde se defende a luta pela conquista de uma vida digna, onde todas as vertentes da vida sejam contempladas e cumpridas, seja as que digam respeito ao suprimento das necessidades básicas, sejam as que reportam ao direito de constituir família, ao direito à educação, ao bom nome, à informação, à proteção da vida, e portanto também ao direito à saúde e, entre outras, ao direito à liberdade religiosa que os tempos atuais nos dizem ser absolutamente necessária para a conquista da Paz e do bem comum.

Neste contexto são também impressas sérias responsabilidades aos poderes públicos, uma vez que a eles compete o respeito pelos direitos fundamentais dos cidadãos e estão também impregnados da tarefa de construção do bem comum e da Paz. Por isso, e tendo em conta estas funções dos poderes públicos, a Igreja convida-os para abraçarem a tarefa da promoção do bem ao mesmo tempo que reafirma respeito pelas suas práticas e pelo papel a desempenhar nas sociedades, tal como se expressou no catecismo da Igreja Católica (1972) onde se lê que a Igreja “incumbe aqueles que exercem cargos de autoridade a garantir os valores que atraem a confiança dos membros do grupo e os incitam a colocar-se ao serviço dos seus semelhantes”¹⁰³.

¹⁰² Cf. Francisco, Exortação apostólica *Evangelii Gaudium*, (Prior Velho: edições Paulinas, 2013), n°198

¹⁰³ Cf. Catecismo da Igreja Católica, (Coimbra: gráfica de Coimbra, 1972), 45-67.

De facto, importa que os cristãos empenhados nesta missão do bem comum não se imiscuam de participar na vida pública, antes pelo contrário, devem participar de forma ativa, assumir e desempenhar funções em prol dos outros e da Paz. Aos cristãos, que devem participar da vida ativa, também se pede que lutem contra a fraude e todos os dias se empenhem na defesa da justiça e da equidade, pois só assim será possível garantir a promoção do progresso e a melhoria geral das condições de vida humana.

Falar em bem comum e considerar o mesmo à luz da perspetiva religiosa remete-nos, quase que de forma automática, para Jesus e, principalmente, para as suas palavras “amai-vos uns aos outros como eu vos ameí” (Jo, 13,34). De facto, se os homens e mulheres se amarem entre si, se se compreenderem como irmãos, o bem comum será uma realidade. Foi por isso que no Concílio Vaticano II se estabeleceram orientações que iam no sentido do respeito comum, não só entre os indivíduos da mesma fé, mas entre todos os indivíduos, porque neste Concílio estabeleceu-se que a doutrina de Cristo é inclusiva, respeitadora de todos sem exceção e alargada a qualquer credo, ideologia, raça ou origem geográfica. Trata-se de uma doutrina que promove o diálogo e fala com palavras de caridade e amor, sem qualquer tipo de julgamento ou laivo de superioridade. Assim, podemos dizer que é uma doutrina que visa a cada dia a conquista do bem comum, de um bem que se estende a todo o tipo de pessoas e a todas as idades, e é por isso que a Igreja afirma “embora entre os homens haja justas diferenças, a igual dignidade pessoal postula, no entanto, que se chegue a condições de vida mais humanas e justas”¹⁰⁴.

3.2. *Viver em comunidade*

Vivemos num tempo em que a palavra comunidade parece estar disseminada por toda a parte e poucos serão aqueles que não lhe reconhecem o significado textual. Mais: neste nosso tempo vivemos em muitas comunidades, na comunidade escolar, na comunidade familiar, na comunidade desportiva e na política, na comunidade recreativa e até mesmo na comunidade paroquial. A cada ano que passa, a comunidade em que vivemos ganha mais e mais expressão mesmo no mundo virtual onde as ferramentas informáticas permitem a criação de pequenas comunidades de pessoas pelos mais variados assuntos ou temas. No entanto, quanto mais se entende o significado da palavra comunidade e quanto mais comunidades se criam e proliferam, mais afastadas nos parecem as pessoas das comunidades. De facto, a nossa realidade expressa um nível

¹⁰⁴ Cf. Francisco, Exortação apostólica *Evangelii Gaudium*, (Prior Velho: edições Paulinas, 2013), n.º 29

social muito voltado para a solidão dos indivíduos, seja os jovens, que se fecham nesses mundos comunitários que os computadores sustentam, sejam os idosos “abandonados” pelos seus, pelas mais variadas razões, e sejam mesmo os adultos que se isolam uns dos outros para viverem voltados para si mesmos, para os seus próprios problemas e desejos. Este individualismo, que grassa nas comunidades de hoje, ajuda à construção das sociedades consumistas, onde o amor, cada vez mais, é assumido como sem compromisso e muitos dos valores que fomos enumerando ao longo do presente estudo estão a caminhar para a extinção.

Estas novas comunidades não favorecem a tomada de consciência do outro porque não estimulam o amor nem a vida coletiva e por isso, afirmamos, que viver em comunidade não é apenas estar no meio de comunidades pelos mais variados motivos mas sim estar junto dos outros, nossos semelhantes, com vista ao desenvolvimento dos nossos dons, das nossas capacidades de sermos cada vez melhores, do nosso comprometimento com a fé e com a fraternidade.

Viver em comunidade será então viver em comum unidade com os outros e com os valores da luta pela Paz e pela justiça para todos. Para tal, a vivência de cada um de nós no seio dos grupos onde nascemos e nos fomos desenvolvendo enquanto seres humanos implica que cada um de nós esteja disposto ao cumprimento de regras, iguais para todos, por via a que os nossos comportamentos sejam harmoniosos e respeitadores dos direitos e das liberdades daqueles que nos rodeiam.

Mas, como também temos visto a cada dia que passa e como se reflete nas notícias que a comunicação social divulga a cada instante, nem sempre as regras comuns que pressupõem a vida em comunidade são respeitadas. Esse desvio ao respeito das regras resulta em violências e em conflitos entre os homens e mulheres e são também um atentado aos valores fundamentais de cada um.

Importa portanto que se considere o outro e as suas dificuldades e que assim sejam cultivadas relações humanas que primem pela aproximação entre as pessoas e pelo respeito das normas comuns. De resto, não haverá vida em comunidade, na sua verdadeira significância, se as relações humanas não forem privilegiadas e constantemente estimuladas, tal como deixou claro o Concílio Vaticano II no Decreto *Apostolicam Actuositatem*, onde se lê: “para cultivar as boas relações humanas, é necessário promover os valores verdadeiramente humanos, a começar pela arte de

conviver e cooperar fraternalmente, bem como a de estabelecer diálogo com os outros”¹⁰⁵.

Importa ter em conta que um dos mais significativos cenários onde a promoção das relações humanas ocorre é o cenário do trabalho e que este, tal como já vimos em itens anteriores, é caracterizado pela existência de dois grupos fundamentais de indivíduos, os que dão trabalho e os que dele precisam, torna-se assim um campo minado à vida em comunidade a vivência entre pares que precisam do trabalho e por isso é importante que, no seio desta comunidade generalizada, se criem e cresçam outras comunidades com as mesmas pessoas como a comunidade cristã, por exemplo, onde se valorizem aspetos como o da inclusão e se promovam valores que vão além dos bens materiais ou do estatuto profissional de cada um.

É no seio da comunidade cristã, imbuída de valores cristãos, que os indivíduos aprendem a amar-se uns aos outros, colocando-se todos ao mesmo nível, independentemente das profissões que exerçam e dos ganhos financeiros que advêm das mesmas profissões. Na religião, os vínculos com a classe social que a sociedade externa tanto valoriza devem ser cortados para que os indivíduos possam todos seguir as premissas da Sagrada Palavra e viverem como irmãos. É neste enquadramento que o ato da Eucaristia tem um significado maior: o da partilha do pão, da congregação e da comunidade entre todos.

Viver em comunidade pressupõe então a existência de equilíbrio entre a individualidade e o grupo, entre o eu e o outro e é nesse equilíbrio que a justiça e a equidade, que são motes para a Paz, se faz possível e concreto.

Viver em comunidade significa, também, a igualdade de acesso a oportunidades, nomeadamente à cultura e à educação pois só na igualdade de acesso às estruturas base de funcionamento das sociedades é possível promover a inclusão, só assim é possível garantir que os mais pobres e os mais desfavorecidos têm instrumentos que lhes permite construir o seu próprio caminho de mudança, em suma, só assim se promove a disrupção do ciclo de pobreza em que muitos se encontram apenas por via do nascimento. A importância do tratamento igualitário de todos em comunidade é sublinhada na afirmação de Carvalho e Peixoto (2000) onde se lê que: “o tratamento igualitário deve constituir a base do planeamento das sociedades. O princípio da igualdade determina que as necessidades de cada indivíduo tenham igual importância e

¹⁰⁵ Cf. Concilio Ecuménico Vaticano II, *Decreto sobre o apostolado dos leigos (Apostolicam Actuositatem)*, (Braga: editorial A. O.,1983), 29.

que todos os recursos sejam aplicados, de modo a garantir a todos iguais oportunidades”¹⁰⁶.

Para que se possa viver em comunidade, ou melhor em comum unidade, é ainda imprescindível que se cultive e promova a tolerância e o perdão, tal como a Igreja clama desde sempre, tomando o exemplo de Jesus que, na Cruz, perdoou aqueles que o mataram ou deixou bem explícito nas palavras que Mateus gravou na Bíblia ao reportar o episódio de uma conversa entre Cristo e o Apóstolo Pedro: “Senhor, se o meu irmão me ofender, quantas vezes lhe deverei perdoar, até sete vezes?”. Jesus respondeu: ‘não te digo até sete vezes, mas até setenta vezes sete’.” (Mt 18,21-22). A atitude da tolerância e do perdão implica a existência de compreensão e de respeito pelas diferenças do outro, por todas as diferenças, sejam de opinião, de cor ou de religião.

Viver em comunidade é também não se ser um humano anónimo e portanto é ser-se um indivíduo que se deixa amar, pois o amor não é possível no isolamento e na solidão, o amor não é um ato isolado, é nesta vivência para o amor que se pode combater o egoísmo, superar limites e ir além de interesses pessoais. Passando a afirmar-se como indivíduo do nós e não como a individualidade do eu.

A história do Evangelho é também uma história de afirmação da vida em comunidade sendo que o enquadramento do Primeiro Testamento se desenvolve, precisamente, na organização do Povo de Deus em comunidade de Deus. Dali, dessas Sagradas Palavras, tiramos a lição de que essa construção só foi possível porque o grupo dos homens e mulheres de Deus criaram primeiro entre si o espírito da fraternidade. No segundo Testamento, Jesus volta a dar um claro exemplo de formação de comunidade quando reúne à sua volta o grupo de discípulos e junto deles fomenta mensagens de fraternidade e justiça, levando até eles o amor sem limites que culmina na entrega da Sua Própria vida. Na comunidade que Jesus criou e que o seguiu para toda a parte, a lei maior, que decorre desse novo mandamento que Ele próprio proferiu, é o amor e a autoridade era expressa no serviço que prestavam uns aos outros. Aqui a reconciliação era prática diária e partilha era regra que ninguém ousava quebrar.

Esta é a herança que a nova comunidade cristã tem por função salvaguardar e difundir, vivendo, por isso, de olhos postos no mundo e apresentando-se como exemplo de ser humano que coloca o bem comum acima da sua própria vontade.

A Igreja tem pois um papel fundamental para a construção de uma vivência em comum unidade (comunidade) entre os homens e mulheres, e dela resplandece também

¹⁰⁶ Cf. Olívia Carvalho, Luís Peixoto, *A escola Inclusiva: da utopia à realidade*, (Braga: edições APPACDM Distrital de Braga, 2000), 54-68.

o papel da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica a quem cabe a tarefa de contribuir para a promoção de uma vivência comunitária saudável e pacífica, respeitadora dos outros que nos são iguais e daqueles que não comungam das mesmas ideias mas que, mesmo assim, e tanto como os primeiros, também são nossos irmãos. É função desta disciplina criar instrumentos que permitam aos alunos compreender a importância das regras e o papel que elas têm na promoção da vida coletiva em harmonia. Neste contexto educativo, deve ser fomentada a ideia de que um indivíduo, um adolescente ou jovem, só pode ir até à fronteira da liberdade do outro e que, por tal motivo a sua própria liberdade tem entraves ou interditos, tal como expressa Serralheiro quando afirma que “a educação moral procura ajudar os jovens a articular os seus desejos com os interditos encontrados e não ao esmagamento dos desejos, nem à negação da interdição, mas a um ajustamento adequado entre desejos e interdições que sirva para a progressão moral dos jovens”¹⁰⁷.

Partindo da asserção comum de que a vida em comunidade não é, nem nunca foi, fácil pois que se trata de uma vivência que exige de cada um a interação com o outro e obriga o indivíduo a suplantar essa quase intrínseca característica de vivermos para nós e cedermos aos desejos do nosso ego, é importante fundamentar o papel crucial que a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica tem nestes contexto, uma vez que por ela se pretende ajudar as crianças, os adolescentes e os jovens, ou seja, os indivíduos em formação de personalidade e em pleno processo de aquisição de valores para a vida, a ultrapassar as dificuldades naturais do individualismo e do egocentrismo e trabalhando neles para o despertar da conscientização da solidariedade e da preocupação pelo outro.

4. Ameaças à Paz

A Paz tem, como vimos, inúmeras polissemias; em cada canto do mundo ela tem um nome diferente e esses nomes estão quase sempre ligados à forma como cada grupo, cada sociedade, entende e interpreta os direitos fundamentais.¹⁰⁸ Em todos os significados que assume a Paz ela encontra uma ameaça.

¹⁰⁷ Deolinda Serralheiro. *A Educação Moral e Religiosa Católica na Escola Portuguesa*, (Lisboa: Editora Rei dos Livros, 1990), 96.

¹⁰⁸ Cf. Isabel Varanda. *Na noite mora a promessa - Uma espiritualidade para uma vida em comum*, (Braga: Paulinas, 2014), 19-33.

São tantas e tão disseminadas as ameaças à Paz que não tem sido possível ao longo da longa existência da humanidade concretizá-la na plena e verdadeira vontade expressa por Jesus e que o Papa João XXIII exprimiu na sua primeira mensagem para o dia Mundial da Paz.

À medida que as sociedades evoluem e os séculos passam, as ameaças à Paz assumem configurações diferentes e, atualmente, a primeira e mais evidente ameaça com que nos confrontamos é que coloca a nossa segurança em sobressalto porque a “insegurança existencial faz-nos ter medo do outro, como se ele fosse um adversário que nos rouba o espaço e invade tudo o que construímos”¹⁰⁹. As palavras do Papa Francisco, proferidas o ano passado no 37.º Encontro de Rimini dão conta da ameaça que, aos olhos de muitos, os refugiados representam e que a esses muitos ameaçados impede ver os refugiados como um irmão em sofrimento que a fraternidade e amor de Cristo nos pede para acolher, abraçar e acarinhar. Trata-se de uma ameaça que tem muitos episódios paralelos na história e que reflete uma das maiores fragilidades do Homem e a força com que a sua individualidade sobrevém à tona sempre que o medo se apodera de si.

A falta de compreensão pela dor alheia e a falta de diálogo são outra grande ameaça à Paz e, da mesma forma, a falta de compaixão. O não compreender as circunstâncias do outro, ou, pior, o não querer compreender, amputa todos os esforços de construção da Paz.

A falta de solidariedade, de liberdade religiosa e a falta de respeito pelas minorias são também sérias ameaças à Paz e a estas juntam-se outras tais como a falta de justiça e da equidade mas, principalmente, a não capacidade de perdão que tantos indivíduos por este mundo fora continuam a expressar.

Tal como vimos, outra das ameaças mais profundas que a Paz pode sofrer é a não garantia dos direitos fundamentais do Homem, não só aqueles que lhe garantem a sobrevivência, como os alimentos, o vestuário e um teto mas também os mais abstratos, igualmente cruciais, como a educação, a cultura e o direito de acesso à saúde e ao trabalho.

Para além das grandes disparidades económicas que se registam entre as pessoas e entre os países o desemprego, portanto a já referenciada falta de trabalho, é apontado como uma grave ameaça à Paz na medida em que, por este, se teme a revolta e a

¹⁰⁹ Cf. Agência Ecclesia. Mensagem do Papa Francisco aos participantes no 37.º Encontro de Rimini. Vaticano. (2016).

usurpação de direitos fundamentais das classes que ficam sem acesso a uma fonte de rendimento que lhes permita ter dignidade e meios de subsistência.

Também se aponta como ameaça à Paz, fundamentando a mesma com razões similares às atribuídas à falta de trabalho, as alterações climáticas na medida em que, por estas, muitas regiões deixarão de ser férteis derivando daí a fome dos povos.

Dentre todas estas ameaças à Paz, e na nossa opinião, a maior de todas reside no facto do cristão não se mostrar capaz de levar a cabo o seu compromisso solidário em favor dos outros, servindo-os com alegria.

Síntese

Ao longo dos cinquenta anos de Mensagens para o Dia Mundial da Paz fica claro que a Paz é a primeira e mais contundente mensagem dos Papas e da Igreja e que nunca se deixou de apelar à responsabilidade comum do trabalho pela sua instituição dada a sua importância e o permanente renovar das ameaças que lhe são impostas.

No seio da Igreja Católica, todas as ocasiões são aproveitadas como momentos privilegiados para instruir, sensibilizar e mobilizar para a necessidade de perceber o sublime dom que Deus colocou nas mãos da humanidade e que somos desafiados a preservar.

É na convicção que a Igreja tem para a Paz e na ideia de que esta é uma dádiva de Deus a todos os homens e mulheres, que a sua ideia fundamental deve ser ensinada e trabalhada e também esta é a ideia que fundamenta o percurso a ser percorrido pelos educadores que anseiam inculcar nos seus educandos, filhos ou alunos, o desejo do caminho de Jesus.

A Paz é, simultaneamente, um desafio e uma interpelação, seja a quem educa, seja a quem vive em comunidade e é nesta consciência de produção da Paz que as aulas de Educação Moral e Religiosa Católica se fundamentam. É por via desta consciência tão aprofundada, pelos discursos dos Santos Padres que se deve privilegiar a educação para o perdão, para o respeito pelos valores fundamentais e direitos da humanidade e de todas as criaturas, pelo respeito mútuo e pelo amor a quem nos rodeia.

CAPÍTULO II – EDUCAR PARA UM ESTÍLO DE VIDA PACÍFICO

A educação é a base, o pilar estratégico, para a construção da paz na medida em que esta é decorrente daquilo que os homens e mulheres aprendem desde cedo, dos valores que lhes são inculcados e que sustentarão as suas próprias personalidades, desses valores com que defenderão os seus ideais e a necessidade de viverem em conforto e segurança, conceitos estritamente ligados à Paz.

Com vista a aprofundar esta ligação entre os conceitos basilares do nosso estudo, levamos a cabo uma reflexão neste capítulo onde pretendemos aprofundar o conceito da educação em todas as suas vertentes e conjugando, junto deste, todos os atores que desempenham um papel nesta atividade. Depois de aferirmos acerca desta tão profunda e, simultaneamente, estudada temática, passamos a observar a mesma na relação que empreende com o processo construtivo da Paz e como pode, neste contexto, ser considerada uma estratégia de construção e manutenção da mesma. No âmbito desta abordagem consideramos também como é que se pode educar para a tolerância e para a diferença e qual o papel da educação na temática do cuidado com a natureza.

Tratando-se de um capítulo onde se visa aferir todas as particularidades da educação, trataremos também, ao longo do item três, de observar qual o papel que as mais variadas instituições desempenham neste longo e *continuum* processo, analisando a primeira célula social a quem compete a tarefa de educar: a família; depois aquela a quem se atribui responsabilidade formal no mesmo processo: a escola; e também a que a nós diz mais respeito no âmbito do estudo realizado: a Igreja, e ainda o estado, enquanto entidade obrigada a disponibilizar educação a todos os seus cidadãos.

Por último, encaminhamos a responsabilidade de formação dos jovens promotores da paz para a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica e apresentamos uma justificação para esta ambiciosa associação de ideias e responsabilidades.

1. Conceito de *educare*

“Nos tempos modernos, há perspetivas opostas quanto à prática da educação. Não existe um consenso geral sobre o que os jovens devem aprender quer em relação à virtude quer em relação ao nível ótimo de vida. Também não é claro se a educação deve ser dirigida mais para desenvolver a inteligência ou o caráter... Nem é certo se nos

devemos exercitar para as coisas úteis na vida, ou para as que conduzem à virtude, ou para coisas não essenciais.”¹¹⁰

As palavras que atrás se transcreveram são de Aristóteles (384a. C.- 322a. C.) e por elas se depreende que a educação é uma prática que, para além de não reunir consensos no âmbito da sua concetualização, também encontra várias divergências no que concerne ao seu *modus operandi*, e depreende-se ainda que estas divergências são características inerentes à educação desde os primeiros tempos da história da civilização.

Partindo da definição etimológica, que desde logo acarta indicações sobre os processos que se relacionam com a educação, e considerando que a palavra em análise deriva do verbo latino “*educare*”, que resulta da conjugação do verbo “*ducare*” com o prefixo “*e*”, temos que, na sua origem a palavra tem o significado de “criar (uma criança), nutrir, fazer crescer”¹¹¹, mas também, pela mesma via, e quando analisada sob o ponto de vista do verbo que implica, (educar) a educação corresponde ao significado de “trazer à luz a ideia”. Trata-se, portanto de um processo que tem um significado fundamental no que concerne ao desenvolvimento do ser humano.

Talvez por isso, pela sua significância expressa, lhe tenha sido dedicada atenção ao longo de vários séculos e lhe tenham sido apontadas várias interpretações, uma das quais defende que a educação sofreu influência do nativismo e do empirismo¹¹². A primeira corrente interpretou a educação como o desenvolvimento das potencialidades inerentes ao indivíduo e donde procede a tarefa, por parte do educador, de exteriorização dessas mesmas competências. Já segundo a perspectiva empirista, o conhecimento não se reconhece como dado adquirido à partida mas, antes, como resultado de um construto permanente de saberes acumulados por via da experiência, pelo que, nesta perspectiva, o educador tem o papel de ajudar à interiorização. A educação é então apontada como instrumento que vai além do ensinar e instruir, representando muito mais do que o que se passa dentro das portas das escolas, (a quem por via da legislação da maioria dos países compete a Educação), e abarcando todas as atividades desenvolvidas com vista ao desenvolvimento do ser humano¹¹³.

Ao longo da história da humanidade, o conceito de *educare* foi sendo interpretado dentro destas perspectivas e sofrendo naturais evoluções. Na Grécia antiga,

¹¹⁰ Isabel Alarcão, *Formação Reflexiva de Professores: Estratégias de Supervisão*, (Porto: Porto Editora, 1996), 16.

¹¹¹ Romanelli, *A etimologia de alguns vocábulos referentes à educação*, Uberlândia 6 (1960), 33

¹¹² Cf. Rosilene Maria Sólton Fernandes Martins, *Direito à Educação: aspetos legais e constitucionais*, (Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004), 13.

¹¹³ *Ibidem*, 14-15.

por exemplo, cabia aos sofistas a responsabilidade de educar os jovens, sendo esta atividade direcionada para o ensino da retórica, da fala e da argumentação como instrumento de poder. Neste contexto, a educação era o meio utilizado para manter a estratificação social e defendida como veículo de acesso à felicidade.¹¹⁴ Já então, no âmbito da evolução da Filosofia, que sempre teceu grandes considerações sobre o tema da educação, parecia haver discordância quanto ao verdadeiro fundamento da educação e ao seu conceito. Lembremos que Sócrates, procurava a implantação da educação por meio do interior humano, concetualizando o *educare* com a máxima conhece-te a ti mesmo, ao contrário de Platão, cuja principal preocupação era a formação de indivíduos para a construção da sociedade ideal, ou seja, um meio para atingir um fim maior. Neste contexto fica ainda a marca indelével de Aristóteles, já acima citado, que entendia a educação como estratégia de elevação e também apontava o conceito de *educare* como caminho para a felicidade, observando que a mesma só se assumiria plenamente quando visasse o desenvolvimento das faculdades físicas, morais e intelectuais dos indivíduos. Ao contrário de Sócrates e de Platão, e de todos os sofistas, Aristóteles defendia a intervenção da família na educação entendendo que a ação educativa dos pais não podia ser substituída¹¹⁵.

Sendo mais práticos, e historicamente afastados de grandes considerações filosóficas, os Romanos, também se ativeram à importância da educação considerando o ato de *educare* como instrumento de desenvolvimento da racionalidade humana e meio de capacitação dos indivíduos para a arte de se expressarem corretamente. Na Roma antiga a família era o elemento fundamental do processo educativo e a *educare* contemplava a coragem, a prudência, a honestidade e a seriedade, ou seja, era caracterizada como o veículo difusor das virtudes¹¹⁶.

A ideia de educação associada ao conhecimento científico demorou muitos séculos a ser implantada, tendo chegado pela mão do primeiro empirista da história da humanidade, Francis Bacon (1561-1626). Considerado o fundador da ciência moderna, Bacon veio defender a ideia de que os indivíduos só estavam habilitados a compreender as várias situações com que se deparavam se pudessem ter uma ideia clara a respeito dos factos que as originaram. Começa assim, no século XVI, uma nova forma de entendimento de *educare*, que ultrapassa os critérios da instrução e começa a valorizar o conhecimento científico, portanto a procura incessante de saber, como meio para a

¹¹⁴ *Ibidem*, 20.

¹¹⁵ Cf. Renato Oliveira, *Filosofia e educação – de Sócrates a Habermas*, Educação Social, (Campinas: vol. 28, n. 98, 2007), 286-289.

¹¹⁶ *Ibidem*, 31.

promoção do progresso e da prosperidade da humanidade. Na sequência desta corrente que interpretava a educação como elemento instigador de curiosidades e fornecedor de instrumentos que ajudassem a suplantar as mesmas, alguns filósofos, dentre os quais se destacou John Locke (1632-1704), vieram acrescentar mais elementos identificativos à educação, sublinhando-a como direito humano (que só muito mais tarde haveria de ser reconhecido como universal)¹¹⁷, e equiparando-a ao direito à vida. Na sequência desta linha de pensamento, Jean Jacques Rousseau (1712-1778) viria a formular os princípios gerais e caracterizadores da educação, que permanecem na atualidade e onde se afirma que o principal objetivo de *educare* consiste em ensinar as crianças a viver e a aprender o exercício da liberdade. No âmbito desta interpretação o conceito de *educare* é, pela primeira vez, apontado como algo que serve o indivíduo em si mesmo, ou seja, a educação serve o sujeito e não a sociedade ou a religião. Trata-se de uma visão naturalista da educação que promove a ideia da ação humana com vista à realização de interesses naturais, sem a influência e a imposição de interesses exteriores.

Immanuel Kant (1724-1804) veio opor-se a esta construção da ideia de educação apontando-a, antes, como o principal meio moralizador dos indivíduos. Na sua “Crítica da razão pura”¹¹⁸, publicada em 1781, o Filósofo defendeu a ideia de que o dever deve pautar todas as ações humanas e que o caminho para se saber qual é o dever seria a lei moral afeta ao íntimo humano. Por via desta afirmação, depreende-se que, neste contexto, a educação seria conceito de construção e cultivo da moral¹¹⁹.

Ao longo do século passado, muito profícuo em divulgação de estudos, mesmo de cariz experiencial acerca da Educação, o conceito de *educare* continuou a ser alvo de tentativas de interpretação, sendo que, das muitas que então foram saindo do prelo se destacava a visão de Jean Piaget (1896-1980) que veio afirmar que a educação era o meio de promoção do desenvolvimento da criança e que, também, era instrumento favorecedor de um desenvolvimento dinâmico, com vista à construção da autonomia,

¹¹⁷ O Direito universal à educação foi consagrado no Artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada a 10 de dezembro de 1948. Neste artigo, que estabelece várias metas para a educação, os autores e subscritores da Carta Magna dos Direitos do Homem tiveram como principal argumento a ideia de que a Educação é o mais valioso e eficiente instrumento para o crescimento pessoal. No número 2 do referido artigo pode ler-se “A educação será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A Educação promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos (...). Acresce a este número, no seguinte, que “os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de educação que será ministrada aos seus filhos”.

¹¹⁸ Uma das mais conhecidas obras do Filósofo Alemão Emmanuel Kant, publicado em 1781, que versa sobre o conhecimento e que se apresenta como tentativa de resposta a três indagações fundamentais: Que podemos saber?; Que devemos saber e que nos é lícito esperar. Conforme o próprio autor explica no prefácio da obra.

¹¹⁹ Cf. Regina Maria Fonseca Muniz, *O direito à educação*, (Rio de Janeiro: Renovar, 2002), 7-22.

sendo ainda promotor de indivíduos criativos, inventivos e descobridores.¹²⁰ O trabalho de Piaget, que rapidamente se difundiu e disseminou no contexto pedagógico, veio oferecer uma visão nova ao conceito de *educare* pois que o encarou na prática e na sua ligação com a biologia inerente ao ser-se humano, ou seja, um ser composto física e psicologicamente.

No âmbito da política e das relações internacionais, o conceito de educação também foi muito aprofundado ao longo do século passado, sobretudo após a ocorrência das grandes e devastadoras guerras. Na verdade, a importância da educação e o entendimento da mesma como meio para promover o desenvolvimento da humanidade e travar a ocorrência de novos confrontos entre civilizações foi firmada na própria Declaração Universal dos Direitos Humanos. Este facto não fica imune à ideia que os promotores deste importante documento tinham acerca do conceito de *educare*, a que associaram a ideia da educação não ser neutra em matéria de valores. Esta é, de resto, a razão que explica porque é que a educação foi vinculada a três objetivos principais, sendo um deles o pleno desenvolvimento da personalidade humana e o fortalecimento do respeito aos direitos do ser humano e às liberdades fundamentais. O segundo dos objetivos assim consagrados e, por esta via também caracterizadores da educação atual, passou a ser a promoção da compreensão, da tolerância e da amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais e religiosos e o terceiro visava o uso da educação como instrumento de incentivo à manutenção da Paz.¹²¹

O conceito de *educare* também tem vindo a merecer grande atenção por parte da Igreja enquanto instituição não só no âmbito da evangelização mas no seu sentido mais abrangente, social e escolar. Aqui se subscreve a determinação registada no Concílio Vaticano II, citada pela Comissão Episcopal da Educação Cristã e da Doutrina da Fé, onde se "considerou atentamente a gravíssima importância da educação na vida do Homem e a sua influência cada vez maior no progresso social do nosso tempo"¹²². De acordo com a fonte referenciada no mesmo Concílio, a educação foi firmada como responsabilidade de todos os intervenientes sociais.

O Teólogo João Manuel Duque sustenta que, genericamente, e num sentido vasto e fundamental, a educação pode ser considerada como um “processo de

¹²⁰ *Ibidem*.

¹²¹ UNESCO. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Organização das Nações Unidas para a Educação a ciência e a cultura. (1998), consultado <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>, acedido em 20 de abril de 2017.

¹²² Carta Pastoral sobre a Educação: “Direito e Dever – Missão nobre ao serviço de todos” (2002), EDUCRIS, acedido em 21 de abril de 2017 em <http://www.educris.com/v2/101-conferencia-episcopal-portuguesa/893-carta-pastoral-sobre-a-educacao-direito-e-dever---missao-nobre-ao-servico-de-todos>.

¹²² João Manuel Duque. *Sobre a educação integral do ser humano*, Pastoral Catequética 26 (2013), 11.

construção da identidade de uma pessoa humana”¹²³. Assim entendida, e ainda sob o ponto de vista deste autor, a educação não pode ser tida como algo que tem um princípio e um fim delimitado, sendo, ao invés disso, um caminho que se começa a percorrer desde os primeiros dias de vida do ser humano e até que esta termina. Da afirmação acima transcrita sobressai também a ideia de que a educação é o elemento construtor da identidade humana, mas dela não se depreende quem está por detrás dessa construção pelo que importa acrescentar mais informações à afirmação citada. Entre estas o facto da formação da identidade ser inseparável do mundo em que acontece, ou seja, o facto da identidade de cada um de nós ser o resultado das nossas relações com os outros e com nós próprios. Então também a educação, que como já vimos é dinâmica e permanente, tem que ser entendida como uma teia complexa de reciprocidades entre a identidade do ser humano e a cultura em que ele se vai desenvolvendo. “A educação corresponde, pois, ao dinamismo das identidades, que não atinge, nunca, um ponto final estático, completo. Os seres humanos fazem-se e são feitos – enquanto seres unos e únicos – nesse processo histórico sem fim, a que chamamos processo educativo”¹²⁴.

Considerando a educação, e o conceito de educar, na sua amplitude, Dom António Francisco dos Santos, Bispo de Aveiro, subscreve a ideia de que se trata de um conceito em evolução permanente a que não se pode negar importância. Num texto denominado “Educar é ver mais longe”, escrito em 2011, este responsável afirmou que “educar é, de certo modo, semear para a eternidade”¹²⁵.

Assim, Dom António Francisco dos Santos defende que o conceito de *educare* é um conceito envolvente na medida em que não exclui ninguém: “dada a complexidade da missão e a grandeza do desafio de educar, ninguém se pode dispensar de trabalhar nesta causa”¹²⁶, e avança a ideia de que a educação “é o leme que nos guia neste sulcar de oceanos imensos de um contínuo «aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a viver em relação com os outros”¹²⁷.

A educação é também apontada como uma tarefa complexa, permanente e englobante que diz respeito a uma multiplicidade de aspetos da pessoa e que tem por principal objetivo “suscitar e favorecer a harmonia pessoal, a verdadeira autonomia, a

¹²⁴ *Ibidem*.

¹²⁵ Cf. António Francisco Santos, *Educar é ver mais longe*, EDUCRIS, (2017) disponível em <http://www.educris.com/v2/102-comissao-episcopal/971-educar-e-ver-mais-longe-junho-de-2011>, acedido em 15 de março de 2017.

¹²⁶ *Ibidem*, s/p.

¹²⁷ *Ibidem*, s/p.

construção progressiva e articulada dos aspetos racional e volitivo, afetivo e emocional, moral e espiritual”¹²⁸.

O conceito de *educare*, que melhor se percebe por via dos objetivos que lhe estão agregados, “exige (...) um quadro de valores abrangentes e de critérios éticos radicados na dignidade da pessoa humana, que constroem e caracterizam a cultura de cada povo, dão qualidade às relações interpessoais e comunitárias, são a chave para o desenvolvimento do sentido crítico perante a vida e o mundo concreto, e estruturam personalidades responsáveis e comprometidas na construção de uma sociedade livre, justa e fraterna”¹²⁹.

2. A educação como estratégia para a manutenção da Paz

"A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o Mundo"¹³⁰. A importância da educação como meio para a promoção da evolução individual e social parece ser um assunto incontestado. A frase proferida por Nelson Mandela com que damos início ao presente item do nosso estudo é, nos dias que correm, consensual entre a maioria dos países do ocidente e até subscreveu já a atribuição de Prémios Nobéis, como foi o caso da distinção feita em 2014 à jovem Kailash Satyarthi Malala Yousafzai, cuja intervenção e trabalho reflete a luta contra a repressão das crianças no seu país de origem, o Paquistão, e o direito à educação das mesmas, particularmente das meninas.

Na mesma linha de ideias, também, o anterior Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, Kofi Annam, defendeu que “A educação, é o *Peacebuilding* por outro nome. É a forma mais efetiva de gastar. As pessoas aprendem a responder a um conflito, por isso também podem aprender práticas alternativas”¹³¹. Considerando que o *Peacebuilding* a que se referia o líder da Organização da Nações Unidas é, dentro de um conjunto de três terminologias determinantes para o construto da Paz mundial, aquele que se utiliza no âmbito da comunidade para o desenvolvimento internacional para descrever o processo e todas as atividades relacionadas com tentativas de resolução de

¹²⁸ Carta Pastoral sobre a Educação: *Direito e Dever – Missão nobre ao serviço de todos*, EDUCRIS (2002), disponível em <http://www.educris.com/v2/101-conferencia-episcopal-portuguesa/893-carta-pastoral-sobre-a-educacao-direito-e-dever-missao-nobre-ao-servico-de-todos>, acedido em 15 de março de 2017.

¹²⁹ D. Tomaz Nunes, *Perfil do Professor de EMRC, encontro de Professores de EMRC, Guarda*, Pastoral Catequética 21/21 (2011/2012), 11.

¹³⁰ Nelson Mandela, (1918-2013). Premio Nobel da Paz de 1993.

¹³¹ Kofi Annam, (n-1938). Prémio Nobel da Paz de 2001.

conflitos, julgamos ficar bem explícita a importância que este e outros líderes mundiais atribuem à educação, mais ainda, a sua relação com o estabelecimento de uma paz mundial sustentável e duradoura.

De facto, e tal como já vimos no item anterior, a educação é um direito resguardado na magna carta dos Direitos Humanos, que desde logo a interpreta como elemento fundamental para a consolidação da Paz. De acordo com esta visão propalada pela ONU a educação promove a procura de equidade entre os países. Esta ideia é também aquela que Smith¹³² defende ao considerar que, na equidade entre as nações, reside a possibilidade de se construir um desenvolvimento económico sustentável e de dotar os países de sistemas de saúde e segurança. Para além disso, segundo este autor, quanto maior for o nível de educação de uma população maior será a potencialidade dessa mesma população criar oportunidades de emprego e conforto para todos. Ora, uma sociedade onde todos se sentem protegidos, com acesso à saúde, e onde não exista pobreza está mais imune ao aparecimento de conflitos.

De facto, a educação é um elemento que favorece a criação de uma visão integradora e capaz de transformar a realidade, pois é através dela que se fomenta o pensamento crítico, gerador de novas ideias e em constante procura pelo bem comum¹³³. É também por via da educação que se trabalha a consolidação de valores como o do respeito pela vida e pelos direitos e liberdade, bem como se fomenta a importância do diálogo, sendo que simultaneamente se favorece o mesmo. Da mesma forma, e por facilitação do diálogo entre pessoas e nações, trabalha-se a construção do garante das soberanias e do respeito pelas identidades multiculturais que tantas vezes estão na origem de conflitos armados devastadores e até mesmo do grande flagelo que atualmente nos aflige, como o terrorismo islâmico.

A importância da educação como estratégia para a Paz é vinculada também na definição dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável que a ONU subscreveu em 2015, na Cimeira de Nova Iorque, e onde a educação de qualidade é apresentada em quarto lugar, logo seguida do objetivo principal que corresponde à erradicação da pobreza, e da fome e à saúde de qualidade. Nesta agenda de ação que prevê metas a atingir até 2030 e em que todos os países subscritores se devem envolver, a educação foi destacada como instrumento fomentador de Paz, explicando-se que por meio de conhecimentos e habilidades as crianças e os jovens se tornam capazes de entender a

¹³² Cf. Ruppert, Smith, *A Utilidade da Força, A Arte da Guerra do Mundo Moderno*, (2008) 42-54.

¹³³ Relatório Mundial de Cultura de paz, da sociedade civil a meio da década de cultura de paz de acordo com o convite do parágrafo operativo 10 da Resolução de Assembleia Geral (A/59/143), disponível em www.unesco.pt/, acedido em 23 de abril de 2017.

importância e trabalhar no sentido da promoção da sustentabilidade e de estilos de vida saudáveis. À educação é ainda apontada a responsabilidade de fomentar o conhecimento e a importância da defesa dos direitos humanos, da igualdade de género e da promoção de uma cultura sem violência que valoriza a cidadania global e a diversidade cultural. Com estes nestes valores a Paz ganha um terreno fértil para se disseminar, e constitui raízes muito difíceis, se não mesmo impossíveis, de destruir.

Mas os objetivos previstos pela ONU não são novidade, nem nesta organização internacional nem para a Igreja Católica que desde há muito vem apontando a educação como caminho para a paz. Lembremos, por exemplo, a última mensagem para o Dia Mundial da Paz do Papa Bento XVI, em 2013, em que o Pontífice fez questão de sublinhar a importância da educação dos jovens em função dos valores fundamentais e a necessidade da contínua conscientização destes e de todos os homens e mulheres do mundo para a ideia de que estes valores são o alicerce de toda e qualquer sociedade que se quer justa e pacífica. Nas palavras de celebração da Paz de Bento XVI a ideia de que a educação é uma estratégia para a Paz e para a sua manutenção foi reforçada com a alusão feita aos educadores, a todos os educadores sem exceção, pois que a eles compete dirigir a atenção para o mundo dos mais novos, jovens e crianças, uma vez que assim estarão a trabalhar para a construção de um futuro de justiça e de paz¹³⁴.

Antes de Bento XVI, já João Paulo II havia feito alusão à educação como estratégia para a Paz, referindo-se na mensagem para o Dia Mundial da Paz de 1996, àqueles que lidam de forma direta com as crianças e apelando à educação pelo carinho, pois nele e no amor, dizia o Santo Pontífice, é que se encontra o segredo da paz e de um futuro de Paz permanente e sustentada. João Paulo II assegurava que as crianças bem tratadas, bem educadas, serão os mestres do futuro e, portanto, a esperança da Paz para eles e para os próprios adultos. De resto, nesta mensagem em concreto, o Papa aponta explicitamente para a importância da educação neste contexto e aconselha a uma educação específica para a Paz que, na sua opinião, deve começar cedo, junto dos mais novos, nas escolas e em todas as outras estruturas que completam as vidas dos mais pequenos e a formação das suas identidades¹³⁵. O mesmo Pontífice, em 2004, voltou a reforçar esta mensagem, no âmbito das comemorações do Dia Mundial da Paz, apelando à urgência do reforço do compromisso com a educação, uma vez que esta é o meio para garantir a possibilidade da Paz que renasce do dever e da obrigação de “educar as novas

¹³⁴ Bento XVI, Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz, nº1, *Educar os jovens para a justiça e a paz*. L'Osservatore Romano (ed. Portuguesa), 24/IX/2011, (2012), 4.

¹³⁵ João Paulo II, Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz, *Dêmos às crianças um futuro de paz*, (1 de janeiro de 1996), AAS LXXXVIII, 104-110.

gerações para estes ideais, a fim de preparar uma era melhor para a humanidade inteira”¹³⁶.

Também o Papa Francisco tem dado muitas indicações acerca da importância da Paz enquanto instrumento para a aproximação individual e coletiva a Deus, que é a Paz na sua génese. De facto ao longo dos seus quatro anos de Pontificado, o Papa tem assumido, ele próprio, o papel de educador para a Paz, defendendo a ideia de que “a educação é um direito humano. Um povo que não é educado, por causa da guerra ou por todas as razões que impedem a educação, é um povo em decadência, decai, decai e pode até voltar ao nível dos instintos. Por conseguinte, se quiserdes fazer algo, organizai-vos para ajudar os Governos, os Estados, a educar os jovens que não têm acesso direto à educação”¹³⁷.

Considerando os problemas que mais afetam a sociedade na atualidade que culminam no terrorismo gratuito e na morte de inocentes, mesmo de crianças, condenadas apenas porque se passeiam, ou passam, no local errado à hora errada e tendo em conta que a base difusora dos princípios que fomentam o ódio e estas mortes são as religiões, o Papa Francisco ressalta a importância da educação como modo de reforço da comunicação, e, fundamentalmente da compreensão.

A educação é, segundo o Pontífice, o melhor meio para a promoção de mentes capazes de compreender e promover a compreensão mútua e acredita que da compreensão nascerá o respeito pela diferença, logo, também a pacificação entre povos e a sã convivência de ideias e ideais entre as sociedades que são cada vez mais múltiplas de gentes diferentes. Acreditando no valor superior da educação, o papa Francisco usou da sua força para, numa mensagem dirigida em particular aos Muçulmanos em 2013 a exultar, afirmando que “no que diz respeito à educação da juventude muçulmana e cristã, temos o dever de formar os nossos jovens a pensar e falar de modo respeitoso sobre as demais religiões e os seus seguidores, evitando ridicularizar ou denegrir as suas convicções e práticas”¹³⁸.

A este apelo, o Papa acrescentou a explicação de que “conhecer outras pessoas e outras culturas nos faz sempre bem, nos faz crescer. E por quê? Porque se nos isolamos em nós mesmos, só teremos o que temos, não poderemos crescer culturalmente; mas se formos ao encontro de outras pessoas, culturas, modos de pensar e religiões, sairemos

¹³⁶ João Paulo II, Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz, nº4, *Um compromisso sempre atual: educar para a paz*, (1 de janeiro de 2004), AAS XCVI,115-116.

¹³⁷ Francisco, *A Escola Católica do século XXI*, 24º Congresso Interamericano de Educação Católica (2015)

¹³⁸ *Ibidem*.

de nós mesmos e começaremos a aventura tão bonita chamada “diálogo”. [...] E qual é a atitude mais profunda que devemos ter para dialogar e não altercar? A mansidão, a capacidade de encontrar as pessoas, de encontrar as culturas com a paz; a capacidade de fazer perguntas inteligentes: “mas por que pensas assim? Por que esta cultura é assim?”. Ouvir o próximo e depois falar. Primeiro ouvir, depois falar. Tudo isto é mansidão. Se tu não pensas como eu – sabes... penso de outro modo, não me convences – mas somos amigos à mesma; ouvi como tu pensas e tu me ouviste como eu penso”¹³⁹.

Na simplicidade destas palavras reside o epílogo do presente item do nosso estudo pois que, por elas, se sublinham os valores, o diálogo, a necessidade e a importância da cultura para o construto da compreensão e do respeito pelo outro, em si mesmo e nas suas diferenças, e, assim, passo a passo, criança a criança, jovem a jovem educados, a Paz estará a ganhar terreno e a espalhar as suas raízes cada vez mais fortalecidas por toda a Terra.

2.1. Educar para a tolerância e para a diferença

Partindo do princípio, atrás explanado, de que a educação é a estratégia, ou uma das estratégias mais importantes, para a promoção e manutenção da Paz, temos que também apontar os valores que constroem a Paz para educar nesse sentido. Assim, e tal como temos vindo a registar ao longo do presente estudo, são valores da Paz o amor, a humildade, a solidariedade, o diálogo, a justiça, a concórdia, os direitos humanos, o respeito e a tolerância, que deriva da compreensão a que o papa Francisco tanto apela e que, à luz da doutrina de Cristo, tem expressão maior no perdão e no amor.

A tolerância é, nos dias que correm, uma necessidade premente pois que, agora, mais do que nunca, as crianças e os jovens se veem rodeados nas escolas, nos ginásios, nos parques, nos passeios e até mesmo nos prédios onde moram por crianças diferentes, de outras cores, de outras religiões, que não falam a mesma língua ou que se apresentam ao som de sotaque denunciador de um passado afastado da realidade que agora lhes é comum. Na sociedade multicultural e baseada no conhecimento global, que tem suporte comunicacional nas redes sociais, por vezes tão perversas na disseminação de informações falsas e carregadas de ódio, nesta sociedade que abriu as portas das escolas a todos, impondo a educação e o conhecimento como obrigatoriedade mesmo a quem

¹³⁹ Francisco; *Discurso aos estudantes e professores de um Colégio Japonês em viagem a Roma, 21.08.13*, 24º Congresso Interamericano de Educação Católica (2015).

não quer estudar e a quem vem de realidades diferentes, como os ciganos ou os refugiados, as crianças e os jovens têm cada vez mais que aprender a praticar a tolerância. A estas crianças que agora educamos é, atualmente, mais indispensável do que nunca o respeito pelos outros e pelas diferenças, o diálogo e, particularmente, as palavras do Papa Francisco a que atrás nos referimos, que apelam à partilha e à descoberta do desconhecido.

Na verdade, já existem provas factuais de que a tolerância é o caminho, pois foi por ela que se conseguiu diminuir, ainda que não tendo sido totalmente erradicada, a discriminação racial, o racismo e a xenofobia, que nas últimas décadas do século passado se apresentavam como os piores problemas da sociedade e também os que pareciam mais difíceis de eliminar. De tal forma eram evidentes os confrontos de raças, fosse na África do Sul, na América do Norte e até mesmo no nosso país recém aberto ao acolhimento aos retornados da Guerra do Ultramar, que a UNESCO¹⁴⁰ entendeu dedicar a sua Conferência Geral, realizada em Paris, em novembro de 1995, à tolerância, tendo aí redigido e assinado a Declaração de Princípios sobre a Tolerância. É deste documento que sobressai, logo no seu primeiro artigo, a definição que importa ter em conta: “a tolerância é o respeito, a aceitação e o apreço da riqueza e da diversidade das culturas do nosso mundo, dos nossos modos de expressão e das nossas maneiras de exprimir a nossa qualidade de seres humanos. É fomentada pelo conhecimento, a abertura de espírito, a comunicação e a liberdade de pensamento, de consciência e de crença. A tolerância é a harmonia na diferença. Não só é um dever de ordem ética; é igualmente uma necessidade política e jurídica. A tolerância é uma virtude que torna a paz possível e contribui para substituir uma cultura de guerra por uma cultura de paz”.¹⁴¹

Sendo uma atitude que só pode ganhar terreno quando fundamentada no reconhecimento dos direitos do outro e no respeito pelas suas diferenças, a tolerância encontra na educação um dos seus melhores e mais eficazes aliados e começa na educação para o próprio, para o eu, ou o *self*, como agora se apraz dizer. Daqui se afere que para a concretização da tolerância por via da educação é importante que se comece por educar os indivíduos para a necessidade de conhecerem e reconhecerem para si próprios os direitos humanos, o direito da liberdade, da dignidade, da saúde da educação, da livre circulação e todos os outros que a Igreja edifica e a Declaração Universal dos Direitos Humanos sublinha. Só assim, na consciência dos seus próprios

¹⁴⁰United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

¹⁴¹Unesco, “Declaração dos Princípios sobre a Tolerância”, em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001315/131524porb.pdf>, 1995, 11.

direitos enquanto ser humano o eu, o indivíduo, será capaz de entender a importância de respeitar os mesmos direitos nos outros e de se empenhar em ações e iniciativas que os façam vingar junto dos menos tolerantes.

Educar para a tolerância é pois começar o trabalho da educação não no sentido do outro mas no sentido interior, não dizendo tens que ser tolerante mas sim ensinando o que se é e aquilo a que se tem direito. És livre! Podes pensar e expressar os teus pensamentos sem medo de que te façam mal, sem temer represálias. Tens o direito de ser respeitado nas tuas opiniões. Tens direito a ter um emprego, um meio que te garanta o sustento, o conforto e a alimentação. O teu Estado tem a obrigação de zelar pela tua saúde, tens o direito ir ao médico sempre que te sintas menos bem e quando lá estiveres tens o direito a ser bem atendido. Podes fazer as malas e ir viver para qualquer país onde te apeteça estar, sem medo de seres expulso. Podes estar num país diferente daquele onde nasceste sem medo de ser olhado de lado e apontado pelas tuas diferenças porque elas são normais. És diferente. Não existe no mundo mais ninguém igual a ti e por isso é normal que consideres as outras pessoas diferentes também, porque elas não são como tu. Têm outra cor nos cabelos, nos olhos, na pele... falam outra língua. Mas tu e todas as pessoas com que te cruzares ao longo da tua vida têm em comum esses valores de ser livre, de pensar em liberdade, de ser digno, de ter saúde, de atravessar fronteiras... Esses valores são válidos e invioláveis porque são de todos, se fossem só teus em pouco tempo perderiam força. Esses valores só persistem porque a pessoa de cor de pele diferente da tua, a pessoa que nasceu numa cidade constantemente abalada pelas bombas a cair e pelas casas a desmoronar-se não desiste deles, não se entrega a quem lhes quer roubar, como tu também não desistirias se estivesses na mesma situação¹⁴².

A educação para a tolerância, que passa inevitavelmente pela educação para os valores e para os direitos humanos, e que está intimamente ligada ao direito à diferença e à necessidade de respeito pela mesma, tem também que ser fundamentada, tem que ser cimentada com matéria durável e resistente ao passar dos tempos e de todas as intempéries. De facto não basta só dizer aos indivíduos que têm direitos e que os seus direitos, que eles tanto prezam, são iguais aos direitos de todos os outros seres humanos que com ele partilham o mundo, tal como, no ato de construção de um edifício, não basta só fazer um buraco no chão e colocar o pilar ou o poste que vai segurar o telhado. Se não se fechar o buraco do chão carregando-o de cimento e comprimindo a terra, o telhado cairá ao mais leve sopro de vento. Assim também a tolerância desaparecerá

¹⁴²Cf. Roseli Fischmann, *Educação, direitos humanos, tolerância e paz*, Paidéia (Ribeirão Preto), 2001, vol.11, n.20, 67-77.

quando ao indivíduo ciente dos seus direitos aparecerem as primeiras tempestades, como a falta de emprego ou a chegada de refugiados ao seu país. O cimento da tolerância é a cultura, a economia, a história, a política e a religião¹⁴³. A terra comprimida da tolerância, o extra que lhe garante segurança inabalável, é Jesus e o amor que Ele nos ensinou: “ama os outros como a ti mesmo”.

A Declaração da Unesco intitulada Princípios sobre a Tolerância, faz o apelo à educação para a tolerância, lembrando o quão importante é a criação e implementação de políticas e programas de educação que contribuam para o “desenvolvimento da compreensão, da solidariedade e da tolerância entre os indivíduos, entre os grupos étnicos, sociais, culturais, religiosos, linguísticos e as nações”¹⁴⁴.

A educação para a tolerância tem lugar em toda a parte. Ela deve ser promovida e levada a cabo nos lugares institucionais, onde as escolas, em virtude da missão para que estão vocacionadas, são o palco principal e nelas os maiores atores de promoção da tolerância e da educação para a tolerância são, indubitavelmente, os professores. Assim, e quase como que numa sequência lógica, estes adultos educadores devem ter uma preparação baseada na ideia de que o desenvolvimento cognitivo dos seus alunos não acontece num laboratório imune ao que se passa no exterior. O professor, educador para a tolerância, não isola o aluno do seu contexto social, agora e cada vez mais alargado ao mundo por via das redes sociais, e empreende esforços para divulgar valores e amplificar a consciência do respeito pelas diferenças, que, de resto, começam logo dentro da própria sala de aula. O Guião Orientador da Elaboração de Projetos Interculturais, divulgado em 1992, já dava conta desta realidade e fazia o apelo à tolerância e ao papel do professor enquanto promotor da mesma, considerando que as diferenças, na sala de aula, nos recreios da escola e nos demais espaços sociais se revestiam como “oportunidade única de enriquecimento mútuo, facilitadora do desenvolvimento dos valores da tolerância, da solidariedade e do respeito pela diferença”¹⁴⁵.

Os professores e educadores têm um papel determinante no desempenho da complexa tarefa de educar para a tolerância, tendo como pano de fundo a tolerância pela diferença, sublinhando que “a escola é o local de encontro de várias culturas”¹⁴⁶, razão

¹⁴³ *Ibidem*.

¹⁴⁴ Unesco, “Declaração dos Princípios sobre a Tolerância”, disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001315/131524porb.pdf>, 1995, 15.

¹⁴⁵ Direção Geral dos Ensinos Básico e Secundário e Secretariado Coordenador dos Programas da Educação Multicultural, Guião Orientador da Elaboração de Projectos Interculturais, (Lisboa: DGEBS., 1992), 8.

¹⁴⁶ Postic, M. *A relação pedagógica*. Lisboa: Padrões Culturais Editora, (2008), 55.

pela qual é o palco privilegiado não só do respeito pela diferença e pela tolerância como da integração das diferenças na restante vida social. Trata-se então de uma educação para o pluralismo que só pode ser completa e tolerante se tiver abertura para o diálogo, que dê voz a talentos e capacidades e se expresse no consentimento da mútua existência, amiga e em Paz¹⁴⁷.

A educação tem de encarar este problema da multiculturalidade pois ela, pela sua natureza específica, encontra-se no centro do desenvolvimento da pessoa e das comunidades humanas¹⁴⁸. É tarefa da educação fazer frutificar talentos e capacidades e por isso o professor, na sua tarefa de educar para a tolerância e para a diferença, deve ser criativo e motivador, sendo, antes de tudo, exemplo de tolerância junto dos seus pupilos.

Ao longo de todo o texto das Sagradas Escrituras, não faltam exemplos de apelo à não opressão do “diferente”, ou porque seja pobre, ou “estrangeiro” ou até mesmo de outras religiões. Vejam os exemplos de Jesus para com aqueles com que se foi cruzando ao longo da sua caminhada, ou o extraordinário significado da viagem pelo deserto e visita dos reis magos ao recém-nascido Filho de Deus! Estes reis magos são, afinal, a representação de todos os povos do mundo unidos num só objetivo: o de abrir os braços em forma de acolhimento e prestar solidariedade ao representante máximo do amor e da Paz!

A Bíblia reporta passagens onde se subentende a importância desmedida da tolerância e do respeito pela diferença, tal como é o caso do acontecimento do Pentecostes em que, em Jerusalém, várias pessoas, de origens muito diversas, de países e línguas diferentes, se falavam mutuamente e se entendiam na perfeição, ficando maravilhadas com essa capacidade de entendimento multicultural que viria a estar na génese da expansão do cristianismo por todos os cantos do planeta.

Com base nestes e em tantos outros exemplos que a Bíblia regista e assumindo a mensagem verdadeira que os mesmos quiseram revelar, o professor de EMRC pode contribuir em larga escala para a valorização da educação para a tolerância e a diferença, tomando a multiculturalidade como uma das suas missões principais e assumindo que é nesta complexa teia, que nos anos 90 do século passado tão bem se expressou no *slogan* “todos diferentes, todos iguais”, que reside a razão de ser e a originalidade desta unidade curricular. A disciplina de EMRC serve como

¹⁴⁷ Cf. Jaques Delors (Coord.), *Educação: Um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*, (Brasília: Faber-Castell, 2001).

¹⁴⁸ *Ibidem*.

impulsionadora da tolerância porque é testemunho de uma educação voltada para o outro e portanto é um lugar de cultura onde todas as questões podem ser colocadas tanto ao ser humano que faz e frequenta as aulas, como mesmo a Deus que faz delas um veículo de comunicação.

2.2. Educar para o cuidado da natureza

Na sua Carta Encíclica “Sobre o Cuidado da Casa Comum”¹⁴⁹, o Papa Francisco vem fazer o apelo ao respeito e necessidade de proteção da natureza, começando o documento por lembrar São Francisco de Assis que comparava o planeta, que era a casa de todos, a nossa casa comum, a uma irmã “com quem partilhamos a existência, (...) ou uma boa mãe, que nos acolhe nos seus braços”¹⁵⁰.

Nas palavras do Papa Francisco, a “irmã” natureza é apresentada em sofrimento contra os males e os danos que todos nós lhe infligimos sempre que usamos de forma irresponsável os bens que dela tiramos e que são oferta de Deus. De facto, e ainda de acordo com o que se lê nesta encíclica, a natureza está em profundo sofrimento porque o Ser Humano se habituou a pensar ao longo dos séculos que é o seu dono e, como tal, pode dela fazer o que quiser. Esta noção de propriedade da terra e de tudo o que dela provém acentuou-se nas últimas décadas, quase na imediata proporção do esquecimento generalizado dos humanos em relação a si próprios e à sua própria natureza. Sim, porque os humanos também são elemento dessa casa comum que se degrada e está em sofrimento, também eles são compostos por elementos biológicos que a natureza construiu e também eles virão a sofrer, no próprio corpo, as consequências desta degradação¹⁵¹.

O Papa Francisco não foi o primeiro dos Santos Padres a abordar a temática da natureza e da necessidade de a cuidarmos com respeito. Na verdade, já o Papa João XXIII havia tratado esta problemática na sua Encíclica *Pacem in Terris*¹⁵², alertando para a deterioração global do ambiente e colocando a tónica do seu alerta em cada uma das pessoas que habita neste planeta, como que a alargar o campo das responsabilidades relativas à sua proteção numa altura em que a conscientização a respeito da necessidade

¹⁴⁹ Francisco, Carta Encíclica *Laudato Si*, Sobre o cuidado da nossa casa comum (24 de maio de 2015), disponível em http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_encyclica-laudato-si.html, acedida em 29 de março, de 20117.

¹⁵⁰ *Ibidem*, 1.

¹⁵¹ *Ibidem*, 4.

¹⁵² JOÃO XXIII, *Pacem in Terris*, (Lisboa: União Gráfica, 1963), nº1, 5.

de proteger a natureza e defender o meio ambiente contra as agressões da intervenção humana era ainda quase uma miragem.

Depois, em 1971, o Beato Paulo VI¹⁵³ voltou a fazer referência ao problema da ecologia e, nesses idos anos 70 do século passado, já o apontava como uma “crise dramática” e atribuía a mesma à exploração exacerbada que o ser humano lhe vinha a impor por via da civilização industrial.

Importa sublinhar que, tanto o alerta lançado pelo Papa João XXIII quanto o que foi promovido por Paulo VI, aconteceram num tempo em que a humanidade não estava consciente dos perigos da poluição e poucos eram os que aceitavam como verdadeiros os alertas de Roma e entre eles os Estados a quem competia intervenção imediata, na sua maioria, continuavam a promover e a defender políticas economicistas de exploração da natureza, ao invés de lhe salvaguardarem os recursos e imporem restrições legais à extração e consumo dos bens que deles provinham. De facto este era ainda o tempo em que a humanidade entendia o meio ambiente em que se fixava como uma ferramenta, um instrumento subserviente aos seus caprichos progressistas e economicistas. Poucos anos haviam passado desde a publicação da obra “Primavera Silenciosa”¹⁵⁴ de Rachel Carson que viria a constituir um ponto de viragem sobre o entendimento que a comunidade científica, e a própria humanidade, tinha acerca do ambiente mas era ainda muito cedo para que os ouvintes de Paulo VI tomassem realmente consciência da urgência das suas palavras, o que faz delas, agora, na análise retrospectiva, ainda mais significantes e testemunho da atenção e cuidado que a Igreja sempre teve para com as questões do foro ecológico.

É neste contexto que o Santo João Paulo II, retoma o tema por várias vezes e sempre com o maior interesse. A sua primeira encíclica foi o mote para o início dessa campanha de conscientização pela proteção da natureza sublinhando, precisamente, esse facto do Homem apenas a considerar como servente dos seus ensejos de consumismo e enriquecimento monetário. No documento onde se regista a Catequese que o Pontífice

¹⁵³ Carta ap. *Octogesima adveniens* (14 de Maio de 1971), 21: AAS 63 (1971), 416-417, disponível em http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_letters/documents/hf_p-vi_apl_19710514_octogesima-adveniens.html, acedida em 20 de abril de 2017.

¹⁵⁴ Primavera Silenciosa de Rachel Carson foi publicada pela primeira vez em 1962. Trata-se de um trabalho escrito no âmbito de uma investigação que a autora, Bióloga de formação, foi chamada a investigar o desaparecimento dos pássaros que animavam as primaveras nas margens do Mississipi e descobriu que os mesmos sucumbiam durante as grandes campanhas de distribuição aérea de pesticidas sobre os campos de cultivo com vista à disseminação das pragas de insetos mas que afetavam também vários outros animais e, alterava o funcionamento normal do ecossistema. A obra de Carson não foi bem acolhida no seio político da época pois levantava problemas de ordem económica já que confrontava os modos de produção dos maiores empresários agrícolas da época mas ganhou vários adeptos entre o público em geral e serviu de mote à realização das primeiras manifestações pró-ambiente da história.

escreveu para o dia 17 de janeiro de 2001¹⁵⁵ é possível aferir o convite que João Paulo II faz a toda a comunidade Cristã para que se juntasse numa conversão ecológica global, afirmando que a destruição cada vez mais evidente dos ecossistemas do planeta era um facto de extrema gravidade, não só porque com ele se estava também a destruir a dádiva Divina da vida humana, mas também porque os indivíduos não estavam a ser capazes de dar prova de merecimento da oferta que Deus lhes fez de terem um chão para viverem e dele tirarem, respeitosamente, o seu sustento. Neste documento em particular, João Paulo II alude à educação para o cuidado da natureza, apelando a mudanças no estilo de vida dos cristãos e referindo a necessidade dessas mesmas mudanças se estenderem aos modelos de produção e de consumo, o que também remete responsabilidade para os empresários. Da mesma forma e pela mesma via, o Santo Padre apela à intervenção e empenho das estruturas de poder, nomeadamente dos Governos e das organizações políticas e não-governamentais internacionais.

Tanto a mensagem que João Paulo II faz passar, quanto a dos seus antecessores, não contrariam a importância do progresso, nem os benefícios que o mesmo trouxe ao mundo e a todos os seus habitantes mas sublinham que o verdadeiro progresso tem que estar revestido de um carácter moral onde o respeito pela pessoa humana esteja sempre em primeiro lugar, logo também o respeito pela natureza, uma vez que sem ela a vida humana não é possível.

Na senda do discurso da Igreja para com as questões ambientais, também o Papa Bento XVI teria uma palavra importante a registar. De facto, também este Pontífice reiterou a preocupação de João Paulo II e veio renovar o convite para a eliminação de todas “as causas estruturais das disfunções da economia mundial e corrigir os modelos de crescimento que parecem incapazes de garantir o respeito do meio ambiente”.¹⁵⁶

Bento XVI atribuiu a responsabilidade dos danos de que padece o ambiente ao comportamento irresponsável da humanidade e apontou como principal agressão à natureza o consumismo e o desperdício, bem assim como o egoísmo humano que tende a colocar o Homem num patamar onde só se vê a si próprio, deixando de enxergar toda a envolvente que o sustenta nesse tão elevado nível.

É na senda deste *continuum* de apelos e tentativas de conscientização para o respeito pela natureza que a Igreja vem fazendo ao longo das últimas décadas, que o

¹⁵⁵ Catequese (17 de Janeiro de 2001), 4: Insegnamenti24/1 (2001), 179; L'Osservatore Romano (ed. portuguesa de 20/1/2001).

¹⁵⁶ Discurso ao Corpo Diplomático acreditado junto da Santa Sé (8 de Janeiro de 2007): AAS 99, 73, disponível em http://w2.vatican.va/content/benedictxvi/pt/apost_exhortations/documents/hf_ben-xvi_exh_20070222_sacramentum-caritatis.html, acedido em 22 de março, de 2017.

Papa Francisco, lembrando os esforços dos seus antecessores, apela à proteção da nossa casa comum e traça uma metáfora a Deus, a que Jesus serviu de espelho, remetendo para uma única família que vive nessa enorme casa e que, como família, se deve unir para cuidar do seu albergue.

Na carta encíclica “Sobre o cuidado da casa comum”, o Papa Francisco faz uma aprofundada radiografia ao estado atual da natureza, considerando questões como a poluição e as mudanças climáticas, analisando o problema da água e da perda constante da biodiversidade, de que resultam, como já se disse, a deterioração da qualidade de vida de todos os homens e mulheres, mesmo no âmbito social, e donde deriva a desigualdade de oportunidades a nível mundial, sendo que as populações mais afetadas pelas alterações climáticas e pelas catástrofes naturais são as que já padecem seriamente com a falta de alimentos e mesmo a morte. O Pontífice apela também à intervenção, ainda mais cuidada e aprofundada, da ciência no sentido de, por um lado, ajudar os indivíduos menos conscientizados a entender a relação entre a sua ação produtora e exploradora da natureza e a sua degradação, e, por outro, de ajudar a encontrar meios de prevenção e recuperação do que já foi destruído. Neste contexto, o Papa em exercício reforça a importância da comunicação e exulta ao diálogo entre os Homens das religiões, particularmente a Cristã, e os homens e mulheres da ciência: “a gravidade da crise ecológica obriga-nos, a todos, a pensar no bem comum e a prosseguir pelo caminho do diálogo que requer paciência, ascese e generosidade, lembrando-nos sempre que «a realidade é superior à ideia»”¹⁵⁷.

No entanto, e tal como o próprio Pontífice nos faz ver na sua Carta Encíclica, todas as medidas que se possam vir a empreender em função do salvamento e manutenção da nossa casa comum só poderão ter o efeito desejado se as gerações vindouras crescerem imbuídas da importância da natureza e da necessidade de a salvaguardar. A esperança de salvamento reside, pois, na educação. A única esperança da natureza consiste na mudança de atitude da humanidade e tal só pode acontecer se se apostar na educação como instrumento de criação de uma consciência comum que entenda o verdadeiro significado da expressão “nossa casa comum” e que perceba que o futuro de todos os seres humanos deste mundo depende do cuidado que lhe for prestado.

No entanto, educar para o cuidado da natureza já não pressupõe só a tomada de iniciativas próprias dos meios educativos. Já não implica somente a alteração de currículos nas escolas, o que por si já é tarefa imponente, pois de pouco ou quase pouco adiantará ensinar a crianças e jovens todas as questões que até agora afloramos se elas

¹⁵⁷ Francisco, Carta encíclica *Lumen fidei*, (29 de Junho de 2013), 34 [AAS 105 (2013), 577].

vão crescer numa sociedade completamente dependente do consumismo. Pode até acontecer que, na escola, se consiga passar a mensagem de mudança de consciência que o Papa Francisco sublinha, no entanto os jovens vivem numa sociedade completamente rendida ao consumo e ao bem-estar, o que dificulta a implementação da mensagem escolar, dado que, uma vez chegados a casa ou aos meios onde convivem com os seus pares também eles vão querer ter as roupas da marca da moda e os gadgets mais populares. Assim, educar para o cuidado da natureza torna-se numa tarefa de dimensões globais, pois mais do que as escolas, são as sociedades que têm que ser totalmente educadas e a educação para a salvaguarda da natureza tem que dar o passo gigante da educação para a solidariedade. Tal como o Papa Francisco refere, no contexto ambiental, é fundamental que se encontrem educadores que sejam capazes “de reordenar os itinerários pedagógicos numa ética ecológica, de modo que ajudem efetivamente a crescer na solidariedade, na responsabilidade e no cuidado assente na compaixão”¹⁵⁸. É importante que os educadores sejam capazes de promover a ideia de que o consumo exacerbado que serve para o cumprimento dos nossos desejos materiais pode ser um ato de egoísmo face aqueles que nada têm e, mais grave, nada podem ter pois que são forçados a abdicar do cumprimento das suas necessidades mais básicas em prol do nosso conforto e do nosso luxo.

É importante que se traduzam estas mensagens em exemplos concretos, mostrando situações que de facto ocorrem em várias partes do mundo como é o caso da necessidade de crianças de tenra idade trabalharem nas minas de lítio, pois só elas têm tamanho que permita passar nos canais das minas e só por causa dessa extrema agressão e abuso de trabalho infantil, que incorre contra a saúde desses pequenos escravos, é que nós podemos ter telemóveis topo de gama, para ouvirmos música e vermos vídeos que pouco ou nada nos ensinam no *youtube*. É importante que se mostre como é que os ténis da moda são cosidos e à custa de quantos sacrifícios os nossos alunos se podem calçar, não com um artigo que lhes promove o conforto no andar, pois esses podem comprar em qualquer lado e a baixo preço, ajudando mesmo a criação e manutenção de empregos no seu próprio país, mas sim com uma sapatilha que lhes alimenta o ego e o faz deles “heróis” no seio do seu grupo de amigos: queremos ser “heróis” assim?

A educação para o cuidado da natureza deve incidir sobre essa tônica da conscientização solidária e de compaixão e deve apostar na promoção da

¹⁵⁸ Francisco, Carta Encíclica “Laudato Si’”, (24 de maio de 2015), 210, disponível em http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html, acedida em 30 de abril de 2017.

responsabilidade ambiental, por forma a que novos e mais assertivos comportamentos venham a ser adotados. A educação para o cuidado da natureza assente na responsabilidade pode começar por apontar pequenas atitudes como a redução do consumo de água durante o banho, mesmo que tenhamos possibilidade de pagar a maior das contas da água, ou pela dispensa da compra do saco de plástico no supermercado, mesmo que o seu preço seja facilmente comportado por nós. Ou seja, a responsabilidade da educação para a natureza tem esse papel de promoção do cultivo de atitudes conscientes não por necessidade mas, antes, pela assunção do bem que elas representam em si mesmas.

O espaço da educação para o cuidado da natureza acontece então, e como já vimos, em todos os lugares, na escola, na família, na comunicação social e na catequese, entre outros. Quando empreendida junto dos mais novos, esta educação tende a cumprir a tarefa de lançar a semente para uma vida adulta responsável mas também ajudará a educar, por via indireta, a família das crianças. Esta, por sua vez, terá como maior responsabilidade a educação para o consumo afastado da vontade de tudo ter e de não partilhar. Quantos pais promovem, nos dias que correm, a ideia de partilha entre irmãos. Longe vai o tempo em que as roupas dos filhos mais velhos se guardavam religiosamente para voltarem a ser usadas no dia em que servissem aos mais novos. O consumo partilhado está fora de moda e depende das famílias a recuperação desses hábitos e desmistificação da importância do tudo ter e tudo ter que ser novo, a “estrear”.

No contexto da educação para a promoção do meio ambiente, o papel dos Governos e das políticas também não pode ser descurado e é importante que se dê destaque e assumam também a Igreja como parceira desta missão. De facto, todas as comunidades cristãs, e neste contexto também os professores de EMRC, podem prestar um indispensável papel neste campo, sendo que até têm a tarefa facilitada no que toca a apelar à solidariedade e à responsabilidade bem como ao apreço pelo belo que é o espelho de criação divina. Salvaguardar e cuidar da natureza é, em última análise, adorar a Deus e mostrar-se verdadeiramente seu seguidor de amor e de fé.

3. O papel das instituições na educação

O ser humano é um todo complexo e indissociável pelo que demanda uma formação integral e permanente que não se esgota em apenas uma das facetas da sua vida. A educação verdadeira começa no seio da família, desde o primeiro momento de

vida, sendo composta de carinhos, atenções, desvelos e cuidados mas também das primeiras imitações de balbuciar que os pais tendem a fazer junto dos bebês e que, de forma quase invisível, são o ensinamento da fala.

Os pais têm esse papel determinante na educação dos seus filhos e são, por isso, chamados de primeiros agentes de socialização. Com eles os familiares mais próximos, os irmãos, os avós, os tios, os primos, também eles, mesmo sem se aperceberem disso, estão a educar o pequeno indivíduo. Eles são o elemento do primeiro núcleo social que o indivíduo vai integrar e por isso são também responsáveis por ele. Ao longo dos seus primeiros anos de vida o indivíduo, a par do acompanhamento constante da família, na creche, nos jardins infantis públicos, nas festas e até mesmo nos restaurantes, são levados a perceber que há outros como ele, outros indivíduos que fazem o mesmo caminho e ocupam o mesmo espaço. Neste contexto, a criança é educada para a convivência social, para a partilha e para a cooperação.

A esta educação, que deve apontar para o cuidado do físico e para a construção da moral e dos valores, junta-se a educação da escola, com uma componente mais pedagógica e mais direcionada à promoção da aquisição de conhecimentos. No contexto da educação, a escola é apontada como a socializadora secundária e é no seu espaço que a criança vai realizando a sua existência fora do âmbito da família que a resguarda. À instituição escolar compete a imposição de limites, o estabelecimento de regras de convivência social, o estabelecimento de objetivos e da importância da sua concretização, para além do desenvolvimento de competências, mas também a apresentação de valores e o impulsionamento da compreensão dos mesmos.

Tal como já deixamos explícito em item anterior, a educação é fundamental tanto para os indivíduos em si mesmos como para a sociedade, pelo que todas as suas instituições lhe devem tomar o pulso e ocupar um lugar nesta tarefa comum de que depende o desenvolvimento integral do indivíduo mas também a qualidade de vida de toda a sociedade. Uma sociedade de indivíduos mal-educados não é uma sociedade pacífica.

Ora, estando em causa o bem-estar do ser humano é importante também que as instituições religiosas sejam promotoras da educação, não só no sentido de educar para Deus mas também, como vem fazendo a Igreja Católica, educar para os valores, para a dignidade, a liberdade, o respeito pelo outro e para o amor. No contexto da educação, a Igreja tem assumido um papel determinante, acolhendo os indivíduos no seu seio desde a mais tenra idade através do Batismo e promovendo a educação através de múltiplas formas sendo que nunca deixa passar ao lado a importância da família neste contexto.

3.1. Família

A família é o primeiro interveniente no processo educativo de qualquer ser humano, não só no sentido da simplicidade cronológica, porque é a primeira a conhecer o novo indivíduo, mas também porque tem a função social de constituir o cenário onde o indivíduo encontra tudo o que precisa para se formar. O carinho e o amor, sempre, e também, logo na primeira fase de vida, o alimento e o aconchego. A família é, pois, o meio onde o recém-nascido, totalmente dependente, encontra o primeiro porto de abrigo e pode continuar a sua formação física e emocional. É na família que se dá o dom da vida à criança, mesmo quando a família não é a biológica, porque esse dom da vida de que se fala não é o simples conceber e deixar nascer mas sim o criar todas as condições para que se complete e fortaleça a criação do corpo e se promova a construção do Ser.

A família é o espaço do enraizamento por excelência e portanto tem um papel determinante, senão mesmo o mais importante, na educação. É à família que compete a primeira e derradeira tarefa de transmissão de valores, sendo mesmo a esta célula vital da sociedade que cabe a responsabilidade de enviar os seus filhos para a escola, para a catequese e para todos os outros espaços educacionais que a sociedade oferece.

Através da família a educação ganha um cariz de âncora, pois a transmissão de valores que ali se faz transforma-se na representação da nossa cultura de origem e, mais ainda, da nossa própria personalidade.

A família é, como sublinhou o Papa Francisco na Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Amoris Laetitia*, a “alegria do amor” donde nasce a dádiva de Deus que são os filhos que vêm para pôr as famílias à prova, propor-lhes o desafio educativo que, como o próprio Papa reconhece, é cada vez mais difícil e complexo face à realidade atual, tão globalizada e mediatizada, onde a informação chega à velocidade da luz e as crianças aprendem cedo a questionar os ensinamentos dos pais¹⁵⁹.

A educação que se faz nas famílias não é, nem deve ser entendida, como uma obrigação dos pais para com os filhos, mas antes um direito que os pais ganham quando os seus filhos nascem, um direito essencial que permite aos homens e mulheres contribuírem para essa grande empreitada de Deus de ajudar a edificar a Igreja e fazer a sua parte na difusão do amor e na tarefa de construção da paz.

¹⁵⁹ Francisco, Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Amoris laetitia*, “A Alegria do Amor” (8 de abril de 2016), disponível em http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20160319_amoris-laetitia.html, acedido em 15 de março de 2017.

Durante longas décadas em alguns lugares do mundo de que Portugal se pode fazer exemplo, a tarefa da família para a educação parecia estar plenamente firmada, em harmonia com os preceitos do Estado e com a conduta da Igreja. Os pais transmitiam os seus valores aos filhos, estes respeitavam os pais. E, em grande parte das sociedades antigas, todos partilhavam das mesmas ideias face à educação, pelo que a tarefa dos pais se apresentava facilitada e cumprida no âmbito de exemplos que os antepassados haviam deixado ficar. Mas o mundo mudou. Mudou muito e num espaço de tempo tão curto que muitos ainda não o conseguem perceber nas suas novas cores e nas suas novas distâncias. A primeira grande mudança, aquela que constituiu maior impacto e desafios à tarefa de educar, aconteceu ainda antes do aparecimento da internet e das comunicações rápidas: foi a escola! O facto dos Estados terem entendido que a educação escolar e o conhecimento era um direito de todos e que, por isso, todos estavam obrigados a ir à escola, veio confrontar as famílias educadoras com as várias formas de educar, e, mais difícil, com as perguntas dos filhos agora conscientes da sua autonomia e da liberdade que lhes soava muito bem mas, muitas vezes, era fruto de interpretações extrapoladas.

Esta nova realidade veio trazer às famílias a necessidade de adaptar a sua forma de educar, desenvolvendo tarefas de promoção e compreensão das liberdades responsáveis onde a sensatez e a inteligência vinguem e onde os filhos sejam levados a compreender, por via do amor e do apoio incondicional, que têm um papel que é só deles na comunidade e que são parte do grande puzzle da vida que Deus nos deu.

3.2. Escola

A escola é considerada o espaço da educação por excelência. É o espaço institucional formalmente reconhecido como o lugar onde as crianças e os jovens de determinado país vão para serem educados, ou antes, ensinados. A escola é, por regra, o primeiro espaço social, fora do âmbito familiar, a ser apresentado às crianças e, portanto, também pode ser considerada o primeiro espaço de construção do sujeito social, onde os indivíduos são confrontados com mecanismos propositivos, com a comunicação, o diálogo e a participação, através da qual se começam a perceber como seres com voz e autonomia.

Através da escola, e ao longo dos vários anos em que a mesma faz parte da vida dos indivíduos, são criados laços de relações sociais que favorecem e promovem o desenvolvimento psicossocial e humano dos mais pequenos e é a escola também que se

apresenta como instrumento democratizador dos homens e mulheres, proporcionando-lhes instrumentos que favorecem a construção das suas próprias oportunidades de vida e de inclusão no mundo.

A educação escolar é, na sua conceção original, uma educação direcionada para a ciência, uma educação prática que visa munir os indivíduos de ferramentas e instrumentos que lhes permitam construir um futuro onde venham a desenvolver uma atividade profissional¹⁶⁰. Mas esta não é a única faceta da escola enquanto instituição pois que na escola se encontram todos os indivíduos em formação de personalidade e, como tal, não seria possível, abstrair o meio de todas as outras componentes intrínsecas ao ser humano.

Por isso é que a educação, “na manifestação da sua autenticidade, traduz-se no percurso da personalização, isto é, da irrupção de cada ser humano no confronto livre com o outro, resultando em dinâmicas sociais de interdependência e de cooperação”¹⁶¹. Apesar do inquestionável facto de que o ser humano em formação precisa, de facto, de aprender a utilizar os instrumentos práticos que são o conhecimento empírico, a verdade é que, dentro da escola, esse conhecimento não pode ser dissociado das suas características de interrelação e de assimilação do outro pelo que a escola não deve ser entendida apenas numa perspetiva e se vê “obrigada” a assumir um papel interventivo da educação que, para além de ensinar a ler e a escrever deve também ensinar os indivíduos a ser sociais. Assim, e neste contexto, a escola ensina a ciência e é também o palco preferencial de transmissão de valores.

Esta “ideia” de que escola deve “educar” para os bons comportamentos e para os valores está, de resto, tão amplamente aceite a nível social que, atualmente, já se vão assistindo a situações menos positivas em que alguns pais se excluem do processo educacional e entregam essa tarefa aos professores dos filhos. A verdade é que a criança entra para a escola em idade em que o seu desenvolvimento intelectual não lhe permite alcançar a compreensão da junção de letras e construções de álgebra pelo que, no seu primeiro contacto com a instituição, ainda no âmbito da educação infantil, o professor tem mesmo essa tarefa da comunicação dos bons hábitos e das regras de vivência em comunidade mas não está certo que os pais se excluam das suas próprias responsabilidades, nem nos momentos da primeira educação institucional, nem durante todo o processo de desenvolvimento da personalidade dos seus filhos. A escola tem sim

¹⁶⁰ Cf. Pedro Goertgen. *Educação e valores no mundo contemporâneo*, Revista Educação e Sociedade, (Campinas: Universidade de Campinas-UNICAMP, vol. 26, n. 92, 2005), 983-1011.

¹⁶¹ Lopes, Acácio José Pereira. Editorial Pastoral Catequética, 23 (2012), 6.

um papel determinante na construção do ser ético e social mas não é um elemento de substituição na formação integral do ser humano.

3.3. Igreja

A ação educativa da Igreja assume múltiplas formas e tem o seu primeiro reflexo, não junto do indivíduo, mas da sua família e de toda a comunidade educativa. À parte das mensagens que propala pelas mais diversas formas junto da sociedade, a Igreja assume o papel de educadora formal através de instituições que criou para o efeito, e em que a perspetiva educacional está centrada na pessoa.

No âmbito educativo, e para além da catequese, a Igreja tem também um lugar demarcado e de profunda importância na escola do Estado, e nas escolas privadas, onde se apresenta como presença institucionalizada através da qual proporciona às crianças e jovens o contacto com o Evangelho e com a mensagem cristã. No espaço da educação secular, vocacionada para a transmissão de conhecimentos e informações, a Igreja toma a missão de educar para a mudança de atitudes e comportamentos, para a mudança de vida.¹⁶²

A Educação Cristã, que decorre do papel institucional da Igreja, tem por finalidade principal o reafirmar da participação cada vez mais ativa dos indivíduos na vida social, tal como ficou expresso na declaração *Gravissimum Educationis* do Concílio Vaticano II de outubro de 1965.¹⁶³ Daqui decorre que a educação que a Igreja promove é uma educação direcionada para o ser humano em todas as suas dimensões, é uma educação que afirma o reconhecimento dos professores enquanto artesão e obreiros do futuro dos indivíduos harmoniosos, felizes, e promotores do bom ambiente social e, consequentemente da Paz.

De acordo com a Carta Pastoral “Educação – direito e dever – missão nobre ao serviço de todos”, o principal objetivo da Igreja educadora é “suscitar e favorecer harmonia pessoal, a verdadeira autonomia, a construção progressiva e articulada dos aspetos racional e volitivo, afetivo e emocional, moral e espiritual, (pois) desta

¹⁶² Cf. Alain Botton, *Religião para ateus: um guia para não crentes sobre a utilização da religião*, (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2012), 45-58.

¹⁶³ Concílio Vaticano II, *Declaração Gravissimum Educationis, sobre a educação cristã*, 28 de outubro de 1965.

harmonia pessoal decorre a participação social e feliz, cooperante e solidária, que resulta na harmonia social”¹⁶⁴.

Não estando preocupada em ensinar a ler e a escrever, nem tendo em conta o grau de aprendizagem das crianças acerca dos números e das equações, a Igreja, enquanto entidade educadora, mesmo no espaço da escola formal e no âmbito da unidade curricular de Educação Moral e Religiosa Católica, tem que educar para a pessoa. Ou seja, para a construção integral de indivíduos e, conseqüentemente, de sociedades.

3.4. Estado

O principal e primeiro papel atribuído ao Estado quando se fala em Educação é a criação de escolas e de condições para que todos os cidadãos possam aceder às mesmas de forma livre, não discriminatória e gratuita. Em Portugal a educação é um direito consagrado constitucionalmente pelo que, desde logo, o Estado se assume como um importante promotor da mesma devendo, em todos os casos, garantir a liberdade de aprender e de ensinar de forma isenta de direções filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas¹⁶⁵.

Partindo dessa obrigação de cumprimento do serviço público para a educação, entende-se que o papel do Estado na Educação é o de fornecedor no sentido em que cria e propicia as condições para a ocorrência da educação, edificando escolas e formando professores, para além de garantir que estes profissionais da educação sejam remunerados justamente em função das suas atribuições e competências. Ao Estado, enquanto promotor oficial da educação do seu povo, colocam-se múltiplas questões e dificuldades dentre as quais se destacam a tarefa da eliminação da desigualdade social, a construção de novas formas de socialização, a promoção do *continuum* desenvolvimento da investigação e das ciências, a inovação tecnológica e outras de cariz mais abstrato mas de somenos importância como a garantia da manutenção das liberdades educativas consagradas na constituição.¹⁶⁶

Sendo que a educação, enquanto função e dever do Estado, não pode ficar dissociada das conjeturas sociais, é normal que a Escola Pública, entendida aqui na sua globalidade, vá sofrendo influências políticas e ideológicas, mesmo que de forma

¹⁶⁴ Conferência Episcopal Portuguesa, Carta Pastoral (2002). Educação – direito e dever – missão nobre ao serviço de todos. CEP, n.º 2.

¹⁶⁵ Constituição da República Portuguesa (Coimbra: Almedina, 2002).

¹⁶⁶ *Ibidem*.

indireta, e, por isso, atualmente, ela está veiculada a um modelo capitalista de desenvolvimento que coloca uma grande componente de responsabilidade nas administrações escolares e exige resultados o que, segundo opinião de vários autores¹⁶⁷, compromete a qualidade do ensino, a atenção e o tempo que os professores dispõem aos seus alunos.

No âmbito em análise, a Educação também não pode ser considerada igualitária, embora esse seja um dos seus propósitos basilares, pois cada escola, de um mesmo estado, vai produzindo e reproduzindo a sua própria cultura e expressa essa mesma cultura na implementação de rotinas, no estabelecimento de tradições e na promoção de valores que se ajustam à sua identidade mas podem diferir de uma outra escola, afeta à mesma legislação, mas frequentada por outros alunos, doutras idades em diferentes localidades do país. Assim, e tal como as escolas se adaptam ao seu meio, também os professores, os agentes de educação, têm que se adaptar à escola o que, neste último caso, se pode revestir de dificuldades dado que estes profissionais são professores itinerantes. Face a esta multiplicidade de “escolas” dentro da “Escola”, o Estado deve trabalhar com vista à disseminação de igualdades de oportunidades para todos os alunos, apartado dos espaços geográficos mas respeitando as histórias e as identidades de cada comunidade escolar.

A Escola é um dos mais poderosos agentes de socialização e ocupa um lugar privilegiado no processo de socialização de todos os atores que aí interagem, circunscrevendo-se num contexto geográfico específico e histórico-cultural próprio da época em que se operacionalizam as suas ações, possuindo uma estrutura organizacional particular e orientando-se de acordo com as normas e valores que veicula.

4. A Educação Moral e Religiosa Católica e a formação de jovens promotores de Paz

A Educação Moral e Religiosa Católica é uma disciplina, obrigatoriamente oferecida pelas escolas mas de frequência facultativa curricular, do Ensino português desde 7 de maio de 1940, data em que o Estado e a Santa Sé firmaram uma Concordata onde, no seu Artigo 21.º, se firmou que o ensino da religião moral e católica seria

¹⁶⁷ Maria Socorro Lucena, Lima. *Reflexões sobre o estágio supervisionado na formação de professores*. Revista Diálogo Educ., Curitiba-PR, v. 8, n. 23, (2008), 195 -205.

Carlos V., Estevão. *Direitos humanos e educação para uma outra democracia*. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, 19 (70), (2011), 9-20.

ministrado nas escolas públicas “elementares, complementares e médias aos alunos cujos pais, ou quem suas vezes fizer, não tiverem feito pedido de isenção”¹⁶⁸. A mesma concordata viria a ser atualizada e revogada em 18 de maio de 2004 mas o princípio que fundamenta a implementação da disciplina no plano curricular do Ministério da Educação manteve-se.

Da assinatura desta concordata sobressaem vários princípios que importa considerar sendo que o primeiro, que desde logo sublinhamos, é o facto da disciplina sobre a qual concentramos a nossa atenção, e que é também o mote do presente item, ter sido implicitamente definida por esta via como um meio de evangelização nas escolas, sendo que essa evangelização se promove por via do diálogo com o património cultural e tem enfoque na pessoa humana, na criança e no jovem em desenvolvimento, visando, não só a sua dimensão religiosa mas, sobretudo a sua formação integral.

Outro dos princípios que decorre da referida concordata e do documento da sua atualização encerra os conceitos de laicismo e de laicidade, que, na nossa perspetiva, se revestem de muita importância, na medida em que, pelo primeiro, decorre a noção, amplamente difundida, de que o estado se deve manter a-religioso, abraçando todos os cidadãos de igual forma e respeitando os mesmos independentemente das suas crenças. Valores de tolerância, respeito e aceitação pela diferença e pelo apelo à inclusão que a Igreja subscreve e considera fundamentais no processo de execução da sua maior tarefa, dentro e fora das escolas, que é a construção da Paz. Já do conceito de laicidade depreende-se a não imissão do estado na religião, devendo este não ser confessional nem interferir na vida das Igrejas, respeitando e promovendo a liberdade religiosa de todos os seus cidadãos. É nesta distinção que a disciplina de EMRC se fundamenta e se faz necessária no âmbito da educação pública, tal como referiu o Papa Bento XVI ao afirmar que “longe de constituir uma interferência ou uma limitação da liberdade de vossa presença (nas escolas estatais) é aliás um exemplo válido daquele espírito positivo de laicidade que permite promover uma convivência civil construtiva, fundada no respeito recíproco e no diálogo leal, valores dos quais o país tem sempre necessidade.”¹⁶⁹

¹⁶⁸ Concordata entre a Santa Sé e a república Portuguesa (1940), disponível em <http://www.ucp.pt/site/resources/documents/ISDC/Texto%20da%20Concordata%20-%201940.htm>, acedido em 3 de maio de 2017.

¹⁶⁹ Discurso do Papa Bento XVI aos professores de Religião católica nas escolas italianas, na sala Paulo VI, 25 de abril de 2009. disponível em https://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2009/april/documents/hf_ben-xvi_spe_20090425_insegnanti-religione.html, acedido em 6 de maio de 2017.

A inclusão da disciplina de EMRC no Plano Curricular Nacional tem ainda outro fundamento que importa não deixar esquecido e que se prende com o respeito, por parte do Estado, da dimensão da religiosidade humana de cada homem e de cada mulher e que só pode ser favorecido e continuado se for dado aos pais o direito de escolherem uma educação para os filhos que se enquadre dentro dos mesmos valores em que foram educados e em que acreditam. Por via desta mesma afirmativa, Bento XVI, no âmbito de um discurso direcionado aos professores italianos de Religião Católica, acrescentou ao que já se transcreveu anteriormente que se torna necessário que o ensino religioso seja também uma disciplina escolar e que, enquanto disciplina, tenha a “mesma exigência de sistematização e rigor que têm as demais disciplinas. Deve apresentar a mensagem e o acontecimento cristão com a mesma seriedade e profundidade com que as outras disciplinas apresentam os seus saberes.”¹⁷⁰

Assim, e fundamentando o papel da disciplina de EMRC no direito universal à educação consagrado na Constituição da República Portuguesa e subscrito pela Igreja Católica no Concílio Vaticano II na Declaração *Gravissimum Educationis* sobre a Educação Cristã, esta foi fundamentada com a necessidade da “formação da pessoa humana em ordem ao seu fim último e, ao mesmo tempo, ao bem das sociedades de que o homem é membro e em cujas responsabilidades, uma vez adulto, tomará parte”.¹⁷¹

Para prosseguir com vista à execução destes objetivos, os primeiros fundamentos da disciplina de EMRC devem assentar nos preceitos que sejam capazes de dar resposta às necessidades dos alunos, de oferecer a quem escolhe ser aluno de EMRC simpatia, profissionalismo e Deus!

Neste sentido, a Educação Moral e Religiosa Católica, que visa a formação de jovens promotores de Paz, deve, em primeiro lugar, responder aos ensejos dos seus formandos, transmitindo-lhes amor pela verdade. Para tal, e de novo considerando os ensinamentos do Papa Bento XVI, o professor de EMRC deve olhar para a escola e para os alunos com o mesmo amor e a mesma fé que pretende ensinar, transformando a tarefa de educação num ato de partilha onde o ensinado e o “ensinador” se completam ao invés de se colocarem numa linha hierárquica de educação em linha que se repete nas restantes salas de aula. “O objetivo do verdadeiro educador é que o educando ouça a voz da verdade falar ao seu coração e siga num caminho pessoal (...) A razão iluminada

¹⁷⁰ *Ibidem*.

¹⁷¹ Declaração *Gravissimum Educationis* Sobre a Educação Cristã (1987), nº 1, disponível em http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vati_decl_19651028_gravissimum-educationis_po.html, acessado em 24 de abril de 2017.

pela fé, é capaz de alargar o seu horizonte para enfrentar, com alegria, os grandes desafios da vida.”¹⁷²

Para além da transmissão do amor e da verdade, o professor de EMRC deve fazer-se próximo dos seus alunos, aproximando-se com os olhos, os ouvidos e o coração abertos, procurando Deus no desconhecido e abraçando-o mesmo que este lhe pareça um deserto, pois que, quem está no deserto tem, certamente, muita sede. A estes alunos sedentos de amor e de verdade o professor deve ser o espelho da esperança, a porta que ajuda os alunos a fugirem dos sofrimentos de que as escolas atuais se revestem.

De facto, hoje em dia, mais do que em qualquer outro tempo, os alunos são confrontados dentro das escolas com a pressão dos resultados escolares, deparando-se muitas vezes com professores empenhados em conseguirem boas notas e que, na ânsia desse objetivo, por vezes esquecessem-se do sorriso amigo e da importância da motivação. Na mesma escola, e no mesmo tempo, os alunos enfrentam também colegas oriundos de todas as partes e alguns pouco dispostos à amizade verdadeira. Alguns alunos, mesmo na escola, não podem, por força das circunstâncias da vivência atual, esquecer os problemas que deixam em casa, tantas vezes com os pais desempregados e a falta dos mais elementares bens como os alimentos ou o vestuário para si e para os irmãos. A toda esta conjectura o professor de EMRC deve apresentar-se como um contributo para minimizar a dor e promover esperança num futuro mais fraterno, onde possa ser compreendido o sentido do sofrimento e explicada a importância das dificuldades que nos são colocadas enquanto oportunidades de crescimento em comunidade. Neste contexto, e tal como defende Lopes,¹⁷³ o professor deve ser o intérprete das dificuldades não só dos alunos mas de todo o contexto em que estes se movimentam: “o professor de EMRC tem que refletir sobre as suas práticas a implementar, dentro do possível o que é mais adequado à caracterização da escola. Pode ter menos alunos dentro da sala de aula mas conseguir atingir todos os outros”¹⁷⁴.

A Educação Moral e Religiosa Católica, enquanto disciplina vai de encontro às palavras proferidas por Bento XVI na sua mensagem de celebração do Dia Mundial da Paz de 2013, onde se convidava os cristãos à construção do bem comum e se explicava que o mesmo era possível através da promoção de uma “pedagogia do obreiro da paz”, que só é possível na pedagogia do perdão: “uma pedagogia da paz implica serviço,

¹⁷² Discurso do Papa Bento XVI aos professores de Religião católica nas escolas italianas, na sala Paulo VI, 25 de abril de 2009.

¹⁷³ Cf. Fátima Lopes, *Evangelizar na Escola: comentário*, Pastoral Catequética, 26, (2013),33-36.

¹⁷⁴ *Ibidem*, 35.

compaixão, solidariedade, coragem e perseverança, dizer não à vingança, reconhecer os próprios erros, aceitar as desculpas sem as buscar e, finalmente, perdoar.”¹⁷⁵

Pelo que até agora aferimos a EMRC, sendo fundamentalmente educação para a cidadania integral, é uma estratégia privilegiadora da formação para a Paz no sentido em que, por entre muitos dos seus instrumentos, ela é também a formadora de consciências, que confere à educação a transcendência, comum a todas as civilizações e culturas, que dota os seres humanos da possibilidade de entender o outro, a verdade, a beleza e os mistérios da fé. Neste contexto, torna-se fácil a promoção de um espaço e de um tempo de descoberta onde as crianças, os adolescentes e os jovens, sejam convidados ao exercício mútuo da compreensão, da cooperação e da entreajuda, alicerçando valores na sua personalidade que farão deles, no futuro, o sustentáculo da paz e da difusão do amor de Cristo.

Síntese

Ao longo do presente capítulo, fomos levados a observar a educação como estratégia para a promoção e manutenção da Paz, analisando-a em todas as suas vertentes e nas polissemias que lhe estão subjacentes quase de imediato foi possível aferir essa ligação intrínseca entre o que é e o para que serve que subjaz à educação e faz dela instrumento preferencial dessa grande empreitada, a maior de todas, a que a humanidade está destinada.

Muito sucintamente, bastaria, portanto, afirmar que sim, que a educação é o instrumento para a Paz, mas importa que se destrincem os vários lados deste polígono complexo, pois que a educação por si pouco ou nada pode fazer, por este ou por qualquer outro objetivo. Em si mesma, a educação não passa de um conceito que, estagnado, já se teria esgotado e perdido no tempo e na história. O que faz dela razão de interesse e peça fulcral da vivência em sociedade, particularmente nos nossos dias globais, é a sua dinâmica, essa sua característica de se mover em função da evolução cultural e de chamar a este movimento toda a humanidade.

Na nossa análise da educação enquanto mecanismo promotor da Paz, enquanto instrumento favorecedor do maior ensejo de Cristo e da Igreja que o segue, analisamos a

¹⁷⁵ Bento XVI, Mensagem para a celebração do XLVI dia Mundial da Paz, *Bem-aventurados os obreiros da paz*, (1 de janeiro de 2013), disponível em http://w2.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/messages/peace/documents/hf_ben-xvi_mes_20121208_xlvi-world-day-peace.html, acedido em 26 de março de 2017.

educação como meio capaz de favorecer a tolerância e de entender a diferença, bem como o instrumento mais importante na campanha de salvação do meio ambiente e sublinhamos o papel de cada instituição constituinte das sociedades na sua execução.

Tal como ficou expresso no âmbito deste capítulo, a educação é uma tarefa de todos para todos sendo que, neste conjunto, alguns elementos tomam algumas fatias de maior responsabilidade: o Estado, as Escolas, as Famílias e a Igreja.

De facto fica firmado o conceito de que a educação, apesar de tantas vezes atribuída como dever dos pais e das famílias, também é uma obrigação do Estado e que, ao contrário do que se vai ouvindo, ainda que de forma simplista, também deve ser tomada a pulso pelas escolas, que o Estado gere, mas que são dotadas de autonomia e nesse sentido educadoras de comunidades, de alunos e de pais. Para além disso, e porque a Igreja se reveste desde o seu princípio da missão evangelizadora e da tarefa de construção de um mundo respeitador dos valores do Amor, da Caridade e da Solidariedade de Cristo, ficou expresso que também ela não podia estar afastada da missão da educação.

É aqui, entre o direito de educar dos pais, a obrigação de educar do Estado, o dever de educar das escolas e a necessidade de educar da Igreja que entra a disciplina de EMRC e o professor que a leciona. E é aqui também que se insere, nesta ampla conjuntura, o entendimento da disciplina de EMRC como meio para a promoção da paz. Estando afeta aos planos curriculares a disciplina de EMRC congrega na sua sala de aula os alunos que realmente lá querem estar, o que já lhe afere uma vantagem, ou, como se diz nos meios desportivos, um avanço face ao tempo e dificuldade de chegar à meta. Os alunos que lá querem estar já estão, à partida, mais predispostos à motivação, mais abertos às palavras e mais preparados para “acreditar”, são, portanto, alunos que, por um lado, assimilam mais facilmente a mensagem de Paz e as suas formas e por outro ajudarão o professor de EMRC a difundir a mensagem de amor junto dos colegas que, no tempo da aula ficam nos recreios da escola.

CAPÍTULO III – UNIDADE LETIVA - “A PAZ UNIVERSAL”

Ao longo do presente capítulo, procuraremos explicar o currículo realizado referente à Unidade Letiva 4 do 7º ano do Ensino Básico, junto da turma 8º 5.

Toda a prática pedagógica foi planificada tendo em conta as finalidades da disciplina, as Metas Curriculares para o terceiro ciclo do Ensino Básico, assim como os objetivos específicos da unidade letiva “A Paz Universal”.

As metas curriculares propostas para cada unidade letiva do terceiro ciclo do Ensino Básico têm por base três domínios específicos, que são: a religião e experiência religiosa, a cultura cristã e a visão cristã. Nos primeiros dois anos deste ciclo letivo são abordadas quatro unidades letivas e no 9.º ano analisam três unidades letivas.

Com base nestas unidades compõem-se os programas para cada ano sendo que se propõe que no 7.º ano se dê início ao ano escolar com a abordagem do tema “As Origens”. Neste ano curricular a segunda unidade letiva são “As Religiões” e a terceira aborda a questão da “Riqueza e sentido dos Afetos”. Por último, neste ano, a quarta unidade letiva aborda o tema da “Paz Universal”, que constitui o foco central do nosso estudo mas que, dada a flexibilidade que caracteriza o programa curricular de EMRC, abordamos do âmbito 8.º ano.

O programa previsto para ser lecionado neste ano intermédio do terceiro ciclo visa despertar nos alunos o reconhecimento pelo valor do amor humano, através da promoção do diálogo entre as religiões e tendo por pilar o respeito pela dignidade da pessoa humana, da sua liberdade e do contexto ecológico em que se insere. Por via das metas propostas para este ano letivo os alunos são conduzidos a elaboraram uma revisão e mesmo uma reconstrução de si próprios e dos seus grupos, adotando atitudes de amizade e começando a reconhecer em Jesus a base das suas vidas. Ora, e tendo em conta as finalidades das Metas Curriculares para o terceiro ciclo do Ensino Básico, e tudo o que se disse ao longo do nosso estudo acerca da Paz e do papel e importância que a mesma tem no seio da Igreja e no projeto de construção de um mundo de valorização e total respeito pelos direitos da humanidade, entendemos incluir neste contexto a Unidade Letiva 4, correspondente ao 7.º Ano, uma vez que consideramos que os alunos recém-chegados à disciplina e aqueles que não tiveram oportunidade de abordar o tema no ano anterior, precisavam, de entender o lugar que a Paz ocupa na mensagem de Cristo para, assim, lhe preparam um melhor lugar nas suas próprias vidas.

A unidade letiva “A Paz Universal” é, de resto, um elemento fundamental para o entendimento cabal das unidades letivas que vêm a seguir¹⁷⁶ (inseridas no 8.º ano) como o “Amor Humano”, “Ecumenismo” “A Liberdade” ou a “Ecologia e Valores” que, pela sequência em que abordamos o tema ao longo do presente estudo, se percebe que são unidade letivas decorrentes da temática da Paz.

1. Caracterização da Escola e da Comunidade Educativa

O Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches integra sete estabelecimentos de ensino, desde o ensino pré-escolar ao 3º ciclo do ensino básico. O Agrupamento é constituído pelas seguintes escolas: Escola Básica Dr. Francisco Sanches, EB1 de S. Vitor e S. Vicente, EB1 da Misericórdia, EB1/JI Quinta da Veiga, JI Quinta das Fontes, EB1/JI das Enguardas e EB1/JI Bairro da Alegria. Estas escolas situam-se nas freguesias de S. Vicente e São Vitor, zonas onde estão inseridos bairros sociais. Visto ser um território social e economicamente frágil, em 2009, a comunidade escolar Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches foi definida como Território Educativo de Intervenção Prioritária (TEIP), tendo como núcleo prioritário as crianças e os jovens desse território e as suas famílias, na relação do acompanhamento dos processos de estudo e da participação nas dinâmicas escolares.

Dadas as características do contexto social em que se integra, o Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches reitera como sua missão principal o desenvolvimento de uma cultura de abertura e de exigência à comunidade interna e externa e visa também a responsabilização dos agentes sociais, nomeadamente instituições e empresas, entre outras, no envolvimento com o projeto educativo¹⁷⁷.

Assim, no referido projeto educativo, estabelecem-se como objetivos de atuação a intervenção ao nível da comunidade e com vista à valorização da componente de cidadania; a organização curricular orientada para as aprendizagens e em função das características dos alunos; a organização dos espaços, dos tempos e dos grupos de trabalho com vista a dotar os alunos de meios e instrumentos complementares de estudo e de acesso a mais e novos conhecimentos. Este aspeto reveste-se de singular importância na medida em que muitos alunos que frequentam o agrupamento são oriundos de realidades socioeconómicas que não lhes permite o acesso a computadores e internet fora do espaço escolar. É ainda objetivo expresso no Projeto Educativo do

¹⁷⁶ As metas curriculares de EMRC para o 8.º ano de escolaridade, compreendem quatro unidades letivas: o Amor Humano; o Ecumenismo; a Liberdade, a Ecologia e Valores.

¹⁷⁷ Cf. Agrupamento de Escolas Francisco Sanches, Projeto Educativo 2013-2017, Braga, 2014, 7-18.

agrupamento a promoção do desenvolvimento profissional dos discentes, sendo que, para tal, esta instituição desenvolve um trabalho colaborativo entre parceiros internos e externos com vista ao levantamento das necessidades dos alunos e da área social que os envolve, preparando-os para uma realidade de mercado concreta.

Todas estas intervenções decorrem da necessidade de cumprimento de duas metas principais previamente estabelecidas e que são: a construção de uma escola de qualidade e a construção de uma escola para a cidadania. No âmbito da primeira meta estão definidos vários objetivos de atuação, dentre os quais a implementação de ofertas formativas que respondam às necessidades dos alunos, tal como já dissemos, a concretização de projetos escolares através dos quais os alunos possam mostrar as suas verdadeiras aprendizagens; o reconhecimento do mérito escolar dos alunos; o desenvolvimento de medidas que promovam a aprendizagem e o sucesso dos alunos; a diversificação e inovação das metodologias de ensino; a articulação de recursos, estratégias e formas de avaliação e o acompanhamento dos professores bem como a promoção do trabalho de colaboração entre estes, e entre estes e toda a comunidade educativa.

Ao nível da segunda meta visa-se a participação em projetos locais, nacionais e internacionais que potenciem o conhecimento, a interculturalidade, o voluntariado e os direitos humanos; pretende-se também garantir que os alunos têm uma ocupação produtiva de todo o seu tempo escolar; aprofundar e estreitar relações com as parcerias ao mesmo tempo que se trata da integração plena das famílias na participação do projeto educativo dos seus filhos.

É neste contexto, e tendo em conta que se trata da escola sede de agrupamento, que pode ser caracterizada a Escola Básica de 2.º e 3.º ciclos Dr. Francisco Sanches, alvo de requalificação recente que conta com um satisfatório conjunto de valências educativas e de suporte educacional, como laboratórios e rede tecnológica e de internet.

2. Caracterização da Turma

A PES decorreu na turma 5 do 8º ano da Escola Básica Dr. Francisco Sanches, do Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches. A turma é constituída por 23 alunos e 21 alunos frequentam a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica. Dos 21 alunos, 9 são do género feminino e 12 são do género masculino. Dois discentes têm Necessidades Educativas Especiais. A média de idades é de 13 anos, variando entre os

13 e os 14 anos. Os alunos que compõem a turma e, tendo em atenção a pergunta seis do questionário realizado com vista à realização da caracterização da turma¹⁷⁸, caracterizam-se, psicologicamente, como pessoas bem-humoradas, amigas e compreensivas. São alunos motivados e matriculados na disciplina porque gostam e consideram que os conteúdos e as atividades selecionadas na disciplina contribuem para a sua formação, como se pode ver pela resposta à questão número treze do questionário atrás mencionado e que remetemos para anexo¹⁷⁹. Os alunos em questão têm os interesses comuns dos adolescentes de hoje, mas são preocupados com os acontecimentos do mundo atual, daí a oportunidade de abordarem a temática da Paz nas aulas.

Tendo em conta a experiência letiva da Prática de Ensino Supervisionada, verificamos que os alunos são bastante participativos e empenhados na realização das tarefas na sala de aula. Revelam bastante interesse pelo processo ensino-aprendizagem, permitindo fazer uma articulação entre os conteúdos das diferentes disciplinas, tornando, deste modo, as aulas muito interessantes e atrativas. Apenas dois alunos se manifestaram menos participativos, com alguma falta de confiança em si próprios, pelo que tivemos de solicitar a sua participação oral e reforçar, positivamente, o seu trabalho na aula.

Verificou-se, também, que são simpáticos, relacionam-se bem com os seus pares e com os professores. Colaboram com entusiasmo nas tarefas propostas e realizam com criatividade e empenho as atividades. São curiosos pelo que levantam muitas questões.

No global, o aproveitamento da turma é bastante satisfatório, pois são alunos curiosos, interessados, empenhados e com bons conhecimentos científicos. No entanto, um aspeto a trabalhar é a participação organizada, pois, por vezes, falam todos ao mesmo tempo, devendo aprender a saber ouvir o colega e professor até ao fim. No que concerne ao comportamento, também é bastante satisfatório.

Tendo em conta os resultados obtidos nas respostas à questão número dezassete do questionário de caracterização da turma¹⁸⁰ demos prioridade à utilização de recursos audiovisuais nas aulas, assim como ao trabalho de grupo e de pares, visto serem as atividades preferidas dos discentes.

Por fim, é de salientar que, ao longo da lecionação da unidade letiva, verificou-se uma crescente relação de empatia e afinidade entre professora/alunos e alunos/

¹⁷⁸ Cf. Anexo 1.

¹⁷⁹ *Ibidem.*

¹⁸⁰ *Ibidem.*

professora. Sentiu-se, em todas as aulas, um interesse e motivação pelas atividades propostas, que permitiram à professora ser cada vez mais ambiciosa na planificação das aulas seguintes, uma vez que os alunos correspondiam positivamente a todas as atividades apresentadas.

3. Contextualização da unidade letiva no âmbito das propostas do programa do 7º ano

Embora a Unidade Letiva 4 “A Paz Universal” faça parte do currículo de 7º ano de escolaridade, a Orientadora Cooperante propôs a sua lecionação na turma 5 do 8º ano, visto no ano letivo anterior não ter tido tempo para a sua lecionação e no início do ano, ao fazer o levantamento dos temas que gostariam de abordar nas aulas de Educação Moral e Religiosa Católica, os discentes terem referido o tema a Paz. Assim, a lecionação da Unidade Letiva teve em conta os interesses e necessidades dos alunos, além de se considerar de extrema importância a sua lecionação, uma vez que é um tema, cada vez mais, merecedor de toda a atenção e explanação.

As Finalidades de uma disciplina definem, em *termos ideais*, o que se pretende que um aluno adquira com a sua frequência, a partir da sua experiência como pessoa em crescimento e em desenvolvimento, no contexto de uma determinada sociedade e de um dado sistema de ensino, se cumprir as várias Metas, determinadas para o conjunto dos Ciclos (ou níveis) de ensino em que a disciplina é oferecida e pode, portanto, ser frequentada. Refere a Conferência Episcopal Portuguesa, que tutela a disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica, conforme previsto na Lei de Bases (Lei n.º 46/86 de 14 de outubro): “A Educação Moral e Religiosa (católica ou de outras confissões) é uma disciplina que se insere nos currículos dos ensinos básico e secundário, desde o 1º ao 12º ano de escolaridade. [...] O currículo programa-se, tendo por base a articulação orgânica de três fatores fundamentais: *a sociedade*, que tem uma história, instituições, valores dominantes, necessidades próprias e opções económicas, culturais e políticas; *os conhecimentos científicos*” (conteúdos) “de toda a ordem, que se transmitem ou se utilizam a partir das disciplinas científicas ligadas ao currículo, das ciências da educação e das diversas áreas da psicologia; *o aluno*, com as suas características próprias, no estágio de desenvolvimento físico e psicológico (consideram-se as diversas

áreas de desenvolvimento: intelectual, emocional, social, moral e religioso) em que se encontra, inserido num determinado ambiente sociocultural”¹⁸¹.

As finalidades de uma disciplina constituem um dos elementos essenciais do currículo escolar: a partir das intenções da disciplina e dos professores que a lecionam e a partir dos alunos, entendendo-as como as grandes metas a alcançar ou aquisições globais a adquirir por aqueles que frequentem a EMRC com continuidade e longa duração.

[...] Na ótica dos Bispos portugueses, a EMRC tem como grande finalidade “a formação global do aluno, que permita o reconhecimento da sua identidade e, progressivamente, a construção de um projeto pessoal de vida. Promove-a a partir do diálogo da cultura e dos saberes adquiridos nas outras disciplinas com a mensagem e os valores cristãos enraizados na tradição cultural portuguesa”¹⁸².

O aluno que frequente, com continuidade, a EMRC deverá conseguir alcançar as seguintes grandes finalidades:

- Aprender a dimensão cultural do fenómeno religioso e do cristianismo, em particular;
- Conhecer o conteúdo da mensagem cristã e identificar os valores evangélicos;
- Estabelecer o diálogo entre a cultura e a fé;
- Adquirir uma visão cristã da vida;
- Entender e protagonizar o diálogo ecuménico e inter-religioso;
- Adquirir um vasto conhecimento sobre Jesus Cristo, a História da Igreja e a Doutrina Católica, nomeadamente nos campos moral e social;
- Aprender o fundamento religioso da moral cristã;
- Conhecer e descobrir o significado do património artístico-religioso e da simbólica cristã;
- Formular uma chave de leitura que clarifique as opções de fé;
- Estruturar as perguntas e encontrar respostas para as dúvidas sobre o sentido da realidade;
- Aprender a posicionar-se, pessoalmente, frente ao fenómeno religioso e agir com responsabilidade e coerência.¹⁸³

A partir das finalidades referidas, são definidas metas curriculares para os doze níveis de ensino. Estas metas foram agrupadas por domínios de aprendizagem, ou seja,

¹⁸¹ Comissão Episcopal da Educação Cristã, Programa de Educação Moral e Religiosa Católica – 2014, Lisboa: Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2007, 3.

¹⁸² Cf. *Ibidem*, 5.

¹⁸³ Cf. *Ibidem*, 5.

áreas de ensino que a disciplina compreende e que agregam os padrões curriculares daquilo que o aluno deve conhecer (conteúdos) e o que o aluno deve saber fazer (competências).

Assim, para que os alunos interiorizem as metas curriculares, estas definem um conjunto de objetivos programáticos que se articulam em torno de conteúdos que identificam a intenção do professor face ao que pretende desenvolver e levar o aluno a apreender (Quadro nº 1).¹⁸⁴

Quadro nº 1	
Domínios e Metas do 3º ciclo do Ensino Básico	
Domínios	Metas
Religião e Experiência Religiosa	A. Compreender o que são o fenómeno religioso e a experiência religiosa.
	B. Construir uma chave de leitura religiosa da pessoa, da vida e da história.
	C. Identificar o núcleo central das várias tradições religiosas.
	D. Promover o diálogo inter-religioso como suporte para a construção da Paz e a colaboração entre os povos.
Cultura Cristã e Visão da Vida	E. Identificar o núcleo central do cristianismo e do catolicismo.
	F. Conhecer a mensagem e cultura bíblicas.
	G. Identificar os valores evangélicos.
	H. Articular uma perspetiva sobre as principais propostas doutrinárias da Igreja Católica.
	I. Conhecer o percurso da Igreja no tempo e o seu contributo para a construção da sociedade.
	J. Descobrir a simbólica cristã.
	K. Reconhecer exemplos relevantes do património artístico criados com um fundamento religioso.
	L. Estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé.
	M. Reconhecer a proposta do agir ético cristão em

¹⁸⁴ Cf. *Ibidem*, 71.

Ética e Moral	situações vitais do quotidiano.
	N. Promover o bem comum e o cuidado do outro.
	O. Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo.
	P. Identificar o fundamento religioso da moral cristã.
	Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.

A organização curricular da disciplina de EMRC, para o 7º ano de escolaridade, propõe quatro unidades letivas:

- a) As Origens (UL1)
- b) As Religiões (UL2)
- c) Riqueza e sentido dos afetos (UL3)
- d) A Paz universal (UL4)

Para a unidade letiva que planificamos estão propostas as metas Q. “Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana”; O. “Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo”; L. “Estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé”; N. “Promover o bem comum e o cuidado do outro”; e E. “Identificar o núcleo central do cristianismo e do catolicismo”, pertencentes aos domínios “Cultura Cristã e Visão Cristã da vida” e “Ética e Moral”.

Para atingir estas metas foram definidos cinco objetivos, nomeadamente na meta Q. “Valorizar a Paz como valor orientador do sentido da realidade humano”; na meta O. “Interpretar criticamente episódios históricos e factos sociais relacionados com a falência de Paz; na meta L. “Reconhecer que o direito à Paz é universal e deriva da igual dignidade de todos os seres humanos”; na meta N. “Reconhecer soluções fundamentadas para situações de conflito de valores com base no reconhecimento da dignidade da pessoa humana”; na meta E. prevê-se “Identificar a Paz como elemento essencial da identidade cristã a partir de textos bíblicos”.¹⁸⁵

¹⁸⁵ Cf. *Ibidem*,82.

4. Proposta de planificação e lecionação da Unidade Letiva

Geralmente entendida como o modo que os docentes usam para preparar as suas aulas a planificação é, frequentemente, alvo de algumas indagações, tais como as que se seguem: por que e para que os professores planificam?; será que o êxito de um processo de ensino aprendizagem depende da planificação?. As respostas a estas questões decorrem com alguma naturalidade da definição que se apresenta para a planificação onde a mesma é considerada “um importante auxiliar da prática pedagógica, contribuindo para o sucesso do processo ensino-aprendizagem, uma vez que permite ao docente fazer uma previsão do que poderá ser a sua aula, definindo o conjunto de objetivos, conteúdos, experiências de aprendizagem, assim como a avaliação.”¹⁸⁶

Partindo desta definição, podemos então considerar que planificar é um processo que está orientado para a ação, pró-ativo, onde se pensa a prática antes de a realizar, e na qual se refletem as decisões do planificador. A planificação é, de facto, um importante auxiliar da prática pedagógica, uma vez que contribui para o sucesso do processo ensino - aprendizagem, e permite ao docente fazer uma previsão do que poderá ser a sua aula, mediante os objetivos prévios e em função dos conteúdos a trabalhar, bem como das experiências de aprendizagem que se pretende passar aos alunos.

Este é um processo que exige do professor uma reflexão sobre a sua prática, o que se pretende com ela e quais os objetivos que se visam atingir. Daqui decorre também o facto de que o docente terá sempre que estar consciente que a sua ação será determinante na aprendizagem dos seus alunos.

Ao planificar o docente está a organizar a sua atividade, a preparar a sua ação, contribuindo simultaneamente para reduzir as suas incertezas e inseguranças perante o grupo/turma a quem se dirige.

A unidade letiva 4 – A Paz universal – é uma das quatro unidades previstas no programa de EMRC do 7º ano de 3º ciclo do Ensino Básico.¹⁸⁷

Após uma análise objetiva das metas curriculares e dos conteúdos previstos para as quatro unidades do programa de EMRC do 7º ano, foi opção a lecionação desta unidade em sete aulas, a decorrer nos meses de janeiro e fevereiro, como se pode verificar nas grelhas de planificação. A planificação das aulas tinha como objetivo motivar os alunos para aquisição de conhecimentos pretendidos, recorrendo a

¹⁸⁶ Barroso, D. D. S. (2013). “A importância da planificação do processo ensino-aprendizagem nas aulas de história e geografia”. Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/71580>, acessado em 4 de maio de 2017.

¹⁸⁷ Cf. Comissão Episcopal da Educação Cristã, Programa de Educação Moral e Religiosa Católica- 2014, Lisboa: Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2007, 12

estratégias diversificadas. Foi privilegiado o processo de avaliação contínuo, recorrendo a grelhas de observação direta e a uma ficha de avaliação dos conhecimentos e capacidades adquiridas pelos alunos.

4.1. Aula número 1- A Paz: definição do termo e sentimentos que lhe estão associados

A professora inicia a aula com o acolhimento aos alunos que é realizado com a saudação aos mesmos desejando-lhes um ano de 2017 repleto de Paz, visto esta ser a primeira aula do ano. Segue-se um momento de organização dos materiais dos alunos (caderno diário).

De seguida, a professora regista o sumário no quadro, proferindo-o, simultaneamente em voz alta, a saber: “ Introdução ao estudo do tema “A Paz universal”. A Paz: definição do termo e sentimentos que lhe estão associados”.

Posteriormente, a professora questiona os alunos se se lembram do que a professora lhes desejou antes de escrever o sumário: um ano de 2017 repleto de paz, salientando que este desejo está presente em quase todas as mensagens de Ano Novo. É uma palavra tão almejada e, hoje, mais do que nunca. De seguida, a docente entrega aos alunos um cartão com uma questão, à qual devem responder com uma palavra ou expressão. A questão presente no cartão é “O que é a Paz?”. De seguida, a professora pede para cada aluno dizer em voz alta a sua resposta, enquanto a docente a regista no programa *tagxedo*. No final, verificamos que há definições que se repetem, sendo que, através do programa, saberemos o que é a Paz para a turma.

Seguidamente, a docente projeta o resultado das respostas dos alunos (**figura 1**), seguindo-se um diálogo horizontal e vertical, onde se destaca que as palavras /expressões mais usadas para definirem Paz foram: felicidade, descanso, sossego, liberdade, igualdade, amizade, estar bem consigo próprio. Este momento tem por objetivo a motivação dos



Figura nº 1- Definições de Paz apresentadas pelos alunos

alunos para a temática. Além disso, pretende-se, também, introduzir a temática em estudo.

De seguida, a professora apresenta, em powerpoint¹⁸⁸, a definição do conceito de Paz presente nos dicionários. Refere que a origem latina do termo *Pax* é geralmente definida como um estado de calma ou tranquilidade, uma ausência de perturbações e agitação e *Pacem = absentia belli*, levando os alunos a traduzirem *absentia belli* (ausência de guerra).

Seguidamente, a docente resume a definição do termo, referindo que a Paz é tão desejada ao ponto de estar presente em diferentes manifestações artísticas, questionando os alunos sobre formas de arte onde se manifeste o tema da Paz: Música, Literatura, Pintura, Cinema e qual o seu objetivo: expressar a mensagem de desejo de Paz. Segue-se um diálogo entre professora/ alunos; alunos / professora e alunos/ alunos.

A docente entrega a letra da música “Pela Paz a gente berra”, de Gabriel, o Pensador¹⁸⁹, seguida da sua audição. Antes de iniciar a audição da música, a professora e de aos alunos para estarem atentos ao momento em que são projetados cartazes com diferentes palavras e expressões e para as apontarem no caderno diário. No final da música, a docente indaga

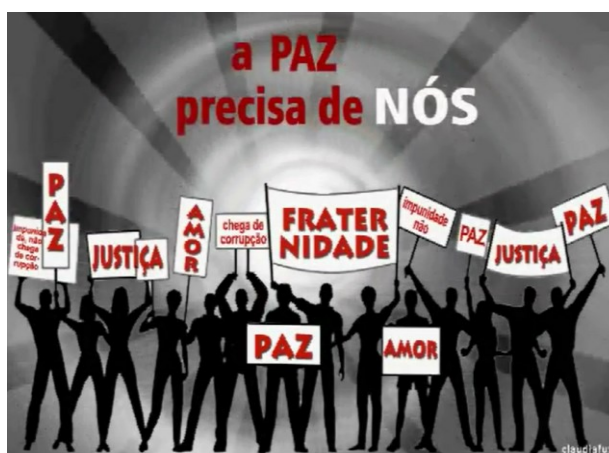


Figura nº 2 – Palavras/expressões da letra da música

os discentes sobre qual a ideia principal da música e quais as expressões projetadas nos cartazes (amor, fraternidade, justiça, chega de corrupção, impunidade não). Através de um diálogo horizontal e vertical, a professora explora, juntamente com os alunos, a letra da música a partir de quatro questões: A Paz está onde plantamos?; O que fazer então?; Mas, onde está a Paz?; Qual o perigo da ausência de Paz?. Os alunos vão respondendo, tendo em atenção a letra da música, sendo explorada a presença de metáforas, de antíteses e de interrogações retóricas, para definir o conceito de Paz. Neste momento, a docente privilegia os conhecimentos dos discentes no que concerne à disciplina de Português, fazendo articulação disciplinar.

No final da exploração da letra da música, a professora forma cinco grupos de quatro elementos cada e pede para redigirem uma frase sobre a importância da Paz,

¹⁸⁸ Cf. Anexo 2.

¹⁸⁹ Cf. Anexo 3.

sendo este o modo como os alunos consolidarão os conteúdos lecionados ao longo da aula. Antes de iniciarem o trabalho, a professora interroga os alunos sobre qual o símbolo da Paz utilizado no programa *tagxedo* (a pomba) e, de seguida, mostra cinco argolas com cinco cores diferentes (os cinco anéis olímpicos), indagando-os sobre qual o símbolo e qual o seu significado. Privilegiando, mais uma vez a articulação interdisciplinar com a disciplina de História, a professora refere que escolheu aquele símbolo, porque em 2016 realizaram-se os Jogos Olímpicos, estando muito presente nas memórias dos alunos e porque segundo o Papa Francisco, na 50ª mensagem para o Dia Mundial da Paz “A não-violência: estilo de uma política de paz” alerta para “... esta violência que se exerce «aos pedaços», de maneiras diferentes e a variados níveis, provoca enormes sofrimentos de que estamos bem cientes: guerras em diferentes países e continentes;...”¹⁹⁰.

A docente informa os alunos que as frases que redigirem serão escritas por eles nos cinco anéis olímpicos e depois expostas no átrio da escola. A conclusão da atividade realizar-se-á na última aula da unidade letiva.



Figura nº 3 – Anéis Olímpicos (a)

¹⁹⁰ Francisco, Mensagem do Santo Padre Francisco para a celebração do 50º Dia Mundial da Paz, *A não-violência: estilo de uma política para a paz*, nº3 (1 de janeiro de 2017), disponível em http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/peace/documents/papa-francesco_20161208_messaggio-1-giornata-mondiale-pace-2017.html, consultado em 29 de abril de 2017.

Planificação de Aula

Unidade Letiva: 4 – A Paz Universal

Aula n.º 1

Ano: 8ºano

Data: 09/01/2017

Tempo previsto: 45 minutos

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
SUMÁRIO: Introdução à unidade letiva “A Paz Universal”. A Paz: definição do termo e sentimentos que lhe estão associados.			- Acolhimento aos alunos. - Registo do sumário.	Caderno diário Quadro e caneta	5 min.	Assiduidade Pontualidade Empenho
Q. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.	Valorizar a paz como valor orientador do sentido da realidade humano.	<ul style="list-style-type: none"> •A Paz, o grande sonho da humanidade; •A Paz, mais do que ausência de guerra ou conflito; •A Paz como plenitude da vida e realização plena da pessoa; • A Paz como atitude / comportamento fruto de justiça e amor. 	Brainstorming motivado pela questão “O que é a Paz?” Os alunos escreverão, num cartão dado pela professora, a resposta à questão colocada. De seguida, a professora pede a cada aluno para dizer a sua resposta, em voz alta. A professora escreve no programa <i>Tagxedo</i> as resposta dos discentes e projeta-as para os mesmos analisarem e comentarem qual a palavra que mais se repete. Na aula seguinte, será entregue, a cada aluno, um marcador do livro com o resultado desta atividade. Seguidamente, a professora apresenta a sua definição retirada do dicionário, fazendo também alusão à origem etimológica da palavra “Pax”.	Manual e caderno do aluno Computador e Projetor multimédia Quadro e giz (respostas do programa <i>Tagxedo</i>)	5 min. 10 min. 5 min.	. Atenção, empenho e participação na aula Cumprimentos das regras de sala de aula Participação pertinente e oportuna valorizando as intervenções positivas e fundamentadas.

			<p>Música “Pela paz a gente berra”, de Gabriel O Pensador. Os discentes ouvirão a música e a docente alerta-os estarem atentos a um momento onde serão projetados cartões palavras e / ou expressões associadas à “Paz”, pedindo-lhes para apontarem nos cadernos.</p> <p>Visualização e comentário de um PowerPoint, a partir de diversas questões sobre a letra da música, como consolidação. Diálogo horizontal e vertical para compreensão da letra da música.</p> <p>A aula terminará com a redação de uma frase sobre a importância da Paz. (5 grupos de 4 elementos)</p> <p>De seguida, far-se-á a apresentação das frases e os discentes escrevê-las nos <i>cinco anéis olímpicos</i>, um dos símbolos da Paz, na última aula da unidade letiva. A professora fará uma breve explicação do significado do símbolo “os cinco anéis olímpicos” e o porquê da sua escolha para o trabalho e pedirá aos alunos para pesquisarem, para a próxima aula, outros símbolos associadas à Paz.</p> <p>O trabalho final será exposto no átrio da escola.</p>	<p>Letra da música “Pela Paz a gente berra”, de Gabriel O Pensador</p> <p>PowerPoint da análise da música</p> <p><i>(cinco anéis olímpicos</i> com as frases elaboradas pelos alunos, em MDF)</p>	<p>10 min.</p> <p>10 min.</p>	<p>Respeito pelo grupo</p> <p>Cumprimento das tarefas propostas</p> <p>Grelhas de observação</p>
--	--	--	---	---	-------------------------------	--

No momento seguinte da aula será a projeção do vídeo de Aleppo disponível em <http://sicnoticias.sapo.pt/mundo/2016-11-24-Menina-siria-cria-conta-no-Twitter-para-relatar-a-guerra>.

De seguida, procede-se a um diálogo horizontal e vertical para a compreensão do vídeo. A propósito de Aleppo, a docente realça o quão presente e importante é



Figura nº 5– Imagem do vídeo sobre Aleppo

este acontecimento ao ponto de um grupo ter lançado uma música sobre este local, inspirada nas mensagens publicadas no *Twitter* pela menina do vídeo que acabamos de ver. Assim, a professora convida os alunos a ouvirem a música “Aleppo”, dos Xutos e Pontapés, seguida de uma exploração da letra da mesma¹⁹².

Posteriormente, a docente questiona os alunos: “O porquê da guerra, se o que desejamos é a Paz?”; “Quais as causas que motivam a guerra?”.

Segue-se um período de discussão e debate motivado pelas questões anteriormente referidas e a professora vai escrevendo no quadro, de forma organizada, as respostas que os alunos vão dando à segunda questão, tendo como objetivo chegar à conclusão que o grande responsável é egoísmo humano.

A aula termina com a entrega de uma ficha de trabalho¹⁹³ como consolidação dos conteúdos abordados na aula, onde os alunos, em grupos de dois elementos, são convidados a encontrar, na sopa de letras, doze atitudes que conduzem à falência de Paz e a produzir um título para as imagens. A atividade serve para sistematização na próxima aula.

¹⁹² Cf. Anexo 5.

¹⁹³ Cf. Anexo 6.

Planificação de Aula

Unidade Letiva: 4 – A Paz Universal

Aula n.º 2

Ano: 8ºano

Data: 16/01/2017

Tempo previsto: 45 minutos

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
SUMÁRIO: Os símbolos da Paz – significado. Situações de ausência de paz.			- Acolhimento aos alunos. - Registo do sumário.	Caderno diário Quadro e caneta	5 min.	Assiduidade Pontualidade Empenho
O. Amadurecer a sua responsabilidade perante a pessoa, a comunidade e o mundo.	2. Interpretar criticamente episódios históricos e factos sociais relacionados com a falência de Paz.	<ul style="list-style-type: none"> • A falência de Paz: <ul style="list-style-type: none"> - a rutura das relações interpessoais e das relações entre Estados, povos, etnias, culturas; - a violência: a ilusão de uma solução para os problemas; - a guerra: causas e consequências; - a utilização de crianças e jovens na guerra; - o terrorismo: causas e consequências; - o genocídios: causas e consequências; 	A partir do término e correção das frases sobre a importância da Paz, elaboradas pelos alunos, far-se-á uma síntese dos conteúdos abordados na aula anterior. É recordada, deste modo, a situação de que não se pode falar de conceito, mas de conceitos de Paz. (Entrega aos alunos um marcador de livro com as definições de Paz da turma)	<i>Powerpoint</i>	5 min.	Atenção, empenho e participação na aula
			De seguida, tendo como ponto de partida o símbolos dos <i>Jogos Olímpicos</i> , onde os discentes escreveram as suas frases sobre a importância da Paz, a professora perguntar-lhes-á se conhecem outros símbolos associados à Paz.		10 min.	Cumprimentos das regras de sala de aula
			Segue-se a visualização de um <i>powerpoint</i> com a explicação dos símbolos da Paz.		3 min.	Participação pertinente e oportuna valorizando as intervenções positivas e fundamentadas

			<p>Posteriormente, a professora refere que embora o grande desejo da humanidade seja um ambiente de Paz, a verdade é que existem muitas situações de ausência da mesma. Questionando os discentes sobre alguma situação que se lembrem sobre ausência de Paz.</p> <p>Visualização do vídeo de Aleppo. Segue-se o diálogo horizontal e vertical para a compreensão do vídeo.</p> <p>Audição da música “Aleppo”, dos Xutos e Pontapés. De seguida, a professora refere que houve um grupo musical “Xutos e Pontapés”, que fez uma música sobre Aleppo, inspirada nas mensagens publicadas no <i>Twitter</i> pela menina do vídeo que acabamos de ver.</p> <p>De seguida, a professora questiona os alunos Mas porquê a guerra, se o que desejamos é a Paz? Quais as causas que motivam a guerra? Segue-se um diálogo horizontal e vertical de modo a chegarmos ao egoísmo do ser humano. Ao longo do diálogo, a professora vai escrevendo, no quadro, as ideias principais dos alunos.</p> <p>Sopa de letras Os discentes são convidados a encontrar na sopa de letras doze atitudes que</p>	<p>Vídeo disponível em http://sicnoticias.sapo.pt/mundo/2016-11-24-Menina-siria-cria-conta-no-Twitter-para-relatar-a-guerra</p> <p>Música disponível em https://www.youtube.com/watch?v=Dw4GIIDKaVA</p> <p>Letra da música “Aleppo”, dos Xutos e Pontapés.</p> <p>Ficha de trabalho</p>	<p>4 min.</p> <p>5 min.</p> <p>8 min.</p> <p>5 min.</p>	<p>Respeito pelo grupo</p> <p>Cumprimento das tarefas propostas</p> <p>Autoavaliação</p>
--	--	--	---	--	---	--

			<p>conduzem à falência de Paz (causas da guerra)</p> <p>Títulos às imagens. Os alunos, em grupos de 2 elementos, são convidados a criar um título para as imagens, fazendo-se de seguida a apresentação dos títulos e comentários às respetivas imagens. (situações que evidenciam a falência de Paz)</p>			
--	--	--	--	--	--	--

4.3 Aula número 3- O direito à Paz e Promoção do bem comum (diálogo, perdão e reconciliação)

A professora inicia a aula com o acolhimento aos alunos que é realizado com a saudação aos mesmos. De seguida, a professora regista o sumário no quadro, proferindo-o, simultaneamente em voz alta, a saber: “O direito à Paz. Promoção do bem comum: diálogo, perdão e reconciliação.”

Após o registo do sumário pelos alunos, far-se-á a correção da ficha de trabalho realizada na aula anterior, cuja resolução permitirá fazer uma síntese dos conteúdos abordados, de forma a garantir a continuidade letiva.

De seguida, a professora, na continuação da aula anterior, salienta que, embora haja situações de ausência de Paz, o direito à Paz é universal e deriva da igual dignidade de todos os seres humanos.

A docente convida os alunos a lerem um excerto da “Declaração sobre os direitos dos povos à paz”¹⁹⁴ presente no manual do aluno, seguindo-se, com recurso ao diálogo horizontal e vertical, uma breve exploração do seu conteúdo.

A professora pretende que os alunos, a partir da “Declaração sobre os direitos dos povos à paz”, percebam que o Homem tem o direito à Paz. A realização dos direitos fundamentais conduz, em última instância, à verdadeira Paz, baseada em três princípios fundamentais: liberdade, justiça e fraternidade.

A professora afirma “Nós temos o direito à Paz”, questionando-os de seguida “Mas qual a nossa função?”, com o objetivo de levar os alunos a falarem de que somos nós os promotores, os responsáveis pela Paz. De seguida, a docente questiona, novamente, os alunos se conhecem alguém que tenha sido, ou que seja, promotor de Paz, registando no quadro os nomes proferidos.

Posteriormente, a docente, e a propósito de pessoas promotoras de Paz, convida os alunos a ouvirem a música “A força está em nós”, de David Carreira,¹⁹⁵ pedindo-lhes que prestem atenção à letra e que tentem identificar nomes de pessoas promotoras de Paz. De seguida, a professora explora, em diálogo com os alunos, a letra da música, tendo como principal objetivo levar os alunos a fazerem referência à presença dos nomes: Mahatma Gandhi; Nelson Mandela e Luther King.

¹⁹⁴ Cf. Anexo 7.

¹⁹⁵ Cf. Anexo 8.

Segue-se o diálogo horizontal e vertical sobre estas personagens e, de seguida, far-se-á a leitura e um breve comentário ao texto “O pacifismo de Mahatma Gandhi” presente no manual do aluno.¹⁹⁶

A partir da exploração do texto, a professora leva os alunos a destacarem qual o seu primeiro artigo de fé “A não-violência é o meu primeiro artigo de fé. A violência apenas multiplica o mal. A não-violência é o meio para alcançar a verdade e a paz.”

Após os alunos fazerem referência ao artigo, a docente explica que este desejo é muito atual, estando presente, também, na mensagem do papa Francisco de 2017 “A não-violência: estilo de uma política para a paz”, salientando, também, que o papa Francisco faz referência à importância do diálogo na promoção da Paz¹⁹⁷, assim como refere que “Os sucessos alcançados por Mahatma Gandhi Khan Abdul Ghaffar Khan, na libertação da Índia, e por Luther King contra a discriminação racial nunca serão esquecidos¹⁹⁸. Seguidamente, a professora salienta que até ao momento da aula, fizemos referência ao direito à Paz, questionando os alunos sobre quais as nossas obrigações /deveres para a promoção do bem comum, escrevendo no quadro as respostas dos alunos.

De seguida, entregar-se-á uma ficha de trabalho com três passagens bíblicas: Mt 18, 21-22; Lc 15, 11-21; Jo 4, 7-19.¹⁹⁹ Em grupo de dois elementos, os discentes têm que, a partir das passagens, referir quais os valores presentes em cada uma delas: perdão, reconciliação e diálogo. A professora também lhes pede para identificar as três histórias da Bíblia.

A correção da ficha será realizada na aula seguinte.

¹⁹⁶ António Cordeiro et al., *Quero Saber!*, Manual do aluno de EMRC, 7º ano do Ensino Básico (Lisboa: Fundação Secretariado Nacional da Educação Cristã-Gráfica Almondina, 2015), 135-136.

¹⁹⁷ Francisco, Mensagem do santo Padre Francisco para a celebração do 50º Dia Mundial da Paz, *A não-violência: estilo de uma política para a paz*, (1 de janeiro de 2017), 8, disponível em http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/peace/documents/papafrancesco_20161208_messaggi-giornata-mondiale-pace-2017.html, acedido em 20 de abril de 2017.

¹⁹⁸ *Ibidem*, 8

¹⁹⁹ Cf. Anexo 9.

Planificação de Aula

Unidade Letiva: 4 – A Paz Universal

Aula n.º 3

Ano: 8ºano

Data: 23/01/2017

Tempo previsto: 45 minutos

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
SUMÁRIO: O direito à paz. Promoção do bem comum (diálogo, perdão e reconciliação).			- Acolhimento aos alunos. - Registo do sumário.	Caderno diário Quadro e caneta	5 min.	Assiduidade Pontualidade Empenho
L. Estabelecer um diálogo entre a cultura e a fé. N. Promover o bem comum e o cuidado com o outro.	3. Reconhecer que o direito à paz é universal e deriva da igual dignidade de todos os seres humanos. 4. Reconhecer soluções fundamentadas para situações de conflito de valores com base no reconhecimento da dignidade da pessoa. 5. Identificar a paz como	<ul style="list-style-type: none"> • O direito à Paz: - a resistência não violenta e o pacifismo: Mahatma Gandhi; Nelson Mandela, Luter King • Papa Francisco, Mensagem para o dia Mundial da Paz, 2017 • Diálogo, perdão e reconciliação 	Correção da ficha de trabalho da aula anterior. Com recurso a diálogo horizontal e vertical é elaborada uma síntese dos conteúdos abordados na aula anterior. De seguida, a professora na continuação da aula anterior, salienta que embora haja situações de ausência de paz o direito à Paz é universal e deriva da igual dignidade de todos dos seres humanos. Leitura e breve comentário da declaração sobre os direitos dos povos à paz. A professora pretende que os alunos, a partir da declaração sobre os direitos dos povos à Paz, percebam que temos o direito à Paz. A realização dos direitos fundamentais conduz, em última instância, à verdadeira	– Manual e caderno do aluno – Computador e Projetor multimédia – Quadro e giz Manual do aluno pg. 132	10 min. 5 min. 10 min.	Atenção, empenho e participação na aula Cumprimentos das regras de sala de aula Participação pertinente e oportuna valorizando as intervenções positivas e fundamentadas

	<p>elemento essencial da identidade cristã a partir de textos bíblicos.</p>		<p>paz, baseada na liberdade, na justiça e na fraternidade.</p> <p>Audição da música “A força está em Nós”, de David Carreira. De seguida, a docente explora a letra da música com os discentes, tendo como principal objetivo levar os alunos a fazerem referência à presença na letra de Mahatma Gandhi; Nelson Mandela e Luter King.</p> <p>Diálogo horizontal e vertical sobre estas personagens e, de seguida, far-se-á a leitura e um breve comentário ao texto de Mahatma Gandhi (páginas 135 e 136 do manual do aluno).</p> <p>A professora salienta que Mahatma Gandhi refere que a não-violência é o seu primeiro artigo de fé. Sendo este desejo muito atual, visto estar presente na 50ª mensagem para o dia Mundial da Paz do Papa Francisco com o título “A não-violência: estilo de uma política para a paz.” A professora refere que o Papa Francisco faz referência à importância do diálogo na promoção da Paz, assim como refere que os sucessos alcançados por de Mahatma Gandhi e por Luter King contra a discriminação racial nunca serão esquecidos.</p>	<p>Música disponível em</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=Mc8IgVWpdeo</p> <p>Manual</p>	<p>3,15 min.</p> <p>7 min.</p>	<p>Respeito pelo grupo</p> <p>Cumprimento das tarefas propostas</p> <p>Grelhas de observação.</p>
--	---	--	---	--	--------------------------------	---

			<p>A docente de seguida salienta que, até ao momento, verificou-se que todos temos o direito à Paz, questionando os alunos sobre quais as nossas obrigações /deveres. Num diálogo horizontal e vertical, a docente conduz o diálogo para o dever que o Homem tem em promover o bem comum, através do diálogo, perdão e reconciliação.</p> <p>De seguida, a professora entrega aos alunos uma ficha de trabalho com três passagens bíblicas: Mt 18, 21-22; Lc 15, 11-21; Jo 4,7-19.</p> <p>Em grupos de dois, os discentes terão que, a partir das histórias, referir quais os valores presentes em cada uma delas – perdão, reconciliação e diálogo. A professora também os questiona se sabem identificar as três histórias da Bíblia.</p> <p>Como finalização, faz-se a correção e, simultaneamente, um diálogo horizontal e vertical sobre o facto de estes valores serem, para os cristãos, essenciais na promoção do bem comum e consequentemente, promoção da Paz.</p>	Ficha de trabalho.	5 min.	
--	--	--	---	--------------------	--------	--

4.4. Aula número 4 - Instituições de promoção da Paz no mundo

A professora inicia a aula com o acolhimento aos alunos que é realizado com a saudação aos mesmos. De seguida, a professora regista o sumário no quadro, proferindo-o, simultaneamente em voz alta, a saber: “Instituições de Paz no mundo. Prémios Nobéis da Paz.”

Inicia-se a aula fazendo a correção da ficha de trabalho da aula anterior²⁰⁰, onde os alunos terão como respostas na passagem de Mt 18, 21-22, “70 vezes 7”, o perdão; na passagem de Lc 15, 11-21, “Parábola do filho pródigo”, a reconciliação e diálogo e na passagem Jo 4, 7-19, “Diálogo de Samaritana”, o diálogo. Concluindo que estes valores são primordiais para a promoção do bem comum e, conseqüentemente, para a promoção da Paz.

Posteriormente, a professora refere que para além do ser humano ser promotor de Paz, também há instituições cuja função é promover-la, questionando-os se conhecem algumas dessas instituições, seguindo-se um diálogo horizontal e vertical, sobre esse tema.

Segue-se a visualização do vídeo de António Guterres, Secretário Geral da ONU com a primeira mensagem, no primeiro dia, como Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, disponível em <http://webtv.un.org/watch/vamos-fazer-de-2017-um-ano-para-a-paz-secret%C3%A1rio-geral-da-onu-ant%C3%B3nio-guterres/5265330980001>.

Posteriormente, com recurso ao diálogo horizontal e vertical, a professora questiona os alunos acerca de quem é António Guterres e, conseqüentemente, o que é a Organização das Nações Unidas.

Questiona, também, os discentes sobre qual a mensagem que António Guterres quer transmitir no vídeo “Façamos da Paz a nossa prioridade, em 2017”.

Segue-se a exploração de um powerpoint com as instituições existentes para a promoção da paz e sua respetiva explicação²⁰¹.

Recordando as aulas anteriores, a professora indaga os alunos que, além de instituições, também há pessoas que se destacaram pelas suas ações pacificadoras, e que por isso ganharam um prémio, levando-os a referir o prémio nobel da Paz. Os discentes referirão os nomes já trabalhados, nomeadamente, Mahatma Gandhi, Nelson Mandela, Luther King.

²⁰⁰ Cf. Anexo 9.

²⁰¹ Cf. Anexo 10.

A professora questiona os alunos se sabem como surgiu e qual a finalidade do prémio nobel da Paz. Partindo das respostas dos discentes, a professora completa a informação e, de seguida, apresenta um vídeo sobre *Malala Yousafzai* (Nobel da Paz em 2014) disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=yBKmxuOuZmY>. No final, pergunta aos discentes se conhecem a protagonista do vídeo, seguindo-se um diálogo horizontal e vertical.

A partir do vídeo de Malala Yousafzai, a professora entrega a cada dois alunos (trabalho de pares) um cartão com informação e fotografia de um Nobel da Paz e pedelhes que, a partir da informação que têm no



Figura nº 6 - Imagem de Malala Yousafzai

cartão, façam questões para que os colegas adivinhem quem é a personagem ou instituição – jogo “Quem é Quem?”. A professora forma dez grupos de dois alunos cada (trabalho de pares) e entrega um cartaz A3, em K-line, com a informação biográfica e com a fotografia de um Nobel da Paz (Martin Luther King, UNICEF, Amnistia Internacional, Madre Teresa de Calcutá, Dalai Lama, Nelson Mandela, D. Carlos Ximenes Belo e José Ramos Horta, Médicos Sem Fronteiras, Barack Obama, Malala Yousafzai e Kailash Satyarthi), e pedimos-lhes que, a partir da informação que têm no cartão, fizessem questões para que os colegas adivinhassem qual o nobel da Paz.

O jogo terá continuidade na aula seguinte, pois nesta aula apenas se organizam os grupos e os alunos iniciam as questões.

Planificação de Aula

Unidade Letiva: 4 – A Paz Universal

Aula n.º 4

Ano: 8ºano

Data: 06/02/2017

Tempo previsto: 45 minutos

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
SUMÁRIO: Instituições de promoção da Paz no mundo. Prémios Nobel da Paz.			- Acolhimento aos alunos. - Registo do sumário.	Caderno diário Quadro e caneta	5 min.	Assiduidade Pontualidade Empenho
N. Promover o bem comum e o cuidado com o outro.	4. Reconhecer soluções fundamentadas para situações de conflito de valores com base no reconhecimento da dignidade da pessoa	<ul style="list-style-type: none"> Instituições de promoção de paz no mundo: <ul style="list-style-type: none"> - Organização das Nações Unidas; - Tribunal Internacional dos Direitos Humanos; - Amnistia Internacional; - Comissão Nacional de Justiça e Paz. Prémios Nobel da Paz. 	<p>A partir da correção da ficha de trabalho far-se-á uma síntese dos conteúdos abordados na aula anterior</p> <p>De seguida, a professora refere que há muitas instituições cujo seu papel é a promoção da Paz, questionando os alunos se conhecem alguma.</p> <p>Seguidamente, a docente apresenta um vídeo de António Guterres, Secretário Geral da ONU.(primeira mensagem no primeiro dia como Secretário-Geral).</p> <p>Posteriormente, com recurso ao diálogo horizontal e vertical a professora pergunta aos alunos quem é António Guterres e, consequentemente, o que é a ONU.</p> <p>Questiona, também, os discentes sobre qual a mensagem que António Guterres quer transmitir neste vídeo “Façamos da</p>	<ul style="list-style-type: none"> Manual e caderno do aluno Computador e Projetor multimédia Quadro e giz <p>Vídeo em</p> <p>http://webtv.un.org/watch/vamos-fazer-de-2017-um-ano-para-a-paz-secret%C3%A1rio-geral-da-onu-ant%C3%B3nio-guterres/5265330980001</p>	<p>5 min.</p> <p>3 min</p> <p>2 min.</p>	<p>Atenção, empenho e participação na aula</p> <p>Cumprimentos das regras de sala de aula</p> <p>Participação pertinente e oportuna valorizando as intervenções</p>

		<p>paz a nossa prioridade, em 2017”.</p> <p>Seguidamente, a professora pergunta se conhecem mais instituições de promoção de Paz. A partir das respostas dos discentes, a docente mostra um <i>powerpoint</i> com as instituições existentes para a promoção da Paz e sua respetiva explicação.</p> <p>Nobéis da Paz A professora questiona os alunos se sabem como surgiu e qual a finalidade do prémio nobel da Paz. Partindo das respostas dos discente, a professora completa a informação e, de seguida, apresenta um vídeo sobre <i>Malala Yousafzai (Nobel da paz em 2014)</i>. No final, questiona os discentes se conhecem a protagonista do vídeo.</p> <p>A partir do vídeo de <i>Malala Yousafzai</i>, a professora entrega a cada dois alunos (trabalho de pares) um cartão com informação e fotografia de um Nobel da Paz e pede-lhes que, a partir da informação que têm no cartão, façam questões para que os colegas adivinhem quem é a personagem – jogo “Quem é Quem”. No final, todos os cartões (dez) serão afixados, por ordem cronológica, na sala de aula.</p>	<p><i>Powerpoint</i></p> <p>Video em https://www.youtube.com/watch?v=yBKmxuOuzmY</p> <p>Jogo “Quem é quem?” Cartões em tamanho A3 em material K-line</p>	<p>8min.</p> <p>2,23min</p> <p>20 min</p>	<p>positivas e fundamentadas</p> <p>Respeito pelo grupo</p> <p>Cumprimento das tarefas propostas</p> <p>Grelhas de observação.</p>
--	--	--	--	---	--

4.5 Aula número 5- Prémios Nobéis da Paz

A professora inicia a aula com o acolhimento aos alunos que é realizado com a saudação aos mesmos. De seguida, a professora regista o sumário no quadro, proferindo-o, simultaneamente em voz alta, a saber: “Prémios Nobéis: conclusão”.

Após o registo do sumário pelos alunos, a professora fará uma breve síntese dos conteúdos lecionados na aula anterior, questionando os alunos sobre os mesmos. A participação dos alunos é livre e de espontânea vontade, sempre moderada pela professora. A importância de verificar os conhecimentos apreendidos pela turma, permite fazer uma articulação com os conteúdos que irão ser lecionados na presente aula. Após o resumo, dar-se-á continuidade ao jogo “Quem é Quem?” sobre os Nobéis da Paz, iniciado na aula anterior.

Formam-se dez grupos de dois elementos cada. A cada grupo é dado cartaz um formato A3 em K-line, onde tem a fotografia e toda a informação associadas à vida do Nobel da Paz. De seguida, os alunos criam as pistas (no mínimo três), tendo por base a informação presente no cartaz. Depois de todos terem formulado as pistas, o grupo levanta-se e vai proferindo as pistas criadas, até que um dos grupos adivinhe quem é a personagem. A participação é feita de forma ordenada, sempre moderada pela professora. Quando um dos grupos adivinhar, o grupo em causa mostra o cartaz e lê toda a informação para a turma. Todo este procedimento foi realizado para os dez grupos.

No final, cada grupo vai colar o seu cartaz na parede da sala de aula, por ordem cronológica



Figura nº 7 – O Jogo “Quem é quem?” (a)

Planificação de Aula

Unidade Letiva: 4 – A Paz Universal

Aula n.º 5

Ano: 8ºano

Data:13/02/2017

Tempo previsto: 45 minutos

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
SUMÁRIO: Prémios Nobel da Paz (conclusão).			- Acolhimento aos alunos. - Registo do sumário.	Caderno diário Quadro e caneta	5 min.	Assiduidade Pontualidade Empenho
N. Promover o bem comum e o cuidado com o outro.	4. Reconhecer soluções fundamentadas para situações de conflito de valores com base no reconhecimento da dignidade da pessoa	• Prémios Nobel da Paz.	Com recurso a diálogo horizontal e vertical é elaborada uma síntese dos conteúdos abordados na aula anterior. De seguida, conclui-se o jogo “Quem é quem?”, iniciado na aula anterior. Há medida que os alunos vão adivinhando o Nobel da Paz, antes de continuar o jogo, os dois alunos que o apresentaram vão ler toda a informação presente no placard.	- Manual e caderno do aluno - Quadro e giz - Jogo “Quem é quem?” - Cartão A3 impresso e colado em K-line	5 min 25 min.	Atenção, empenho e participação na aula Cumprimentos das regras de sala de aula

			<p>No final do jogo, os alunos vão afixar, por ordem cronológica, os placards com os nobéis da Paz, nas paredes da sala de aula.</p>		10 min	<p>Participação pertinente e oportuna valorizando as intervenções positivas e fundamentadas</p> <p>Respeito pelo grupo</p> <p>Cumprimento das tarefas propostas</p> <p>Grelhas de observação.</p>
--	--	--	--	--	--------	---

4.6 Aula número 6- Educar para a diferença: pilar de uma sociedade pacífica

A professora inicia a aula com o acolhimento aos alunos que é realizado com a saudação aos mesmos. De seguida, a professora regista o sumário no quadro, proferindo-o, simultaneamente em voz alta, a saber: “Educar para a diferença: pilar de uma sociedade pacífica”.

Após o registo do sumário pelos alunos, a professora pede-lhes para fazerem uma breve síntese da aula anterior. E, a partir do resumo apresentado pelos alunos, a professora relembra, também, que há frases muito conhecidas proferidas pelos Nobéis trabalhados, questionando-os, de seguida, sobre qual a frase mais conhecida de Nelson Mandela “A educação é a arma mais poderosa para mudar o mundo”. Caso não se lembrem, têm os cartazes nas paredes da sala, podendo procurar a respetiva frase.

O objetivo é, a partir da frase de Nelson Mandela, iniciar a presente aula. Posteriormente, a docente indaga-os sobre qual o seu

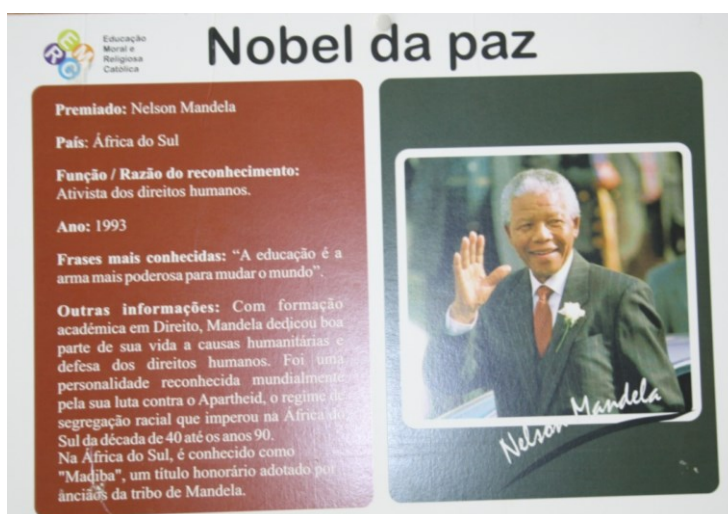


Figura nº 8- Jogo “Quem é quem?” (b)

significado, estabelecendo um diálogo horizontal e vertical com os alunos, no sentido de como a educação pode contribuir para a construção de uma sociedade pacífica. Tendo em atenção as respostas dos discentes, a professora fará uma síntese no quadro, salientando, também, que a nossa educação condiciona os nossos comportamentos, podendo, por isso, ser uma “arma” para a construção de uma sociedade pacífica.

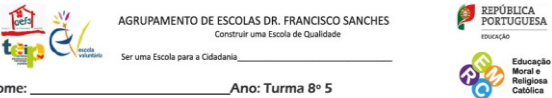
A docente, ao longo do diálogo com os alunos, questiona os alunos “Quais devem ser os princípios da nossa educação que permitirão contribuir para a construção de um mundo melhor?”. Nesse diálogo, a professora orienta-os, fazendo-os lembrar as aulas anteriores, de modo a que consigam proferir os seguintes princípios: respeitar o outro, aceitar a diferença e dialogar/ouvir o outro.

Segue-se a visualização do vídeo “Ninguém nasce racista – criança esperança” disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=kaWUyiMSrV0>. A visualização do vídeo tem por objetivo permitir uma maior compreensão da importância da educação

para a construção da Paz. No final do vídeo, segue-se um momento de diálogo horizontal e vertical acerca do vídeo, sempre orientado pela professora, que fará as seguintes questões “Por que razão os meninos não conseguiram terminar as frases?”; “Por que não olham nos olhos quando estão a reproduzir as frases?”; “O que é o preconceito?”; “Qual a frase referida pela menina que sofreu de racismo?”. No final do diálogo, a docente questiona os alunos “De que forma é que o tema deste vídeo está relacionado com o tema do sumário?”. Após as respostas dos discentes, a docente reforça as respostas, salientando a importância de aceitar o outro na sua diferença e se o fizermos evitaremos as guerras, o *bullying*, o preconceito, o racismo. Por isso, é que a nossa educação pode ser um pilar para a construção de uma sociedade pacífica.


De seguida, e em continuidade com as respostas anteriores, a docente afirma que, mais do que falar de Paz, é necessário ser construtor da Paz. A professora pede aos alunos para explicarem a afirmação anterior, interrogando-os “De que forma nós poderemos ser construtores de paz?”. Segue-se o diálogo horizontal e vertical.

Por fim, e como forma de consolidar as aprendizagens feitas ao longo da aula, a docente distribui uma ficha de trabalho, propondo completar o esquema, coletivamente, registando o que é necessário fazer para que a Paz seja uma realidade nas várias situações das nossas vidas: sociedade, família, escola, amigos, natureza, Eu. No que respeita ao último tópico Eu, cada um fará individualmente e, depois, partilhará com os colegas e professora.


 AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. FRANCISCO SANCHES
 Construir uma Escola de Qualidade
 Ser uma Escola para a Cidadania


Nome: _____ Ano: Turma 8º 5

Completa o esquema, registando o que é necessário fazer para que a paz seja uma realidade nas várias situações da tua vida.




Família


construir a PAZ




Escola




Amigos



Natureza



Sociedade



Eu

Figura nº 9 – Ficha de trabalho personalizada

Planificação de Aula

Unidade Letiva: 4 – A Paz Universal
Aula n.º 6

Ano: 8ºano
Data: 20/02/2017
Tempo previsto: 45 minutos

Metas de aprendizagem	Objetivos a atingir	Conteúdos a desenvolver	Estratégias de Ensino	Recursos	Tempo	Avaliação formativa
SUMÁRIO: Educar para a diferença: pilar de uma sociedade pacífica.			- Acolhimento aos alunos. - Registo do sumário.	Caderno diário Quadro e caneta	5 min.	Assiduidade Pontualidade Empenho
N. Promover o bem comum e o cuidado com o outro.	4.Reconhecer soluções fundamentais para situações de conflito de valores com base no reconhecimento da dignidade humana.	<ul style="list-style-type: none"> • Educar para a diferença. • Como posso promover o bem comum. • Contributos que os cidadãos podem dar para a construção da Paz. 	<p>Com recurso a diálogo horizontal e vertical é elaborada uma síntese dos conteúdos abordados na aula anterior.</p> <p>De seguida, a professora interroga os alunos se se lembram da frase de Nelson Mandela presente no placard dos nobéis expostos na sala de aula “A educação é a arma mais poderosa para mudar o mundo”.</p> <p>Através do diálogo horizontal e vertical é explorada a mensagem da frase, no sentido de como a educação pode contribuir para a construção de uma sociedade pacífica. Tendo em conta as respostas dos discentes, a docente fará uma síntese no quadro, salientando que a nossa educação condiciona os nossos comportamentos, podendo por isso ser uma “arma” para a construção de uma sociedade pacífica.</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Caderno do aluno – Quadro e giz <ul style="list-style-type: none"> – Computador e Projetor multimédia. 	5 min. 10 min.	<p>Atenção, empenho e participação na aula</p> <p>Cumprimentos das regras de sala de aula</p> <p>Participação pertinente e oportuna valorizando as</p>

			<p>Visualização do vídeo “Ninguém nasce racista – criança esperança”</p> <p>A professora questiona os alunos sobre qual a mensagem presente no vídeo e de que forma essa mensagem está relacionada com a importância que a educação tem para a construção da Paz. Estabelecendo-se um diálogo horizontal e vertical.</p> <p>Mais do que falar de Paz, é necessário ser “construtor” de Paz. A professora pede aos alunos para explicarem a afirmação anterior, interrogando-os “De que forma nós poderemos ser “construtores” de Paz?”. Segue-se o diálogo horizontal e vertical.</p> <p>A docente distribui uma ficha de trabalho, propondo para completar o esquema, coletivamente, registrando o que é necessário fazer para que a Paz seja uma realidade nas várias situações das nossas vidas: sociedade, família, escola, amigos natureza, Eu.</p>	<p>Vídeo em: https://www.youtube.com/watch?v=kaWUyiMSrV0</p> <p>- Ficha de trabalho. - Quadro e giz.</p>	<p>3,45 min</p> <p>7 min.</p> <p>20 min.</p>	<p>intervenções positivas e fundamentadas</p> <p>Respeito pelo grupo</p> <p>Cumprimento das tarefas propostas</p> <p>Grelhas de observação.</p>
--	--	--	---	--	--	---

4.7 Aula número 7- Avaliação dos conhecimentos e capacidade adquiridas na unidade letiva 4 do 7º ano – A Paz Universal.

A avaliação é entendida como um processo regulador das aprendizagens, orientador do percurso escolar e certificador das diversas aquisições realizadas pelo aluno ao longo do ensino básico. As modalidades de avaliação previstas são a diagnóstica, formativa e sumativa. A primeira realiza-se no início de cada ano de escolaridade, articulada com estratégias de diferenciação. A avaliação formativa assume carácter contínuo e sistemático, recorre a variados instrumentos e tem como uma das funções principais regular o ensino e a aprendizagem. A avaliação sumativa ocorre no final de cada período letivo, utiliza a informação recolhida no âmbito da avaliação formativa e traduz-se na formulação de um juízo globalizante sobre as aprendizagens realizadas pelos alunos.

A avaliação aplicada ao longo da Prática de Ensino Supervisionada foi a avaliação formativa, com recurso à grelha de observação, como se pode verificar de seguida.

Construir uma Escola de Qualidade
Ser uma Escola para a Cidadania

Grelha de observação - EMRC

Aluno		Data: ___/___/___							
Nº	Nome	Assidui- dade	Pontuali- dade	Empenh- o	Particip- ação	Atenção	Cooper- ação	Regras	Concert- ação
1	Afonso Martinho								
2	Alexandre Fernandes								
3	Ana Santos								
4	Ana Soares								
5	Ana Almendra								
6	Ana Machado								
7	Caetano Galdino								
8	Daniel Costa								
9	Diogo Braga								
10	Diogo Martins								
11	Diogo Castro								
12	Eva Rodrigues								
13	Francisca Silva								
14	Guilherme Lopes								
15	Helena Ferreira								
16	Hugo Vieira								
17	Ivan Martins								
18	Jaqueline Goulart								
19	Mariana Pereira								
20	Rúben Guimarães								
21	Tiago Domingues								
22	Tomás Fernandes								
23	Tomás Oliveira								



I-Insuficiente S- Suficiente B- Bom MB- Muito Bom

Figura 10 – Grelha de observação utilizada durante a Prática de Ensino Supervisionada.

Segue-se, agora, uma proposta de avaliação sumativa complementar à utilização da grelha de observação, com o objetivo de avaliar os conhecimentos e capacidades adquiridas pelos alunos ao longo da unidade letiva. Tendo em conta as características da turma, optou-se pela utilização dos meios informáticos, visto ser um meio mais motivador para a avaliação. A opção ao recurso a itens de seleção de escolha múltipla, permite uma maior abrangência de todos os conteúdos lecionados, num tempo de 30 minutos.

A ficha de avaliação dos conhecimentos será elaborada na aplicação *Kahoot*²⁰².

As questões serão projetadas com um projetor multimédia e cada aluno responde utilizando um computador, selecionando a opção que entenda ser a correta. O aluno tem 60 segundos para responder a cada uma das questões, sendo que à medida que responde a uma questão será indicada a resposta correta e, no seu ecrã, o aluno pode verificar se acertou a questão.

As questões elaboradas refletem uma visão integradora e articulada dos diferentes conteúdos programáticos da unidade letiva em questão.

No dia da ficha de avaliação, antes da aula, a docente prepara a sala de aula ligando os computadores, site www.kahoot.it em cada um deles e prepara a projeção das questões.

A aula inicia com o acolhimento aos alunos que é realizado com a saudação aos mesmos. De seguida, a docente distribui os alunos pelos computadores existentes na sala de aula e explica como funciona o *Kahoot*. Posteriormente, a professora diz aos alunos para inserirem o GAME PIN que se encontra projetado, solicitando que coloquem o seu primeiro e último nome.

Após todos os alunos terem efetuado o login na aplicação, a docente inicia as questões. Os alunos têm 60 segundos para responder a cada questão. A professora lê cada uma das questões e cada uma das opções de resposta. Os alunos no momento que estão a responder saberão se a resposta está correta ou não, assim como qual o lugar em que ficaram.

As questões colocadas com recurso à aplicação *Kahoot* são as seguintes.

²⁰² Kahoot é uma aplicação para tablets, telemóveis ou computadores, utilizada para realizar atividades interativas. Elaboram-se questões e os alunos respondem em tempo real e com limite de tempo para resposta, obtendo o feedback de imediato. À medida que os alunos respondem vão acumulando pontos. No final o docente obtém um ficheiro em excel com a grelha de respostas dos alunos, que possibilita a avaliação dos mesmos.

Podemos afirmar que a paz é um grande sonho da humanidade porque...



35



Skip

0
Answers

▲ ...a paz é a ausência de guerra

◆ ... sempre houve tentativas de construir a paz

● ...os códigos e os regulamentos garantem a paz

Os anéis olímpicos são símbolos de paz, porque retratam a união entre os continentes?



60



Skip

0
Answers

▲ Falso

◆ Verdadeiro

A vela, os anéis olímpicos, o arco-íris, a pomba branca são símbolos de paz?



58



Skip

0
Answers

▲ Verdadeiro

◆ Falso

A pomba branca, como símbolo de paz, remonta à narrativa simbólica do dilúvio dos Génesis.



58



Skip

0
Answers

▲ Verdadeiro

◆ Falso

Este ano, o título da 50ª Mensagem do Papa para o dia Mundial da Paz, 1 de janeiro foi:



58



Skip

0
Answers

▲ "Vence a indiferença e conquista a paz"

◆ "A não-violência: estilo de uma política para a paz".

● a) "Já não escravos, mas irmãos".

As atitudes que conduzem à falência de paz são:



58



Skip

0
Answers

▲ Indiferença, amizade, ódio e injustiça

◆ Compreensão, ódio, injustiça e maldade

● Ganância, egoísmo, agressividade e incompreensão

A frase de Gandhi "O amor é a mais subtil das forças do mundo" significa que o amor:

58



0 Answers

▲ Produz alterações no interior da pessoa e não na sociedade

◆ É a única força existente no mundo

● Produz a paz sem provocar ruído, sem se fazer notar

A frase de Gandhi "A paz exterior é inútil na ausência de paz interior" significa que:

18



0 Answers

▲ Sem paz interior nenhuma paz exterior é duradoura

◆ A paz não pode estar apenas no íntimo das pessoas

● Sem relação com Deus não há paz

A ONU, a Amnistia Internacional, o Tribunal dos direitos do Homem são promotoras da paz?

55



0 Answers

▲ Verdadeiro

◆ Falso

A ONU tem como objetivo promover a cooperação internacional e conseguir a paz entre os povos?

59



0 Answers

▲ Falso

◆ Verdadeiro

O Nobel da Paz é atribuído apenas a quem promove a fraternidade e a paz de forma heróica?

59



0 Answers

▲ Falso

◆ Verdadeiro

Madre Teresa de Calcutá trabalhou em favor dos mais pobres na Índia e no mundo?

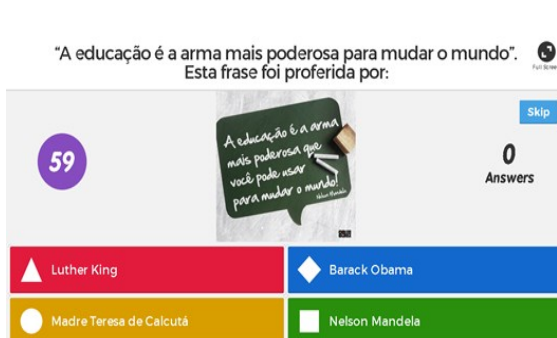
59



0 Answers

▲ Verdadeiro

◆ Falso



No final da ficha de avaliação, os alunos terminaram o trabalho prático iniciado na primeira aula (escrever as frases sobre a importância da Paz nos anéis olímpicos) e, de seguida, expuseram-no no átrio da escola., culminando a unidade letiva da mesma forma que iniciamos.



Figura nº 11- Anéis Olímpicos (b) Figura nº 12 – Anéis Olímpicos (c)



Figura nº 13 – Anéis Olímpicos (d)

5. Avaliação da Prática de Ensino Supervisionada

A avaliação é uma componente indispensável da ação pedagógica do professor. É através da avaliação que os vários elementos do currículo se interrelacionam e, por esta razão, a sua prática é uma atividade bastante complexa. É reconhecido que os procedimentos avaliativos não estão, de uma forma geral, em concordância com as exigências que a sociedade atual coloca nos sistemas educativos nem com as necessidades dos alunos. Por isso, importa considerar a aprendizagem como o objetivo principal da ação educativa do professor e entender a avaliação como um elemento de regulação de grande relevo que contribui de forma muito significativa para essa mesma aprendizagem.

Atendendo às características da turma, as estratégias utilizadas foram cada vez mais ambiciosas, pois desde a primeira aula, a turma demonstrou muito interesse, motivação e uma excelente participação diante das atividades apresentadas.

Após ter elencado de forma descritiva o decorrer das aulas, neste momento, faremos uma avaliação dos aspetos que consideramos mais positivos da nossa prática de lecionação, assim como, das dificuldades encontradas e das estratégias utilizadas para as ultrapassar.

A primeira aula decorreu de forma muito positiva, verificando-se que as estratégias e os recursos utilizados estavam adequados. Os alunos demonstraram, ao longo da aula, bastantes motivados, interessados, curiosos e com intervenções bastantes oportunas. Das atividades apresentadas, a professora deveria ter explorado mais o conceito “Absentia bellum”, apresentado em *powerpoint*, ou seja, deveria ter deixado os alunos chegarem à palavra *bélico*. Na aula destacou-se a exploração da letra da música, onde a docente fez uma articulação interdisciplinar com os conhecimentos adquiridos na disciplina de Português, sendo essa estratégia muito bem-sucedida, pois os alunos responderam positivamente. Assim como, a articulação com a disciplina de História, onde os discentes explicaram de forma bastante completa o significado do símbolo dos jogos olímpicos com os conhecimentos que tinham da disciplina. Outro momento de grande destaque na aula foi a elaboração das frases em grupo, sobre o que é a Paz, pois os alunos mostraram-se bastante empenhados.

Verificou-se, ao longo da aula, um fio condutor, permitindo uma grande interação professora-alunos, assim como, uma participação muito boa por parte dos discentes

É de salientar que, ao longo da aula, deu-se primazia ao método indutivo, de forma aos alunos chegarem ao conhecimento, método esse que foi aplicado ao longo de todas as aulas.

Na segunda aula, destaca-se a forma motivadora e bastante participativa como fizeram a síntese da primeira aula, percebendo-se que conteúdos foram bem apreendidos.

Os discentes continuaram a demonstrar interesse e curiosidade nos conteúdos apresentados, nomeadamente, na apresentação de um *powerpoint* com o significado dos símbolos associados à Paz. No entanto, o momento de maior destaque da aula foi a visualização do vídeo da menina de Aleppo, ao qual eles assistiram, muito atentos, tecendo no fim comentários sobre a destruição causada por interesses políticos e ideológicos, assim como o momento da audição da música dos Xutos e Pontapés, “Aleppo”, à qual os alunos ficaram, emocionados e comovidos, visto que a letra era baseada nas mensagens que esta menina tinha escrito no *twitter* e tinha acabado de ser publicada dois dias antes da aula decorrer.

Visto os alunos serem muito participativos, sendo, por vezes, uma participação desorganizada, pois não ouvem com atenção o colega, querendo responder ainda com o colega a falar e o facto de serem bastante curiosos, não conseguimos cumprir o plano de aula, pois demos primazia às participações, bastante oportunas por sinal, dos discentes. No entanto, verificamos que as estratégias apresentadas, mais uma vez, foram ao encontro do interesse dos alunos.

No início da terceira aula, fizemos correção da ficha de trabalho realizada na aula anterior, cuja resolução permitiu fazer uma síntese dos conteúdos abordados, de forma a garantir a continuidade letiva.

Nesta aula, para lecionarmos o “Direito à Paz e a Promoção do bem comum”, recorremos à leitura da “Declaração sobre os direitos do Homem à Paz”. Depois ouvimos e interpretamos a letra da música de David Carreira “A força está em nós”, que nos permitiu identificar nomes associados à promoção da Paz, nomeadamente, Mahatma Gandhi; Nelson Mandela e Luther King. Esta estratégia foi muito bem acolhida pelos alunos, pois a música era do seu interesse. Outro momento de destaque da aula que permitiu o encadeamento pleno da mesma, foi o facto de os alunos referirem que os nossos deveres para promover o bem comum eram o respeito pelos outros, o diálogo e o perdão, permitindo-nos entregar a ficha de trabalho e eles realizarem-na sem dificuldades, uma vez que as respostas iam precisamente ao encontro do que os alunos referiram. Sentimos uma enorme felicidade e sentimento de realização, pois os discentes

foram ao encontro do planeado, que nem sempre é conseguido. No final desta aula, sentimos que o percurso com esta turma estava a ser tão produtivo, que tudo o que planeamos ia ao encontro dos seus interesses, pela participação e empenho bastantes positivos de todos os alunos.

Iniciámos a quarta aula com os mesmos procedimentos das anteriores, tendo começado com a correção da ficha de trabalho sobre as passagens bíblicas.

Destaca-se de modo extremamente positivo a atividade planificada para esta aula. Dando continuidade à aula anterior, começamos por dialogar com os alunos que, para além do ser humano ser promotor de Paz, também há instituições cuja função é promover a Paz, questionando-os se conheciam alguma instituição promotora de Paz. Seguiu-se um diálogo horizontal e vertical, onde os alunos fizeram referência à Organização das Nações Unidas, referindo, também, que António Guterres era o Secretário-Geral das Nações Unidas. Denotou-se, por parte dos discentes, um discurso articulado e bem fundamentado, mostrando serem conhecedores de instituições promotoras da Paz no mundo. De seguida, e no contexto do referido pelos alunos, projetamos um vídeo de António Guterres, Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas com a primeira mensagem, no primeiro dia, como Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas. Aqui, mais uma vez, notamos os alunos motivados em relação aos recursos audiovisuais. Outro momento que merece destaque, é o facto de os alunos referirem que para além de instituições também existem pessoas promotoras da Paz, realçando Nelson Mandela, Mahatma Gandhi, Luther King e Malala Yousafzi. Este momento permitiu-nos mostrar que as aprendizagens das aulas anteriores tinham sido apreendidas. Depois de lhes mostrarmos um pequeno vídeo de Malala Yousafzi, convidamo-los a realizar o jogo “Quem é Quem?”. Este consistiu em identificar alguns Nobéis da Paz através da leitura de informação biográfica (Madre Teresa de Calcutá, Mahatma Gandhi, Malala Yousafzai, Martin Luther King Jr, Nelson Mandela).

Na quinta aula, demos continuidade ao jogo “Quem é Quem?”, que se revelou uma atividade bastante eficaz e de agrado dos discentes. Proporcionou que todos os alunos falassem, o que, às vezes, noutra tipo de aulas não é possível. Nesta aula, salienta-se pela positiva a participação excelente dos alunos com Necessidades Educativas Especiais. Sentimos a interajuda e o carinho entre colegas muito presente ao longo de toda a aula, sendo, precisamente, um dos momentos mais positivos o momento em que um aluno com Necessidades Educativas Especiais leu o cartaz do seu grupo, com bastante dificuldade na leitura, mas a turma ouviu-o com atenção sem interferir e corrigir o colega. Neste momento, verificou-se que a turma sabe respeitar o outro na sua

diferença. Um dos aspetos menos positivo da aula, foi o burburinho ao longo da realização do jogo, decorrente da especificidade da dinâmica. Esta atividade, que apresentou um forte carácter lúdico, permitiu alcançar resultados pedagógicos muito válidos dada a pertinência da utilização do método pela descoberta.

No final, todos os cartões (dez) foram afixados pelos alunos, por ordem cronológica, na sala de aula. Os mesmos cartões estiveram expostos no dia vinte e oito de abril, no âmbito da comemoração do Dia do Patrono do Agrupamento de Escolas Francisco Sanches, na oficina de aprendizagem “EMRC+”, sobre o tema “Os Direitos Humanos”, dinamizada pelos dois núcleos de estágio. Desta forma, denotando-se que o trabalho criado em sala de aula, além de ter sido um recurso de aprendizagem na sala de aula, também foi utilizado para Comunidade Educativa, uma vez que foi exposto na sala onde decorreu a atividade da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica.

Na sexta aula, começamos por desafiar os alunos se se lembravam da frase presente no placard do nobel de Nelson Mandela, havendo de imediato alunos a proferir “A educação é uma arma...” não se lembrando do resto da frase, sendo completada pela professora. Como o desafio para esta aula era “Qual a importância da educação na construção de uma sociedade pacífica.”, projetamos um vídeo sobre as diferenças sociais, ao qual os alunos estiveram muito atentos e comovidos com a história, o que proporcionou, de seguida, um diálogo muito construtivo, com ideias muito assertivas sobre a importância de respeitar o outro, sendo que este é um valor da nossa educação. De bastante positivo, salienta-se os testemunhos que deram em relação à forma como os pais os estão a educar, indo ao encontro do referido na aula: respeitar o Outro, na sua diferença.

No que concerne à última aula desta unidade letiva, esta foi planificada no sentido de avaliar os conhecimentos adquiridos pelos alunos ao longo da lecionação da unidade. Deu-se privilégio aos recursos informáticos, *Kahoot*, como meio de motivar os alunos para o momento de avaliação em causa. A metodologia utilizada, com recurso a questões de escolha múltipla e, conseqüentemente respostas fechadas, permite uma maior abrangência dos conteúdos, evita a subjetividade, sendo, também, facilmente quantificáveis. Ao elaborar as questões, a docente procurou utilizar uma linguagem simples, sem interpretações dúbias, de modo a facilitar a interpretação por parte dos alunos em relação às mesmas. As questões elaboradas foram adequadas aos conteúdos lecionados, assim como ao encontro dos objetivos e metas curriculares da unidade em estudo.

No final da aula, o momento áureo da mesma foi quando os alunos escreveram nos anéis olímpicos as frases sobre a importância da Paz, elaboradas na primeira aula, seguindo-se da sua exposição no átrio da escola. Verificou-se um orgulho por parte dos alunos ao exporem o trabalho, realizado em aula, para toda a Comunidade Educativa. Desta forma, terminamos a lecionação da unidade como iniciamos (primeira aula – elaboração de frases sobre a importância da Paz; última aula – redação das mesmas frases nos anéis olímpicos).

CONCLUSÃO

“A paz na terra, anseio profundo de todos os homens de todos os tempos, não se pode estabelecer nem consolidar senão no pleno respeito da ordem instituída por Deus”²⁰³. Esta primeira frase da Carta Encíclica *Pacem in Terris*, que analisamos em profundidade em capítulo próprio do estudo que agora terminamos, seria suficiente para traçar a conclusão de tudo o que fomos colocando ao longo destas páginas. De facto, no culminar deste longo e difícil processo de estudo, estamos agora em condições de afirmar que a Paz, sendo a maior de todas as ambições humanas, só pode ser concretizada em pleno e assumir carácter duradouro e mesmo permanente, se for dotada de pilares crísticos, no sentido da Palavra de Deus e das mensagens que Jesus nos deixou ficar.

No contexto cristológico, pedagógico e didático em que desenvolvemos o nosso estudo tivemos como foco principal a paz, a sua análise e a tentativa de descoberta dos caminhos que a ela conduzem. A primeira aferição a que chegamos foi a de que, tal como os seus significados, a Paz é polissémica, também, nas tentativas de construção, não faltando ao longo de toda a história da humanidade, exemplos de tentativas e falhas da sua implantação. E a segunda conclusão registada foi a de que, independentemente das frustrações do Homem que procura a Paz sempre que uma guerra se faz evidente e lhe derruba os projetos, ele vai sempre voltar a tentar alcançá-la pois só por ela conseguirá garantir para si e para os outros o conforto e a segurança de que precisa para viver.

As várias mensagens de Paz que estudamos serviram de enquadramento histórico aos momentos que a humanidade foi vivendo ao longo das últimas décadas e firmaram-se como testemunho da preocupação geral da Igreja por este tema e no seu empenho sempre ciente de que, cada tentativa pacificadora dos homens e das mulheres do mundo por meio da Palavra de Deus é um passo dado para a galvanização dos valores do Amor de Cristo. A partir das mesmas mensagens podemos também perceber que a Igreja tem uma preocupação real e forte pelas questões que afetam as sociedades a cada instante, tomando-as como ponto de partida para a construção de relações e evidências com os seus princípios mais fundamentais, e que estes, por sua vez, são espelhados nos Direitos Humanos fundamentais.

²⁰³ JOÃO XXIII (1963), *Pacem in Terris*, União Gráfica, Lisboa.

Assim, conclui-se que a Paz não é possível sem que os homens e as mulheres aprendam o verdadeiro significado de tolerância, de respeito pela diferença, de comunhão e preservação da natureza, de solidariedade e integração, de inclusão e amizade por si e pelos outros.

Como vão os homens e as mulheres aprender estes valores? Como ficarão a saber que só por eles poderão construir um mundo de Paz? Ambas as questões, retóricas, constituem a segunda grande conclusão que deriva do nosso estudo e que nos remete para o papel fundamental que a educação desempenha em todo este processo. De facto, tal como nos foi dado perceber, a educação é o mecanismo através do qual a implementação da Paz pode vir a constituir-se uma realidade porque ela serve o propósito de inculcar nos indivíduos esses valores essenciais à Paz.

Partindo da análise do conceito de *educare* e da observação da educação na sua plenitude, enquanto responsabilidade da família, do Estado, da Igreja e da escola concluímos que todas as instituições têm um papel fundamental neste processo mas que a maior fatia deste grande bolo de responsabilidades recai sobre a escola, onde a educação assume um carácter mais formalizado e tem um papel evidentemente formador.

Assim, e sendo que é na escola que se efetivam também as aulas de EMRC, importa ter em conta a disciplina, que é o nosso foco de atenção profissional, e as suas potencialidades para a formação de jovens promotores da Paz. E são tantas estas potencialidades. Tantas que têm reflexo em todas as unidades letivas propostas mesmo que nestas o conceito não apareça claramente exposto. Logo na Unidade Letiva 1 do primeiro ano do primeiro ciclo de ensino, as crianças são ensinadas acerca da importância de ter um coração bondoso, depois aprendem sobre Jesus, o grande obreiro da Paz, e falam também sobre o crescer em família e sobre os porquês do cuidar da natureza, e assim vai sendo ao longo de toda a sua vida escolar, até que, na adolescência, estão já em condições de aprofundar conhecimentos e experimentar os valores assimilados nas suas vidas concretas, nas experiências que desenvolvem com os pares, com os pais e com os professores.

É no âmbito da disciplina de EMRC que estas experiências para os valores da vida cristã, para a tolerância e para o respeito pela diferença, podem ser estimuladas e complementadas com teoria e atividades didáticas e é por isso que a disciplina se assume como de extrema relevância no contexto social atual. Desta constatação conclui-se também pela importância do papel do docente da disciplina que, por via da necessidade de cumprimento de tão singular e ambicioso programa curricular, se deve assumir como professor exemplo e professor amigo. Deve pautar a sua atuação pela

compreensão dos alunos, pelo bom acolhimento dos mesmos e pela assunção prática dos valores que a Paz demanda.

Partindo destas reflexões, e sempre atendendo aos objetivos da disciplina e a esse desejo maior da implementação da Paz, apresentamos, no enquadramento do PES de que resulta o presente relatório, a unidade letiva “A Paz Universal”, cujas aulas e experiência de contacto com os alunos também reportamos neste trabalho e através das quais firmamos a última conclusão do nosso estudo que se prende com a ideia de que o bom docente de EMRC é aquele que consegue, junto dos seus alunos, assumir e transparecer o testemunho de uma vida repleta de valores verdadeiramente cristãos.

BIBLIOGRAFIA

BÍBLIA SAGRADA, Difusora Bíblica, Missionários Capuchinhos.

1. Fontes do Magistério da Igreja

Agência Eclésia. Mensagem do Papa Francisco aos participantes no 37º. Encontro de Rimini. Vaticano, 2016

Bento XVI. “Na verdade, a Paz”. Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz, nº3. AAS XCVIII, 2006.

_____. “A pessoa humana, coração da Paz”. Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz, nº5. L’Osservatore Romano (ed. Portuguesa), 2007.

_____. “A família humana, comunidade de Paz”. Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz , nº 3, 7. AAS C, 2008.

_____. “Carta Encíclica Caritas in Veritate”. Acta Apostolicae Sedis 101 (2009) 641-709, 2009.

_____. “Combater a pobreza, construir a Paz”. Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz, n.8. . L’Osservatore Romano (ed. Portuguesa), 2009.

_____. “Se queres cultivar a Paz, preserva a criação”. Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz, L’Osservatore Romano (ed. Portuguesa), 2010.

_____. “Educar os jovens para a justiça e a paz”. Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz, L’Osservatore Romano (ed. Portuguesa), 2012.

_____. Mensagem para a celebração do XLVI dia Mundial da Paz, 2013
http://w2.vatican.va/content/benedictxvi/pt/messages/peace/documents/hf_ben-xvi_mes_20121208_xlvi-world-day-peace.html.

Catecismo da Igreja Católica. Coimbra: gráfica de Coimbra, 1972.

- Catequese. “4: Insegnamenti”. L’Osservatore Romano (ed. Portuguesa), 2001.
- Comissão Episcopal da Educação Cristã. *Programa de Educação Moral e Religiosa católica- 2014*. Lisboa: Secretariado Nacional da Educação Cristã, 2007.
- Concílio Ecuménico Vaticano II. *Decreto sobre a atividade missionária da Igreja (Ad Gentes Divinitus)*. Braga: Editorial A. O., 1983.
- Concílio Ecuménico Vaticano II. *Decreto sobre o apostolado dos leigos (Apostolicam Actuositatem)*. Braga: editorial A. O., 1983.
- Concílio Vaticano II. *Declaração Gravissimum Educationis, sobre a educação cristã*. Acta Apostolicae Sedis, 1965.
- Concordata entre a Santa Sé e a república Portuguesa (1940), disponível em <http://www.ucp.pt/site/resources/documents/ISDC/Texto%20da%20Concordata%20-%201940.htm>, acedido em 3 de maio de 2017.
- Conferência Episcopal Portuguesa. “Carta Pastoral: Educação – direito e dever – missão nobre ao serviço de todos”. CEP, n.º 2, 2002.
- Conselho Pontifício Justiça e Paz. “Compêndio da doutrina Social da Igreja”. Principia, S. João do Estoril nº488, 309, 2005.
- Declaração “Gravissimum Educationis” Sobre a Educação Cristã. nº 1, 1987, disponível em http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vati_decl_19651028_gravissum-educationis_po.html, acedido em 24 de abril de 2017.
- Discurso ao Corpo Diplomático acreditado junto da Santa Sé. (8 de Janeiro de 2007): AAS 99, 73, disponível em http://w2.vatican.va/content/benedictxvi/pt/apost_exhortations/documents/hf_ben-xvi_exh_20070222_sacramentum-caritatis.html, acedido em 22 de março, de 2017.

Discurso do Papa Bento XVI aos professores de Religião católica nas escolas italianas, na sala Paulo VI, 25 de abril de 2009, disponível em https://w2.vatican.va/content/benedictxvi/pt/speeches/2009/april/documents/hf_ben-xvi_spe_20090425_insegnanti-religione.html, acessado em 6 de maio de 2017.

Francisco, Carta encíclica “Lumen fidei” (29 de Junho de 2013), 34 AAS 105, 2013.

_____. “Exortação apostólica *Evangelii Gaudium*”. Prior Velho: edições Paulinas, 2013.

_____. “Fraternidade”, Mensagem do Santo Padre Francisco para a celebração do XLVIII Dia Mundial da Paz, *Fundamento e caminho para a Paz*, (1 de janeiro de 2014), disponível em https://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/peace/documents/papa-francesco_20131208_messaggio-xxviii-giornata-mondiale-pace-2014.html, acessado em 15 de fevereiro de 2017.

_____. “Já não escravos mas irmãos”. Mensagem para a celebração do XLVIV Dia Mundial da Paz, 2015, disponível em http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/peace/documents/papa-francesco_20141208_messaggio-xxviii-giornata-mondiale-pace-2015.html, acessado em 15 de fevereiro de 2017.

_____. “Discurso aos estudantes e professores de um Colégio Japonês em viagem a Roma, 21.08.13, 24º Congresso Interamericano de Educação Católica”, 2015.

Francisco, Carta Encíclica “*Laudato Si'*”, Sobre o cuidado da nossa casa comum (24 de maio de 2015), disponível em http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html, acessada em 29 de março, de 2017.

_____.”A Escola Católica do século XXI”, 24º Congresso Interamericano de Educação Católica (2015).

_____.”Vence a indiferença e conquista a Paz”, Mensagem para a celebração do XLVIV Dia Mundial da Paz, (1 de janeiro de 2016). site do Vaticano, disponível em http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/peace/documents/papa-francesco_20151208_messaggio-xlix-giornata-mondiale-pace-2016.html, acessado em 8 de março de 2017.

_____.”A não-violência: estilo de uma política para a Paz”. Mensagem do Santo Padre Francisco para a celebração do XLVIV Dia Mundial da Paz (1 de janeiro de 2017), (1 de janeiro de 2017), site do Vaticano, disponível em http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/messages/peace/documents/papa-francesco_20161208_messaggio-1-giornata-mondiale-pace-2017.pdf, acessado em 8 de março de 2017.

_____.”Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Amoris laetitia*”, (2015), disponível em http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20160319_amoris-laetitia.html, acessado em 15 de março de 2017.

João Paulo II *Pacem in Terris*, (Lisboa: União Gráfica, 1963), nº1, 5.

_____.”Mensagem para o dia mundial da Paz, Para alcançar a Paz, educar para a Paz.” AAS 71,1, 66, 1978.

_____.”Para alcançar a Paz, educar para a Paz”. Mensagem para o dia mundial da Paz in AAS 71, 57- 66, 1978.

_____.”A verdade, força da Paz. Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz”. Comissão Justiça e Paz. Lisboa: Caminhos da Paz no 25º aniversário da primeira mensagem da Paz, Rei dos Livros, 1980.

_____.”Para servir a Paz, respeita a liberdade”. Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz. Comissão Justiça e Paz, Lisboa: Caminhos da Paz

- no 25º aniversário da primeira mensagem da Paz, Rei dos Livros, 206, 1981.
- _____. “A Paz: dom de Deus confiado aos homens”. Mensagem para o dia mundial da Paz, AAS 74,3, 1982.
- _____. “O diálogo para a Paz, um desafio para o nosso tempo”. Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz Comissão Justiça e Paz, (Lisboa: Caminhos da Paz no 25º aniversário da primeira mensagem da Paz, Rei dos Livros, 247, 1983.
- _____. “De um coração novo nasce a Paz”. Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz, Comissão Justiça e Paz, (Lisboa: Caminhos da Paz no 25º aniversário da primeira mensagem da Paz, Rei dos Livros, 1984, 250.
- _____. “Desenvolvimento e solidariedade”, chaves da Paz, nº1. Comissão Justiça e Paz, Lisboa: Caminhos da Paz no 25º aniversário da primeira mensagem da Paz, Rei dos Livros, 324, 1987.
- _____. “Da família nasce a Paz da família humana”. Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz, AAS LXXXVI, 1994.
- _____. “Mulher, educadora de Paz”. Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz. AAS LXXXVII, 801-807, 1995.
- _____. “Dêmos às crianças um futuro de Paz”. Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz. AAS LXXXVIII, 1996.
- _____. “Oferece o perdão, recebe a Paz”. Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz, nº 1, AAS LXXXIX, 191, 1997.
- _____. “Da justiça de cada um nasce a Paz de todos”. Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz”. AAS 90 XC, 150, 1998.
- _____. “Um compromisso sempre atual: educar para a paz”. Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz, nº4, AAS XCVI,115-116, 2004.

Paulo VI. “A Paz também depende de ti”. Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz, Comissão Justiça e Paz. Caminhos da Paz no 25º aniversário da primeira mensagem da Paz, Lisboa: Rei dos Livros, 1974.

_____. “A promoção dos Direitos do Homem, caminho para a Paz”. Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz, Lisboa: Caminhos da Paz no 25º aniversário da primeira mensagem da Paz, Rei dos Livros, 1970.

_____. “A Reconciliação, caminho para a Paz”. Mensagem para o Dia Mundial da Paz, Comissão Justiça e Paz. Lisboa: Caminhos da Paz no 25º aniversário da primeira mensagem da Paz, Rei dos Livros, 1975.

_____. “As verdadeiras armas da Paz”, Mensagem para o Dia Mundial da Paz, Comissão Justiça e Paz, Lisboa: Caminhos da Paz no 25º aniversário da primeira mensagem da Paz, Rei dos Livros, 1976.

_____. Mensagens do Dia Mundial da Paz, Comissão Nacional Justiça e Paz, (Mensagens para a Paz – Textos de Paulo VI a João Paulo II para a Celebração do Dia Mundial da Paz, Principia, S. João do Estoril, Cascais, 1ª ed, 2002.

_____. “Se queres a Paz, trabalha pela justiça”. Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz, Comissão Justiça e Paz. Lisboa: Caminhos da Paz no 25º aniversário da primeira mensagem da Paz, Rei dos Livros, 1972.

_____. “A Paz é possível”. Mensagem para a Celebração do Dia Mundial da Paz, Comissão Justiça e Paz, Lisboa: Caminhos da Paz no 25º aniversário da primeira mensagem da Paz, Rei dos Livros, 1973.

2. Legislação

"Declaração Universal dos Direitos do Homem de 10 de dezembro de 1948", Diário da República, nº 57/78, I Série A, de 9 de março de 1978, 489.

Constituição da República Portuguesa. Coimbra: Almedina, 2002.

Direção Geral dos Ensinos Básico e Secundário e Secretariado Coordenador dos Programas da Educação Multicultural. “Guião Orientador da Elaboração de Projectos Interculturais”, Lisboa: DGEBS., 1992.

Unesco, “Declaração dos Princípios sobre a Tolerância”, disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001315/131524porb.pdf>, acessado em 20 de abril de 2017.

Unesco. “Declaração Universal dos Direitos Humanos”. Organização das Nações Unidas para a Educação a ciência e a cultura, 1998, disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>, acessado em 20 de abril de 2017.

3. Bibliografia – Teologia

António Francisco Santos, Educar é ver mais longe, EDUCRIS, (2017) disponível em <http://www.educris.com/v2/102-comissao-episcopal/971-educar-e-ver-mais-longo-junho-de-2011>, acessado em 15 de março de 2017.

Carreira das Neves, Joaquim. *A força do shalom bíblico. Fátima e Paz*. Leiria: Santuário de Fátima, 1993.

Carta ap. Octogesima adveniens (14 de Maio de 1971), 21: AAS 63 (1971), 416-417, disponível em http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/apost_letters/documents/hf_p-vi_apl_19710514_octogesima-adveniens.html, acessado em 20 de março de 2017.

Carvalho, José Ornelas. “A utopia da Paz na Bíblia”. In Cadernos do Instituto S. Tomás de Aquino. nº 9.

Dupont, Jacques. “A mensagem das bem-aventuranças”, cadernos bíblicos nº 33” Difusora bíblica, Lisboa, maio, 1991.

Duque, João Duque. “Sobre a educação integral do ser humano”, Pastoral Catequética 26, 2013.

Educris. "Carta Pastoral sobre a Educação: «Direito e Dever – Missão Nobre ao Serviço de Todos». ", disponível em <http://www.educris.com/v2/101-conferencia-episcopal-portuguesa/893-carta-pastoral-sobre-a-educacao-direito-e-devermissao-nobre-ao-servico-de-todos>, acedido em 6 de abril de 2017.

Fátima Lopes, Evangelizar na Escola: comentário, Pastoral Catequética, 26, (2013),33-36.

Fernando, Ventura, “A Paz messiânica, a Utopia de Deus”, Bíblica. Série científica nº 11, Difusora Bíblica, nº 283; AA.VV, Vocabulário de Teologia Bíblica, 7ed. Petrópoles, Vozes, (2003),731.

Lopes, Acácio José Pereira. “Editorial” Pastoral Catequética, 23, 2012.

Nunes, D. Tomaz. “Perfil do Professor de EMRC, encontro de Professores de EMRC, Guarda”, Pastoral Catequética 21/21, 2011/2012.

Serralheiro, Deolinda. *A Educação Moral e Religiosa Católica na Escola Portuguesa*. Lisboa: Editora Rei dos Livros, 1990.

Varanda, Isabel. *Na noite mora a promessa - Uma espiritualidade para uma vida em comum*. Braga: Paulinas, 2014.

Ventura, Fernando, (2003), “A Paz messiânica, a Utopia de Deus, Bíblica, Série científica nº 11, Difusora Bíblica, nº 283; AA.VV, Vocabulário de Teologia Bíblica, 7ed. Petrópoles, Vozes, 731.

Vicent Martínez Guzman.”Filosofia para hacer las paces”. Barcelona: Icaria Editorial, (2001), 17.

Bibliografia – Ciências da Educação

Agrupamento de Escolas Francisco Sanches, Projeto Educativo 2013-2017, Braga, 2014, 7-18.

Alarcão, Isabel. *Formação Reflexiva de Professores: Estratégias de Supervisão*. Porto: Porto Editora, 1996.

As metas curriculares de EMRC para o 8.º ano de escolaridade, compreendem quatro unidades letivas: o Amor Humano; o Ecumenismo; a Liberdade, a Ecologia e Valores.

Barroso, D. D. S. “A importância da planificação do processo ensino-aprendizagem nas aulas de história e geografia.” Dissertação de mestrado. Porto: Universidade do Porto, 2013, disponível em: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/71580>, acedido em 4 de maio de 2017.

Botton, Alain. *Religião para ateus: um guia para não crentes sobre a utilização da religião*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2012.

Carvalho, Olívia; Peixoto, Luís. *A escola Inclusiva: da utopia à realidade*. Braga: edições APPACDM Distrital de Braga, 2000.

Delors, Jaques (Coord.). *Educação: Um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. Brasília: Faber-Castell, 2001.

Estevão, Carlos V. “Direitos humanos e educação para uma outra democracia”. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, 19(70), 2011, 9-20.

Galtung, Johan. *Violencia, guerra y su impacto- Sobre los efectos visibles e invisibles dela violência*. 2004.

- Goertgen, Pedro. Educação e valores no mundo contemporâneo, *Revista Educação e Sociedade*, (Campinas: Universidade de Campinas-UNICAMP, vol. 26, n. 92, 2005), 983-1011.
- Guinsburg; et al. (org.). *Kant: A Paz perpétua: um projeto para hoje*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- Lima, Maria Socorro Lucena. “Reflexões sobre o estágio supervisionado na formação de professores”. *Revista Diálogo Educ.*, Curitiba-PR, v. 8, n. 23, 2008, 195 -205.
- Martins, Rosilene Maria Sólton Fernandes. *Direito à Educação: aspetos legais e constitucionais*. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.
- Muniz, Regina Maria Fonseca. *O direito à educação*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
- Nunes, Adeildo. *Execução da pena e da medida de segurança*. Lisboa: Universidade lusíada de lisboa: 2014.
- Oliveira, Renato. “Filosofia e educação – de Sócrates a Habermas”, *Educação Social*, (Campinas: vol. 28, n. 98, 2007), 286-289.
- Postic, M. *A relação pedagógica*. Lisboa: Padrões Culturais Editora, 2008.
- Puelles, António Millán (dir.). *A Paz*. Gran Enciclopedia Rialp. Madrid: Edição Rialp, 1987.
- Relatório Mundial de Cultura de paz, da sociedade civil a meio da década de cultura de paz de acordo com o convite do parágrafo operativo 10 da Resolução de Assembleia Geral (A/59/143), disponível em www.unesco.pt/www.undp.org, acedido em 23 de abril de 2017.
- Rocha, Filipe. *Educar para a Paz*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1989.

- Rohden, Valério. (coord.). "Kant e a instituição da Paz", Porto Alegre, 1997:Ed. Universidade/UFRGS, GoetheInstitut/ICBA.
- Romanelli, A etimologia de alguns vocábulos referentes à educação, Uberlândia 6 (1960), 33.
- Roseli Fischmann, Educação, direitos humanos, tolerância e paz, Paidéia (Ribeirão Preto), 2001, vol.11, n.20, 67-77.
- Ruppert, Smith, A Utilidade da Força, A Arte da Guerra do Mundo Moderno, (2008) 42-54.
- Secretariado Nacional de Educação Cristã, Programa de Educação Moral e Religiosa Católica, Secretariado Nacional da Educação Cristã, Lisboa, 2014.
- Sedas, Nunes. "Pacem in Terris", no diálogo das ideologias. s/d. disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224155804J3tHJ9og7Kv75DS4.pdf>, acessado em 6 de janeiro de 2017.
- Weil, Pierre. *A arte de viver em Paz*. Lisboa: Editora ASA, 2005.

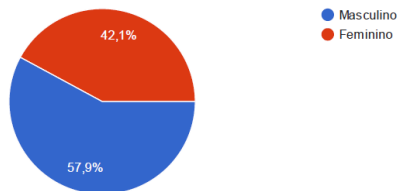
ANEXOS

NOTA: Apresentam-se de seguida questionário de caracterização da turma; as apresentações powerpoint, assim como recursos didáticos na leção da 4 do 8º ano, do 3º Ciclo do Ensino Básico – “A Paz Universal” – as quais se encontram disponíveis no *dossier* de estágio.

Anexo 1 - Questionário de caracterização da turma

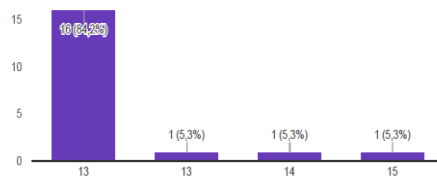
1. Sexo

19 respostas



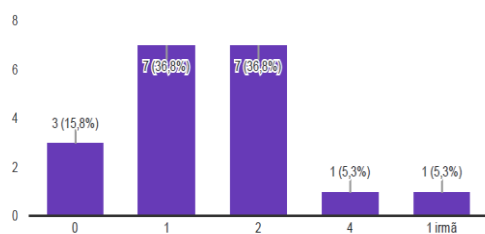
2. Idade

19 respostas



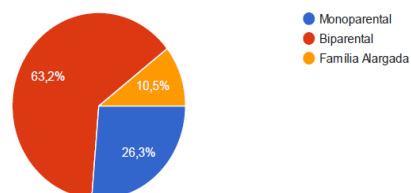
3. Nº de irmãos

19 respostas



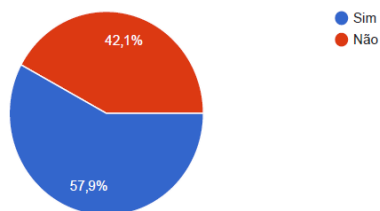
4. Tipo de Família

19 respostas



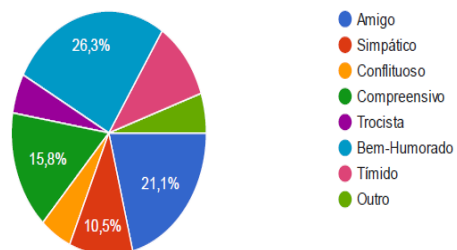
5. Tens algum problema de saúde?

19 respostas



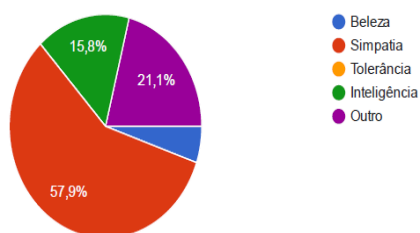
6. Como te definirias?

19 respostas

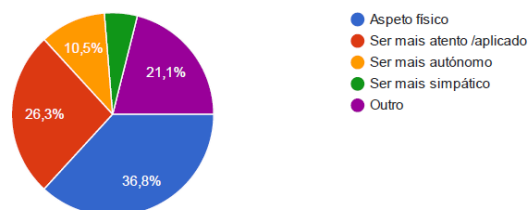


7. Que características aprecias nas pessoas?

19 respostas

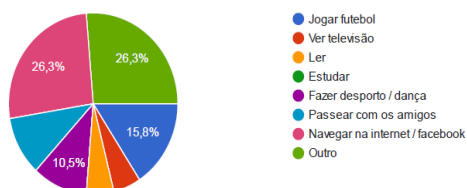


8. Que características gostarias de mudar em ti?



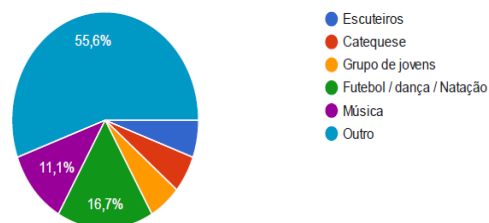
9. O que gostas de fazer quando não estás na escola?

19 respostas

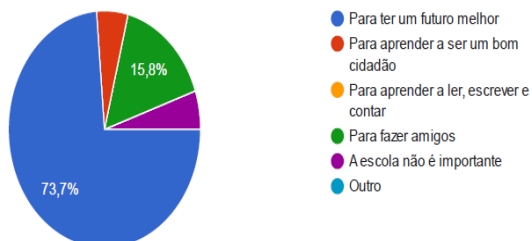


10. Que atividades fazem parte do teu quotidiano?

18 respostas

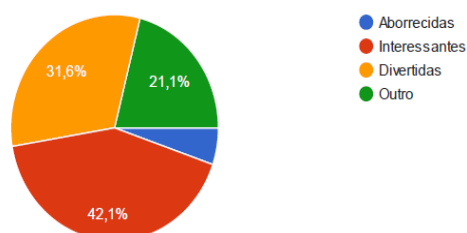


11. A escola é importante



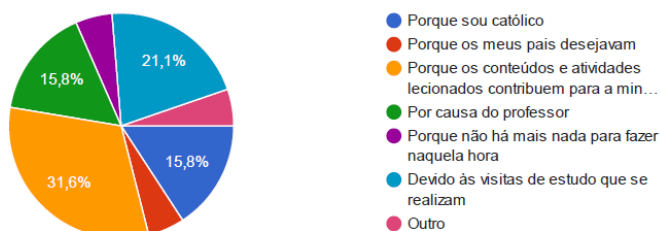
12. Para mim as aulas são

19 respostas



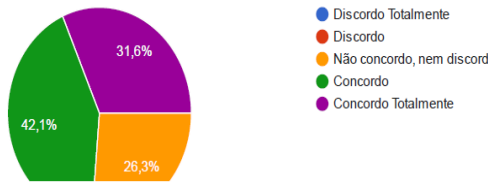
13. Por que te inscreveste na disciplina de EMRC?

19 respostas



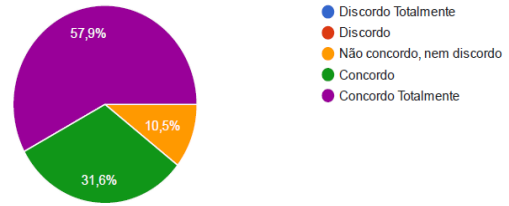
14. Os conteúdos tratados na disciplina de EMRC são pertinentes.

19 respostas



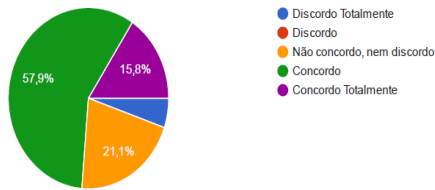
15. Nas aulas de EMRC privilegia-se o diálogo e a partilha.

19 respostas



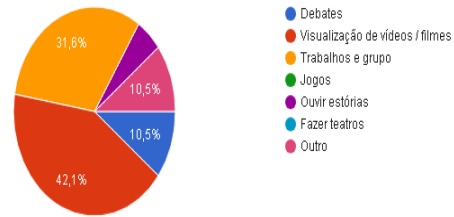
16. A disciplina de EMRC é importante para a tua formação como pessoa.

19 respostas



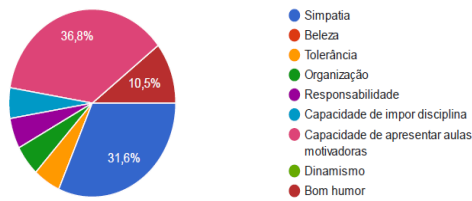
17. Que atividades gostas de fazer nas aulas de EMRC?

19 respostas



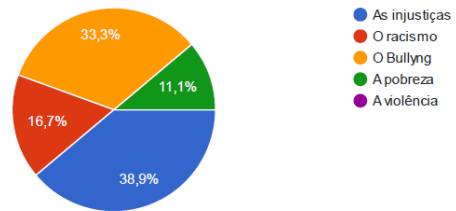
18. Que características mais aprecias num professor?

19 respostas

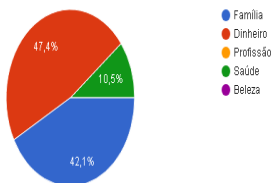


19. O que te choca mais na sociedade?

18 respostas

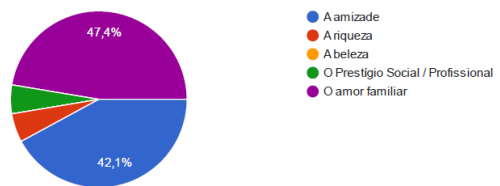


20. Destes elementos, qual é o mais valorizado pela sociedade?



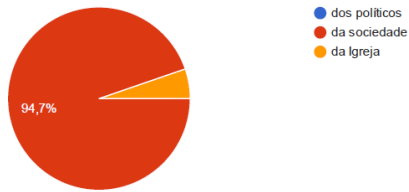
21. Qual destes elementos são essenciais para a felicidade?

19 respostas



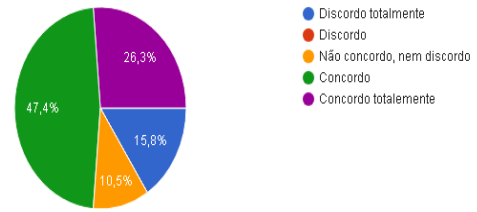
22. A Construção da paz depende:

19 respostas



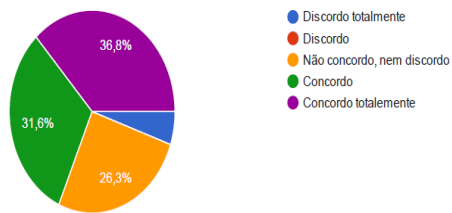
23. A paz também depende de mim.

19 respostas



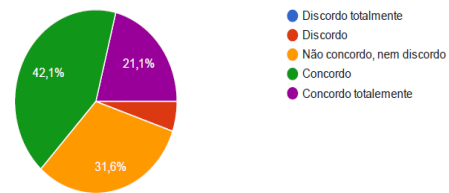
24. Nós podemos ser "construtores" da Paz

19 respostas



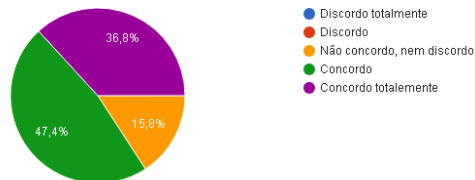
25. A disciplina de EMRC contribuiu para a formação de cidadãos promotores de Paz.

19 respostas



26. Educar para a diferença é importante para a existência de uma sociedade pacífica.

19 respostas



Anexo 2 – Ordem dos diapositivos da aula 1

Dicionário


Do Latim *Pax*

1. é geralmente definida como um estado de calma ou tranquilidade, uma ausência de perturbações e agitação.

2. Pacem = Absentia Belli

A Paz

O Grande Sonho da Humanidade



"O CORAÇÃO QUE ESTÁ EM PAZ VÊ UMA FESTA EM TODAS AS ALDEIAS."
PROVÉRBO HINDU


Ponto de partida...

O desejo de Paz faz parte dos anseios mais profundos da pessoa e marca a **história, a arte e a cultura dos povos.**

Em todos os tempos e lugares o ser humano **fala, escreve, pinta, canta...**

Procura a Paz.

A Paz foi cantada em todas as línguas, na certeza de que os ódios pessoais e as violências entre grupos e nações são contrários à natureza humana.



"Pela Paz a gente berra"

Gabriel O Pensador

A Paz está onde plantamos?

Aqui se planta, aqui se colhe,
mas pra flor nascer
é preciso que se molhe
É preciso que se regue pra
nascer a flor da paz
É preciso que se entregue
com amor e muito mais.
É preciso muita coisa,
e que muita coisa mude
Muita força de vontade e atitude
Pra poder colher a paz tem que
correr atrás.
E tem que ser ligeiro!
Pra poder colher a fruta é preciso ir à luta.
E tem que ser **guerreiro!**



O que fazer então?

Pela paz a gente canta, a gente berra.
Pela paz eu faço mais. Eu faço guerra.

Eu vou a luta,
eu vou armado de coragem e consciência
Amor e esperança
A injustiça é a pior das violências
Eu quero paz, eu quero mudança



Dignidade pra todo cidadão
Mais respeito, menos discriminação
Desigualdade, não. Impunidade, não
Não me acostumo com essa acomodação.
Eu me incomodo e não consigo ser assim, **por
que eu preciso da paz**
Mas a paz também precisa de mim.
**A paz precisa de nós. Da nossa luta, da
nossa voz.**

Mas, onde está a Paz?

Paz, aonde tu estás?
Aonde você vive?
Aonde você jaz?
Onde você mora?
Onde te encontramos?
Onde você chora?
Onde nós estamos?
Onde te enterramos?
Que lar você habita?
Onde nós erramos?
Volta, ressuscita.



Será que a paz morreu, será que a paz tá morta?
Será que não ouvimos quando a paz bateu na porta?

A paz que não tem vaga, na porta da escola
A paz vendendo bala, a paz pedindo esmola
A paz cheirando cola, virando adolescência
Atrás de uma pistola virando violência.

Será que a paz existe, será que a paz é triste?
Será que a paz se cansa da miséria e desiste?

A paz que não tem vez, a paz que não trabalha
A paz fazendo bico, ganhando uma migalha
No fio da navalha, dormindo no jornal
Atrás duma metralha virando marginal

Será que a paz assusta, será que a paz é justa?

Será que a paz tem preço?
Quanto é que o preço custa?

A paz que não tem raça nem boa aparência
A paz não vem de graça, a paz é consequência
A paz que a gente faz, sem peso e sem medida
Atrás dessa fumaça, paz virando vida.
A paz que não tem prazo, a paz que pede urgência
Não vai ser por acaso. A paz é consequência
Não é coincidência nem coisa parecida
A paz a gente faz, feito um prato de comida.

**Qual o perigo de
ausência de Paz?**

A violência não é só dos traficantes
A covardia não é só dos policiais
A violência também é dos governantes
Dos Homens importantes
Não sei quem mata mais...



Qual é a gravidade
Do roubo milionário praticado por alguma
autoridade
Que tem imunidade, que compra a liberdade?
Enquanto o cidadão honesto vive atrás das
grades
Com medo de um assalto à mão armada
Pagando imposto alto e não recebendo nada

Qual é o grau do perigo
Da falta de escola e de emprego, de prisão e
de abrigo?
Qual é o pior inimigo
Os pais da corrupção ou os filhos do
mendigo?
Quem é o grande culpado
O ladrão, que tem cem anos de perdão, ou
você, que vota errado?



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. FRANCISCO SANCHES

Construir uma Escola de Qualidade
Ser uma Escola para a Cidadania

“Pela Paz a gente berra”

Aqui se planta, aqui se colhe, mas pra flor nascer é preciso que se molhe
É preciso que se regue pra nascer a flor da paz
É preciso que se entregue com amor e muito mais.
É preciso muita coisa, e que muita coisa mude
Muita força de vontade e atitude
Pra poder colher a paz tem que correr atrás. E tem que
ser ligeiro!
Pra poder colher a fruta é preciso ir à luta. E tem que ser guerreiro!

Refrão:

Pela paz a gente canta, a gente berra.
Pela paz eu faço mais. Eu faço guerra.

Eu vou a luta, eu vou armado de coragem e consciência
Amor e esperança
A injustiça é a pior das violências
Eu quero paz, eu quero mudança.

Dignidade pra todo cidadão
Mais respeito, menos discriminação
Desigualdade, não. Impunidade, não
Não me acostumo com essa acomodação.
Eu me incomodo e não consigo ser assim, por que eu preciso da paz
Mas a paz também precisa de mim.
A paz precisa de nós. Da nossa luta, da nossa voz.

Paz, aonde tu estás? Aonde você vive? Aonde você jaz?
Onde você mora? Onde te encontramos?
Onde você chora? Onde nós estamos?
Onde te enterramos? Que lar você habita?
Onde nós erramos? Volta, ressuscita.
Será que a paz morreu, será que a paz tá morta?
Será que não ouvimos quando a paz bateu na porta?
A paz que não tem vaga, na porta da escola
A paz vendendo bala, a paz pedindo esmola
A paz cheirando cola, virando adolescência
Atrás de uma pistola virando violência.

Será que a paz existe, será que a paz é triste?
Será que a paz se cansa da miséria e desiste?
A paz que não tem vez, a paz que não trabalha
A paz fazendo bico, ganhando uma migalha
No fio da navalha, dormindo no jornal
Atrás de ma metralha virando marginal

Refrão:

Pela paz a gente canta, a gente berra.
Pela paz eu faço mais. Eu faço guerra.

Será que a paz ataca, será que a paz tá fraca?
Será que a paz quer mais do que viver numa barraca?
A paz que não tem terra, a paz que não tem nada
A paz que só se ferra, a paz desesperada
A paz que é massacrada lutando por justiça
Atrás de uma enxada, virando terrorista

Será que a paz assusta, será que a paz é justa?
Será que a paz tem preço? Quanto é que o preço custa?
A paz que não tem raça nem boa aparência
A paz não vem de graça, a paz é consequência
A paz que a gente faz, sem peso e sem medida
Atrás dessa fumaça, paz virando vida.
A paz que não tem prazo, a paz que pede urgência
Não vai ser por acaso. A paz é consequência
Não é coincidência nem coisa parecida
A paz a gente faz, feito um prato de comida.

Refrão:

Pela paz a gente canta, a gente berra.
Pela paz eu faço mais. Eu faço guerra.

Eu vou a luta, eu vou armado de coragem e consciência
Amor e esperança
A injustiça é a pior das violências
Eu quero paz, eu quero mudança

A violência não é só dos traficantes
A covardia não é só dos policiais
A violência também é dos governantes
Dos homens importantes
Não sei quem mata mais

Como é que a gente faz
Pra medir a violência na emergência dos hospitais?
A dor e o sofrimento
Os filhos que não nascem, os pais que morrem sem
atendimento?

Qual é a gravidade
Do roubo milionário praticado por alguma autoridade
Que tem imunidade, que compra a liberdade?
Enquanto o cidadão honesto vive atrás das grades
Com medo de um assalto à mão armada
Pagando imposto alto e não recebendo nada

Qual é o grau do perigo
Da falta de escola e de emprego, de prisão e de
abrigo?
Qual é o pior inimigo
Os pais da corrupção ou os filhos do mendigo?
Quem é o grande culpado
O ladrão, que tem cem anos de perdão, ou você, que
vota errado?

Refrão:

Pela paz a gente canta, a gente berra.
Pela paz eu faço mais. Eu faço guerra.



Gabriel O Pensador

1. Em grupo de 4 elementos, redige uma frase sobre a importância da Paz.

Bom Trabalho!

A professora, Teresa Ferreira

Anexo 4 – Ordem dos diapositivos da aula nº 2

Símbolos da Paz

A pomba branca com um ramo de oliveira é símbolo de paz e harmonia, numa tradição que tem as suas origens na "história" bíblica da Arca de Noé.



A bandeira branca é um símbolo usado para representar a paz mundial entre os povos. Durante a Idade Média, quando um povo se colocava fora de uma guerra ou batalha, hasteava a bandeira branca em sinal de trégua e paz.



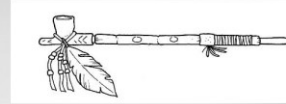
Os cinco anéis olímpicos retratam a união dos continentes. Na Grécia Antiga as guerras eram interrompidas durante o período dos jogos olímpicos.



A vela (luz) significa a presença de Deus no interior do ser humano, como paz e esperança de uma vida plena e justa.



- O cachimbo da paz era usado pelos índios norte americanos, que faziam a fumaça subir até aos deuses da concórdia. Todos fumavam do mesmo cachimbo, em sinal de compromisso com as decisões tomadas.



O arco-íris une o céu e a terra e significa a harmonia e a paz com Deus e com o universo. A narrativa bíblica do dilúvio descreve-o como símbolo da aliança de paz entre Deus e toda a criação (cf. Gn 9,8-17)



Anexo 5 – Letra da música “Aleppo”, dos Xupos e Pontapés (aula nº 2)



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. FRANCISCO SANCHES



Construir uma Escola de Qualidade
Ser uma Escola para a Cidadania

Nome: _____ N° _____ Turma 8º 5



Ano letivo 2016/2017 – Educação Moral e Religiosa Católica

<p>"Aleppo sei o que fazer, sei o que dizer, não tenho casa ferido e com medo não durmo há algum tempo debaixo de fogo sem abrigo cada minuto parece a morte</p> <p>- quero viver!</p> <p>a neve cai estou doente não tenho água limpa não tenho remédios vai piorando a cada hora que passa vai matando mais depressa do que uma do que uma bomba Aleppo, Aleppo cada minuto parece a morte</p> <p>- quero viver, não quero morrer!</p>	<p>procuro abrigo entre os escombros sombras trazem feridos em ombros e de repente estala uma AK vomita cápsulas enquanto mata - quero viver, não quero morrer!</p> <p>Aleppo, Aleppo quando é que acaba a matança Aleppo, Aleppo decapitaram até esperança Aleppo, Aleppo diz-me tu se fores capaz Aleppo, Aleppo como se canta pela paz"</p> <p><i>Xutos e Pontapés</i></p>
--	---

Anexo 6 – Ficha de trabalho (aula nº 2)



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. FRANCISCO SANCHES

Construir uma Escola de Qualidade
Ser uma Escola para a Cidadania

Nome: _____ Nº _____ Turma 8º 5

Ano letivo 2016/2017 – Educação Moral e Religiosa Católica



Ficha de Trabalho

1. Encontra 12 atitudes que conduzem à **falência de paz**.

a	c	ó	s	o	d	v	m	r	s	í	i	e	a	a	m	i		
i	a	n	i	d	e	v	ç	e	e	o	u	a	n	g	ç	i	a	i
c	s	g	í	n	i	o	e	e	c	a	d	ã	i	o	i	c	l	ç
n	d	e	s	e	j	o	d	e	p	o	d	e	r	í	t	n	d	ç
â	d	i	s	c	r	i	m	i	n	a	ç	ã	o	s	s	ê	a	d
n	a	g	r	e	s	s	i	v	i	d	a	d	e	m	u	l	d	i
a	ç	n	e	r	e	f	i	d	n	i	i	d	o	o	j	o	e	e
g	a	ç	i	o	ã	s	n	e	r	p	m	o	c	n	i	c	ç	
s	o	t	i	l	f	n	o	c	e	o	m	i	d	c	i	v	a	ç
a	a	c	m	a	n	p	m	m	e	d	c	ó	a	d	o	i	a	a

2. Em grupos de 2 elementos, **legenda** cada uma das seguintes imagens representativas de falência de paz.





Bom Trabalho!

A professora, Teresa Ferreira

Nome: _____ Nº _____ Turma 8º 5



Ano letivo 2016/2017 – Educação Moral e Religiosa Católica

Ficha de Trabalho

1. Encontra 12 atitudes que conduzem à **falência de Paz**.

FALENCIA DA PAZ

a	c	o	s	d	v	m	r	s	í	i	e	a	a	m	i	incompreensão indiferença injustiça ódio ganância egoísmo maldade conflitos agressividade violência desejo de poder discriminação			
i	a	n	i	d	e	v	ç	e	e	o	u	a	n	g	ç		i	a	i
c	s	g	í	n	i	o	e	e	c	a	d	ã	i	o	i		c	l	ç
n	d	e	s	e	j	o	d	e	p	o	d	e	r	í	t		n	d	ç
à	d	i	s	c	r	i	m	i	n	a	ç	ã	o	s	s		ê	a	d
n	a	g	r	e	s	s	i	v	i	d	a	d	e	m	u		l	d	e
a	ç	n	e	r	e	f	i	d	n	i	i	d	o	j	o		e	e	e
g	a	ç	i	o	ã	s	n	e	e	r	p	m	o	c	n		i	c	ç
s	o	t	i	l	f	n	o	c	e	o	m	i	d	c	i		v	a	ç
a	a	c	m	a	n	p	m	m	e	d	c	ó	a	d	o		i	a	a

2. Em grupos de 2 elementos, **legenda** cada uma das seguintes imagens representativas de falência de Paz.



Bullying



Idosos vítimas de violência



Crianças-soldados



Terrorismo



Genocídio



Tráfico de armas

Bom Trabalho!

A professora, Teresa Ferreira



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. FRANCISCO SANCHES

Construir uma Escola de Qualidade
Ser uma Escola para a Cidadania

Nome: _____ Nº _____ Turma 8º 5

Ano letivo 2016/2017 – **Educação Moral e Religiosa Católica**



Ficha Informativa

DECLARAÇÃO SOBRE O DIREITO DOS POVOS À PAZ

A Assembleia Geral, reafirmando que o principal objetivo das Nações Unidas é a manutenção da paz e da segurança internacionais; manifestando a vontade e as aspirações de todos os povos de eliminar a guerra da vida da Humanidade e, acima de tudo, de prevenir uma catástrofe nuclear mundial; convencida de que uma vida sem guerras constitui o primeiro requisito internacional para o bem-estar material, o desenvolvimento e o progresso dos países, e para a plena realização dos direitos humanos e liberdades fundamentais proclamados pelas Nações Unidas; consciente de que, na era nuclear, o estabelecimento de uma paz duradoura na Terra representa a condição primordial para a preservação da civilização humana e a sobrevivência da Humanidade; reconhecendo que a garantia de uma vida em paz para os povos constitui um dever sagrado de todos os Estados;

1. Proclama solenemente que os povos do nosso planeta têm um direito sagrado à paz;
2. Declara solenemente que a preservação do direito dos povos à paz e a promoção da sua realização constituem obrigações fundamentais de todos os Estados;
3. Sublinha que a garantia do exercício do direito dos povos à paz exige que as políticas dos Estados sejam orientadas para a eliminação da ameaça de guerra, em particular da guerra nuclear, para a renúncia ao uso da força nas relações internacionais e para a resolução de litígios internacionais por meios pacíficos com base na Carta das Nações Unidas;
4. Apela a todos os Estados e organizações internacionais para que contribuam com todos os meios para a realização do direito dos povos à paz mediante a adoção de medidas adequadas a nível nacional e internacional.

Aprovada pela resolução 39/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 12 de Novembro de 1984.

Anexo 8 – Letra da música “A força está em nós”, de David Carreira (aula nº 3)



GRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. FRANCISCO SANCHES



Construir uma Escola de Qualidade
Ser uma Escola para a Cidadania

Nome: _____ Nº _____ Turma 8º 5



Ano letivo 2016/2017 – **Educação Moral e Religiosa Católica**

<p>A Força Está Em Nós David Carreira</p> <p>Chegou a hora Este é o tempo E os teus sonhos vão sorrir Cinge o pulso Este é o momento E o medo vai ter que sair Armstrong foi à lua E todo o mundo pôde ver Se sonhares e acreditares Também tu tens esse poder</p> <p>Acredita em ti Como o Mohamed ali Sê pacífico assim Como o Mahatma Gandhi Acredita em ti Como o Mandela e o Luther King</p> <p>I have a dream Tap tap tarap Tap ta rarap A força está nós Tap tap tarap Tap ta rarap Jah! Rastafari eye</p> <p>Tap tap tarap Tap ta rarap A força está nós Tap tap tarap Tap ta rarap Jah! Rastafari eye</p> <p>Peace in the street All drama free So slick and so quick But I'm do it honestly Inspire up lift the youth Live with direction Speak only truth Big snoop got game</p>	<p>To obtain for real dog Come hear dog Do want I feel dog Turn up it loud So I can go ahead and Break it all down</p> <p>I have a dream</p> <p>Tap tap tarap Tap ta rarap A força está nós Tap tap tarap Tap ta rarap Jah! Rastafari eye</p> <p>Tap tap tarap Tap ta rarap A força está nós Tap tap tarap Tap ta rarap Jah! Rastafari eye</p> <p>I have a dream</p> <p>Tap tap tarap Tap ta rarap A força está nós Tap tap tarap Tap ta rarap Jah! Rastafari eye</p> <p>Tap tap tarap Tap ta rarap A força está nós Tap tap tarap Tap ta rarap Jah! Rastafari eye</p>
---	--



Nome: _____ N.º _____ Turma 8.º 5



Ano letivo 2016/2017 – **Educação Moral e Religiosa Católica**
– Educação Moral e Religiosa Católica
Ficha de trabalho

1- **Lê, com atenção, as seguintes passagens bíblicas e, de seguida, indica quais os valores presentes em cada uma.**

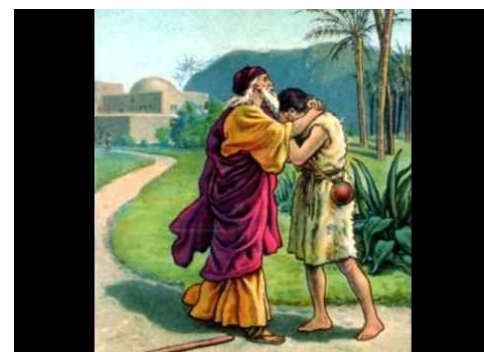
21 Então Pedro aproximou-se de Jesus e perguntou: "Senhor, quantas vezes deverei perdoar a meu irmão quando ele pecar contra mim? Até sete vezes?"

22 Jesus respondeu: "Eu digo a você: Não até sete, mas até setenta vezes sete.

MT 18, 21-22



Jesus continuou: "Um homem tinha dois filhos. O mais novo disse ao seu pai: 'Pai, quero a minha parte da herança'. Assim, ele repartiu sua propriedade entre eles. "Não muito tempo depois, o filho mais novo reuniu tudo o que tinha e foi para uma região distante; e lá desperdiçou os seus bens vivendo irresponsavelmente. Depois de ter gasto tudo, houve uma grande fome em toda aquela região, e ele começou a passar necessidade. Por isso foi empregar-se com um dos cidadãos daquela região, que o mandou para o seu campo a fim de cuidar de porcos. Ele desejava encher o estômago com as vagens de alfarrobeira que os porcos comiam, mas ninguém lhe dava nada. "Caindo em si, ele disse: 'Quantos empregados de meu pai têm comida de sobra, e eu aqui, morrendo de fome! Eu me porei a caminho e voltarei para meu pai e lhe direi: Pai, pequei contra o céu e contra ti. Não sou mais digno de ser chamado teu filho; trata-me como um dos teus empregados'. A seguir, levantou-se e foi para seu pai.



"Estando ainda longe, seu pai o viu e, cheio de compaixão, correu para seu filho, e o abraçou e beijou. "O filho lhe disse: 'Pai, pequei contra o céu e contra ti. Não sou mais digno de ser chamado teu filho'.

Lc 15:11-21

7Entretanto, chegou certa mulher samaritana para tirar água. Disse-lhe Jesus: «Dá-me de beber.» 8Os seus discípulos tinham ido à cidade comprar alimentos. 9Disse-lhe então a samaritana: «Como é que Tu, sendo judeu, me pedes de beber a mim que sou samaritana?» É que os judeus não se dão bem com os samaritanos. 10Respondeu-lhe Jesus: «Se conhecesses o dom que Deus tem para dar e quem é que te diz: ‘dá-me de beber’, tu é que lhe pedirias, e Ele havia de dar-te água viva!»



11Disse-lhe a mulher: «Senhor, não tens sequer um balde e o poço é fundo... 12Onde consegues, então, a água viva? Porventura és mais do que o nosso patriarca Jacob, que nos deu este poço donde beberam ele, os seus filhos e os seus rebanhos?»

13Replicou-lhe Jesus: «Todo aquele que bebe desta água voltará a ter sede; 14mas, quem beber da água que Eu lhe der, nunca mais terá sede: a água que Eu lhe der há-de tornar-se nele em fonte de água que dá a vida eterna.»

15Disse-lhe a mulher: «Senhor, dá-me dessa água, para eu não ter sede, nem ter de vir cá tirá-la.» 16Respondeu-lhe Jesus: «Vai, chama o teu marido e volta cá.» 17A mulher retorquiu-lhe: «Eu não tenho marido.»

Declarou-lhe Jesus: «Disseste bem: ‘não tenho marido’, 18pois tiveste cinco e o que tens agora não é teu marido. Nisto falaste verdade.»

19Disse-lhe a mulher: «Senhor, vejo que és um profeta! 20Os nossos antepassados adoraram a Deus neste monte, e vós dizeis que o lugar onde se deve adorar está em Jerusalém.»

Bom trabalho!

A professora: Teresa Ferreira

Nome: _____ N° _____ Turma 8º 5

Educação Moral e Religiosa Católica
Ano letivo: 2016/2017

Ficha de trabalho

- 1- Lê, com atenção, as seguintes passagens bíblicas e, de seguida, indica quais os valores presentes em cada uma.

“70 vezes 7”

21 Então Pedro aproximou-se de Jesus e perguntou: "Senhor, quantas vezes deverei perdoar a meu irmão quando ele pecar contra mim? Até sete vezes?"

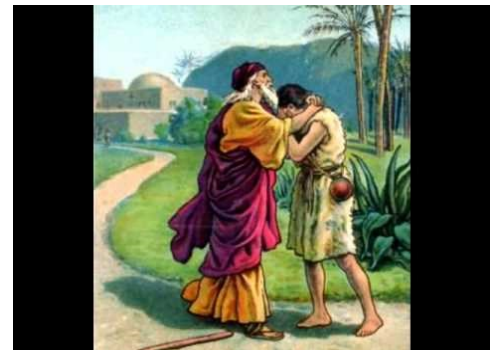
22 Jesus respondeu: "Eu digo a você: Não até sete, mas até setenta vezes sete.

MT 18, 21-22

O valor presente é o **perdão**.

Parábola do Filho Pródigo

Jesus continuou: "Um homem tinha dois filhos. O mais novo disse ao seu pai: 'Pai, quero a minha parte da herança'. Assim, ele repartiu sua propriedade entre eles. "Não muito tempo depois, o filho mais novo reuniu tudo o que tinha e foi para uma região distante; e lá desperdiçou os seus bens vivendo irresponsavelmente. Depois de ter gasto tudo, houve uma grande fome em toda aquela região, e ele começou a passar necessidade. Por isso foi empregar-se com um dos cidadãos daquela região, que o mandou para o seu campo a fim de cuidar de porcos. Ele desejava encher o estômago com as vagens de alfarrobeira que os porcos comiam, mas ninguém lhe dava nada. "Caindo em si, ele disse: 'Quantos empregados de meu pai têm comida de sobra, e eu aqui, morrendo de fome! Eu me porei a caminho e voltarei para meu pai e lhe direi: Pai, pequei contra o céu e contra ti. Não sou mais digno de ser chamado teu filho; trata-me como um dos teus empregados'. A seguir, levantou-se e foi para seu pai.



"Estando ainda longe, seu pai o viu e, cheio de compaixão, correu para seu filho, e o abraçou e beijou. "O filho lhe disse: 'Pai, pequei contra o céu e contra ti. Não sou mais digno de ser chamado teu filho'.

Le 15:11-21

O valor presente na parábola é a **reconciliação**.

Diálogo de Samaritana

7Entretanto, chegou certa mulher samaritana para tirar água. Disse-lhe Jesus: «Dá-me de beber.» 8Os seus discípulos tinham ido à cidade comprar alimentos. 9Disse-lhe então a samaritana: «Como é que Tu, sendo judeu, me pedes de beber a mim que sou samaritana?» É que os judeus não se dão bem com os samaritanos. 10Respondeu-lhe Jesus: «Se conhecesses o dom que Deus tem para dar e quem é que te diz: ‘dá-me de beber’, tu é que lhe pedirias, e Ele havia de dar-te água viva!»



11Disse-lhe a mulher: «Senhor, não tens sequer um balde e o poço é fundo... 12Onde consegues, então, a água viva? Porventura és mais do que o nosso patriarca Jacob, que nos deu este poço donde beberam ele, os seus filhos e os seus rebanhos?»

13Replicou-lhe Jesus: «Todo aquele que bebe desta água voltará a ter sede; 14mas, quem beber da água que Eu lhe der, nunca mais terá sede: a água que Eu lhe der há-de tornar-se nele em fonte de água que dá a vida eterna.»

15Disse-lhe a mulher: «Senhor, dá-me dessa água, para eu não ter sede, nem ter de vir cá tirá-la.» 16Respondeu-lhe Jesus: «Vai, chama o teu marido e volta cá.» 17A mulher retorquiu-lhe: «Eu não tenho marido.»

Declarou-lhe Jesus: «Disseste bem: ‘não tenho marido’, 18pois tiveste cinco e o que tens agora não é teu marido. Nisto falaste verdade.»

19Disse-lhe a mulher: «Senhor, vejo que és um profeta! 20Os nossos antepassados adoraram a Deus neste monte, e vós dizeis que o lugar onde se deve adorar está em Jerusalém.»

O valor presente é o **diálogo**.

Bom trabalho!

A professora: Teresa Ferreira

Anexo 10 – Ordem dos diapositivos da aula nº 4

INSTITUÇÕES DE PROMOÇÃO DA PAZ NO MUNDO

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Fundada logo após a 2ª Guerra Mundial, a 24 de outubro de 1945, em São Francisco (EUA), com o objetivo de promover a cooperação internacional e conseguir a paz e a segurança entre os povos.



Um dos feitos mais notáveis da ONU foi a proclamação da Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 10 de dezembro de 1948.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR)

Tem como missão dirigir e coordenar a ação internacional para proteger e ajudar as pessoas deslocadas em todo o mundo e encontrar soluções duradouras para elas.



Iniciou os seus trabalhos em 1950. Já ajudou dezenas de milhões de pessoas e recebeu o Prémio Nobel da paz pelo seu trabalho humanitário.

AMNISTIA INTERNACIONAL

Foi criada em 1961 e dedica-se à investigação e prevenção dos atentados à integridade física e mental, à liberdade de consciência e de expressão, e a todas as formas de discriminação, dentro do contexto da promoção dos Direitos Humanos.



COMISSÃO NACIONAL JUSTIÇA E PAZ (CNJP)

É um organismo da Igreja Católica que tem como finalidade promover e defender a justiça e a paz, à luz do Evangelho.

As suas principais funções são o estudo e divulgação da doutrina social da Igreja, analisando problemas relativos ao desenvolvimento dos povos, aos direitos humanos, à justiça e à paz segundo o evangelho.

Anexo 11 – Ordem cronológica do jogo “Quem é quem?” (aula nº 5)



Nobel da paz

Premiado: Martin Luther King

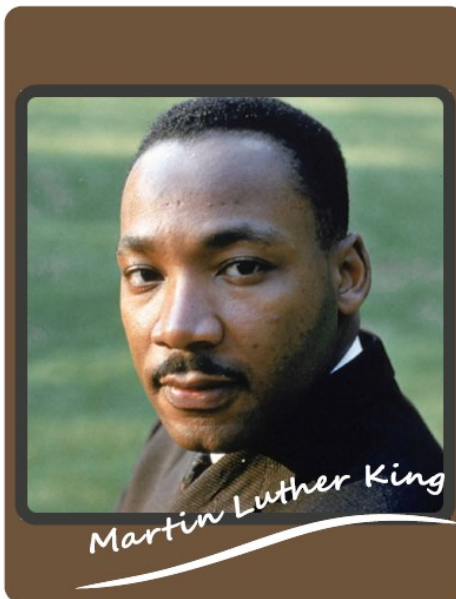
País: EUA

Função / Razão do reconhecimento:
Ativista dos Direitos Humanos - combate à desigualdade racial através da não-violência.

Ano: 1964

Frase mais conhecida: “I have a dream”

Outras informações:
Tornou-se um dos mais importantes líderes do movimento dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, e no mundo com uma campanha de não-violência e de amor ao próximo.
Luther King foi assassinado no dia 4 de abril de 1968.



Nobel da paz

Premiado: Fundo Internacional das nações Unidas para o Auxílio à infância (UNICEF)

País: EUA

Função / Razão do reconhecimento:
Órgão das Nações Unidas que tem como objetivo promover a defesa dos direitos das crianças, ajudar a dar resposta às suas necessidades e contribuir para o seu desenvolvimento.
O UNICEF tem como objetivo "promover os direitos e melhorar a vida de todas as crianças, em todas as situações".

Ano: 1965



Nobel da paz

Premiado: Amnistia Internacional

País: EUA

Função / Razão do reconhecimento: a organização ganhou o Nobel da Paz devido à sua "campanha contra a tortura".

Ano: 1977

Outras informações:

Foi fundada em Londres, em 1961. Dedicar-se à investigação e prevenção dos atentados à integridade física e mental, à liberdade de consciência e de expressão, e a todas as formas de discriminação, dentro do contexto da promoção dos Direitos Humanos.



Nobel da paz

Premiado: Madre Teresa de Calcutá

País: Índia

Função / Razão do reconhecimento: Luta contra a pobreza na Índia e no mundo.

Ano: 1979

Frases mais conhecidas: "A falta de amor é a maior de todas as pobreza".

"Não usemos bombas nem armas para conquistar o mundo. Usemos o amor e a compaixão. A paz começa com um sorriso."

Outras informações:

Em 1946, professora numa escola burguesa de Calcutá, resolveu renunciar a tudo para "servir entre os pobres mais pobres".

O Papa Francisco proclamou Madre Teresa de Calcutá como santa no Jubileu da Misericórdia, em 4 de setembro de 2016.



Madre Teresa de Calcutá

Nobel da paz

Premiado: Tenzin Gyatso, 14º Dalai Lama

País: Tibete

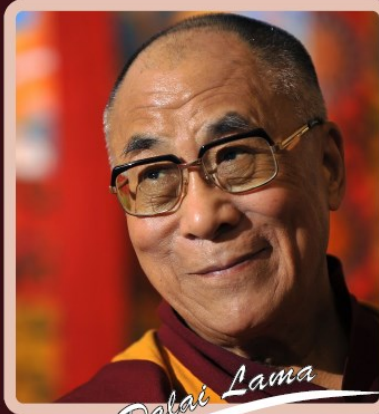
Função / Razão do reconhecimento: Luta pela independência do Tibete.

Ano: 1989

Frases mais conhecidas: “A arte de escutar é como uma luz que dissipa a escuridão da ignorância”.

Outras informações:

O 14º Dalai Lama nasceu como Tenzin Gyatso, na província Tsinghai, China, em 1935. Quando tinha apenas três anos, monges tibetanos anunciaram que ele era a reencarnação do 13º Dalai Lama. Com cinco anos, Tenzin Gyatso foi levado para a capital tibetana de Lhasa para ser líder do budismo tibetano.



Dalai Lama

Nobel da paz

Premiado: Nelson Mandela

País: África do Sul

Função / Razão do reconhecimento: Ativista dos direitos humanos.

Ano: 1993

Frases mais conhecidas: “A educação é a arma mais poderosa para mudar o mundo”.

Outras informações: Com formação acadêmica em Direito, Mandela dedicou boa parte de sua vida a causas humanitárias e defesa dos direitos humanos. Foi uma personalidade reconhecida mundialmente pela sua luta contra o Apartheid, o regime de segregação racial que imperou na África do Sul da década de 40 até os anos 90.

Na África do Sul, é conhecido como "Madiba", um título honorário adotado por anciãos da tribo de Mandela.



Nelson Mandela

Nobel da paz

Premiado: D. Carlos Ximenes Belo e José Ramos Horta

País: Timor Leste

Função / Razão do reconhecimento: Trabalho conducente a uma solução justa e pacífica para o conflito em Timor-Leste.

Ano: 1996

Outras informações: Em 1983, **Carlos Filipe Ximenes Belo** foi nomeado administrador apostólico da diocese de Díli, tornando-se chefe da igreja católica em Timor-Leste, respondendo exclusivamente perante o Papa. Em 1988, em Lorum, Itália, foi consagrado Bispo.

José Ramos Horta estudou Direito Internacional na Academia de Direito Internacional de Haia, nos Países Baixos (1983) e na Universidade de Antioch (Estados Unidos) onde completou o mestrado em Estudos da Paz. O Comité Nobel laureou-os pelo contínuo esforço para terminar com a opressão vigente em Timor-Leste, esperando que o prêmio despolette o encontro de uma solução diplomática para o conflito em Timor-Leste com base no direito dos povos à autodeterminação.



D. Carlos Ximenes Belo e José Ramos Horta

Nobel da paz

Premiado: Médicos sem fronteiras

País: França

Função / Razão do reconhecimento: Reconhecimento de seu pioneiro trabalho humanitário em diversos continentes.

Ano: 1999

Outras informações: é uma organização internacional, não governamental e sem fins lucrativos que oferece ajuda médica e humanitária a populações em situações de emergência, em casos como conflitos armados, catástrofes, epidemias, fome e exclusão social. É a maior organização não-governamental de ajuda humanitária do mundo, na área da saúde.



Nobel da paz

Premiado: Barack Obama

País: EUA

Função / Razão do reconhecimento: Pelos esforços diplomáticos internacionais e cooperação entre povos.

Ano: 2009

Frases mais conhecidas: “Sim, nós podemos”.

Outras informações:

Advogado e político norte-americano foi presidente dos Estados Unidos de 2009 a 2017, sendo o primeiro afro-americano a ocupar o cargo.

Obama, durante os seus mandatos, promoveu políticas internas relacionadas com o controle de armas.



Nobel da paz

Premiado: Malala Yousafzay e Kailash Satyarthi

País: Paquistão e Índia

Função / Razão do reconhecimento: Defesa dos Direitos das crianças

Ano: 2014

Frases mais conhecidas: “Uma criança, um professor, um livro e um lápis podem mudar o mundo.”

Malala

Outras informações: Malala foi a pessoa mais nova a ser laureada com o prémio Nobel da Paz. É conhecida principalmente pela defesa dos direitos humanos das mulheres e do acesso à educação na sua região natal do vale do Swat.

Kailash Satyarthi ativo no movimento indiano contra o trabalho infantil desde os anos 1990. Ambos lutaram contra a repressão das crianças e pelo seu direito à educação.



Malala Yousafzay
Kailash Satyarthi